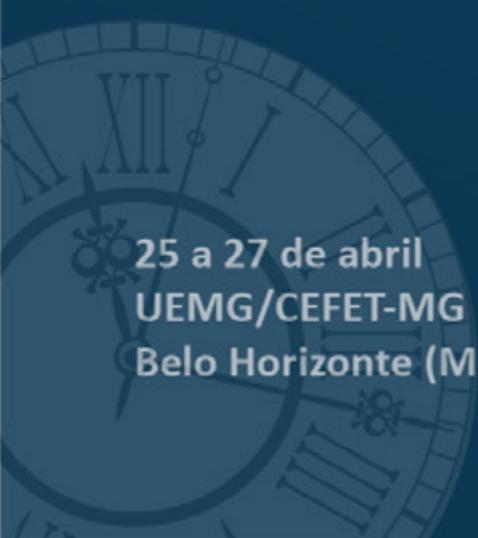




Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente

CADERNO DE RESUMOS EXPANDIDOS



25 a 27 de abril
UEMG/CEFET-MG
Belo Horizonte (MG)



20
17

CADERNO DE RESUMOS EXPANDIDOS

5º Seminário Educação e Formação Humana: Desafios do Tempo Presente
Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do
Estado de Minas Gerais - UEMG
Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG

5º Seminário Educação e Formação Humana Desafios do Tempo Presente

Expediente

Organização

Irlen Antônio Gonçalves (CEFET-MG)

Vera Lúcia Nogueira (FaE-UEMG)

Comissão Organizadora

Daniela Amaral Silva Freitas (UEMG)

Irlen Antônio Gonçalves (CEFET-MG)

Maria Adélia da Costa (CEFET-MG)

Vera Lúcia Nogueira (UEMG)

Wander Augusto Silva (UEMG)

Comissão Científica

Aline Choucair Vaz (UEMG)

Andrea Lourdes Ribeiro (UEMG)

Andrea Silva Gino (UEMG)

Daniela Amaral Silva Freitas (UEMG)

Ivo de Jesus Ramos (CEFET-MG)

Karla Cunha Pádua (UEMG)

Márcia Gorett Ribeiro Gomes (CEFET-MG)

Neide Elisa Portes dos Santos (UEMG)

Wander Augusto Silva (UEMG)

Comissão Cerimonial

Flávia Paola Félix Meira (Mestranda PPGE/UEMG)

Kele Conceição Alves Vilaça Amara (Mestranda PPGE/UEMG)

Fernanda Nicácio Gouveia (Mestranda PPGET/CEFET-MG)

Secretaria

Daniella Cristina dos Santos (UEMG)

Laura Fernanda Bechler Moreira (UEMG)

Nauricéia Teixeira de Alcântara (UEMG)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES

A Comissão Editorial do 5º Seminário não se responsabiliza por eventuais erros ortográficos ou gramaticais dos Resumos, pois os textos são de inteira responsabilidade dos (as) autores(as). Neste Caderno se encontram os Resumos Expandidos aprovados para apresentação no formato de Comunicação Oral.

S471c Seminário Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente (5. : 2017 : Belo Horizonte, MG)
Caderno de resumos expandidos [do] 5.º Seminário Educação e Formação Humana : desafios do tempo presente, 25 a 27 de abril de 2017 [recurso eletrônico].— Belo Horizonte: UEMG /CEFET-MG, 2017.
160 p.

Anual
ISSN:

1.Educação - Congressos. I.UEMG. II.CEFET-MG. III. Título.

Ficha catalográfica Elaborada por Simone Rodrigues - CRB-6/2193.

APRESENTAÇÃO

Este Caderno de Resumos apresenta o conjunto dos trabalhos inscritos nas Sessões de Comunicação de Pesquisa do 5º Seminário Educação e Formação Humana: Desafios do Tempo Presente, realizado no período de 25 a 27 de abril de 2017.

O Seminário é uma realização do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG), com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEMG, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET/CEFET-MG) e em coparticipação com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de MG - FADECIT.

Realizado pela primeira vez no mês de março de 2013, o Seminário Anual da Pós-Graduação deu início a um evento que se consagrou como um espaço frutífero de debates, de cooperação e de intercâmbio entre pesquisadores das várias instituições brasileiras. O Seminário reforça a pertinência da consolidação do diálogo, das trocas e da difusão de conhecimentos, mas também reconhece os debates e as reflexões como espaço que favorece a construção de estratégias que possibilitem aos envolvidos enfrentar os desafios da área da educação e atingir seus objetivos atuais e futuros.

Em sua 5ª edição, a Conferência de Abertura: “Desafios do Tempo Presente para a Pós-Graduação Brasileira” foi proferida pelo Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho (UFU) no dia 25/04; e a Conferência de Encerramento, com o tema “Desafios do tempo Presente para a Formação de Professores”, pelo Prof. Dr. Júlio Emílio Diniz (UFMG), no dia 27/04.

Como novidade, o Seminário promoveu dois Simpósios Temáticos. O Simpósio I (26/04), com o tema “Ensino Médio e Ensino Integrado”, ficou sob a responsabilidade dos professores Me. Lucas Alves Marinho (IFMG); Dr. Wander Augusto Silva (UEMG) e Dr. James William Goodwin (CEFET-MG). O Simpósio II (27/04), “História, Memória e acervos escolares”, contou com a participação da Profa. Dra. Vera Lucia Gaspar (UDESC), que apresentou o tema “Acervos escolares: memória e história”; da Profa. Dra. Meily Assbú Linhares (UFMG), com o tema “Acervos pessoais: História e Memória” e do Prof. Dr. Mauro Giffoni de Carvalho (UEMG) que abordou o tema “Acervo do SOSP: perspectivas e importância para a pesquisa em Minas Gerais”.

O evento contou, ainda, com as tradicionais Mesas-Redondas. Nessa 5ª Edição, foram debatidos os seguintes temas: no dia 25/04, a Mesa intitulada “Educação e Relações Étnico-Raciais” (25/04), coordenada pela Profa. Dra. Santuza Amorim da Silva (UEMG) contou com a participação do Prof. Dr.

José Eustáquio (UEMG) que abordou o tema: “Os desafios das pesquisas sobre educação e relações étnico-raciais” e da Me. Cláudia Elizabete dos Santos (Egressa/PPGE/UEMG) que apresentou o tema “Formação inicial e continuada de professores: os desafios da abordagem da temática das Relações Étnico-raciais na infância”. No dia 26/04, sob a coordenação do Prof. Dr. Fabrício Andrade Pereira (UEMG), a Mesa-Redonda, “Tecnologia e Educação”, contou com a participação do Prof. Dr. Luciano Costa Santos (UNEB) com o tema “Ética nas Pesquisas em Educação”; o Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abraão (CEFET-MG) que apresentou o tema “Ética e Tecnologia”; e o Prof. Dr. José de Souza Lopes Miguel (UEMG) com o tema “Ética, mídias e educação”. No dia 27/04, a Mesa-Redonda, coordenada pela Profa. Dra. Andrea Silva Gino (UEMG), apresentou uma discussão sobre “O ensino de ciências: as analogias e as metáforas” sob a responsabilidade do Prof. Dr. Ronaldo Luiz Nagem (CEFET-MG), Prof. Dr. Ivo de Jesus Ramos - (CEFET-MG) e da Me. Gláucia de Souza Murta (Egressa/PPGET/CEFET-MG).

O êxito do 5º Seminário se traduziu tanto na riqueza dos temas debatidos durante o evento, por pesquisadores de todo o país, quanto no público que esteve presente privilegiando toda a programação ou apresentando os resultados de suas pesquisas. Foram professores e estudantes da Graduação e da Pós-Graduação de várias instituições de Minas Gerais e de outros Estados e países; professores e gestores da Educação Básica das redes públicas e particulares de Belo Horizonte e região metropolitana.

Conheça a riqueza da produção científica socializada no 5º Seminário nas páginas desse Caderno de Resumos.

Vera Lúcia Nogueira (PPGE/UEMG)
Irlen Antônio Gonçalves (PPGET/CEFET-MG)

SUMÁRIO

EIXO I

CULTURAS, MEMÓRIAS E LINGUAGENS EM PROCESSOS EDUCATIVOS

Agda Marina Ferreira Moreira, José Eustáquio de Brito	<u>Os usos da memória na formação político-identitária dos sujeitos da comunidade quilombola de carrapatos da tabatinga</u>	14
Ana Célia Carneiro Oliveira; Nadja Maria Mourão; Rosilene Conceição Maciel	<u>Construção da afetividade na vivência humana</u>	16
Ana Paula Melo; Fernanda Carla de Castro	<u>Letramento digital na escola: limitações e possibilidades</u>	18
Araci Rodrigues Coelho	<u>Ensino de história e a cidade: possibilidades educativas</u>	20
Camila Jardim de Meira; Fabiana Andreatta Raymundo.	<u>Formação de professores: histórias e memórias no curso normal na fazenda do rosário em Ibirité – Minas Gerais (1950-1960)</u>	22
Chrisley Soares Félix; Aline Regina Gomes	<u>Letramento literário: influências na formação de crianças leitoras nos anos iniciais do ensino fundamental</u>	24
Cristina Sueli dos Santos; Denilson Santos de Azevedo	<u>A educação para o patrimônio nos anos iniciais de uma escola pública: limites e possibilidades</u>	26
Daniel Ordane da Costa Vale	<u>Memória e cultura corporal de movimento</u>	28
Daniel Silva Porto	<u>Museu itinerante balaio da capoeira: representação estética, representatividade política e a pesquisa em educação</u>	30
Daniela Amaral Silva Freitas	<u>Propostas do currículo do Curso de Pedagogia em sua interface com as relações ético-raciais</u>	32
Darsoni de Oliveira Caligiorne Tamara Silva Romanos da Matta; Luiza Ferreira Primo	<u>A Web Rádio como meio de difusão de conhecimentos didático-pedagógicos na formação de educadores</u>	34
Eduardo Lopes Salatiel; Liliane da Conceição Rosa da Silva; Ana Cláudia Ferreira Godinho; Vera Lúcia Nogueira	<u>Educação Social e políticas públicas: um estudo de caso</u>	36
Fernanda Abbatepietro Novaes; José Eustáquio de Brito	<u>A expressão da corporeidade de crianças congadeiras na escola</u>	38
Flávia Paola Félix Meira; Santuza Amorim da Silva; Paulo Henrique Maia Melgaço	<u>As conjunturas em volta da lei 10.639/03 e as reverberações na formação inicial e continuada da educação</u>	40
Heloisa Machado Corradi; Vera Lúcia Nogueira	<u>As dinâmicas corporais na educação infantil</u>	42

Izaak Erder Silva Soares	<u>Experiências didáticas para além da sala de aula: uma conversa sobre o “descobrimto” do brasil na aldeia pataxó muã mimatxi</u>	44
José Humberto Rodrigues	<u>O movimento hip-hop e os duelos de MCS em Belo Horizonte: conexões de saberes através da disputa rimática</u>	46
Júnia Patricia Cardoso; Lana Mara Castro Siman	<u>As relações que os alunos estabelecem com a fotografia</u>	48
Kele Conceição Alves Vilaça Amaral; Karla Cunha Pádua	<u>Uma ponte unindo dois mundos: educação ambiental na atuação da Associação Amanu junto às comunidades Capão do Berto, Xirú e Espada</u>	50
Letícia Hilário Guimarães; Nadja Maria Mourão	<u>Design, memória e sustentabilidade: conexão e aplicação dos conceitos em um ambiente cultural</u>	52
Lília Soares Miranda; Aurea Costa Melo	<u>Os desafios enfrentados pela comunidade escolar ao lidar com alunos com TDAH em Pedro Leopoldo/mg</u>	54
Lucinei Pereira da Silva; Lana Mara de Castro Siman	<u>O currículo de História local e o Museu da Cidade: interfaces potencializadoras de novos textos e práticas</u>	56
Marcella Rosa Rodrigues; Tamirys Helena Santos Ferrete; Marcus Vinicius Rodrigues Martins	<u>Concepções e práticas pedagógicas em torno da literatura infantil: o que dizem as professoras do primeiro ano do Ensino Fundamental</u>	58
Márcia Basília de Araújo; Shirley Aparecida Miranda	<u>Docentes negros (as) no Ensino Superior: identidades e trajetórias</u>	60
Maria Antonieta Teixeira	<u>Cidade, educação e alteridade</u>	62
Marília de Fátima Dutra de Ávila Carvalho	<u>Paisagem Gráfica da Praça da Liberdade: Desafios para a Formação do Designer Gráfico no Circuito Liberdade, Belo Horizonte</u>	64
Míriam Célia Rodrigues Silva; José de Sousa Miguel Lopes	<u>Em busca da inclusão digital e da acessibilidade nos processos educativos e nas Reuniões Nacionais e Regionais da Anped</u>	66
Nadja Maria Mourão; Fernanda Cilene Moreira de Meira; Flávia Neves de Oliveira Castro	<u>Museu itinerante em Minas: estudo das práticas inclusivas e participativas para o protagonismo do ensino da ciência e da cultura</u>	68
Natália Novaes; Karla Cunha Pádua	<u>Práticas pedagógicas com a literatura indígena na sala de aula</u>	70
Vanessa Lorena Anastácio; José de Sousa Miguel Lopes	<u>Um povo da palavra: inscrições poéticas e ressonâncias na educação escolar indígena Xakriabá</u>	72

EIXO II

TRABALHO, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Adriana Vaz; Rossano Silva; Francine Aídie Rossi	<u>Cadeias de atos dos docentes do Departamento de Desenho – UFPR (1998-2008)</u>	75
Ana Cristina Franco da Rocha Fernandes; Ana Paula Martins Fonseca; Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral	<u>Profissão professor: um olhar sobre sua saúde</u>	77
Anna Carolina de Oliveira Azevedo; Rômulo Magalhães Fernandes	<u>Práticas Educativas e Fomento à Participação e ao Controle Social: uma análise dos projetos Controladoria na Escola e Auditor das Gerais</u>	79
Chelsea Maria de Campos Martins; Paulo Cesar Cedran; Dulcinéia Conceição Ligeiro	<u>Políticas Públicas: uma análise sobre os conselhos escolares na rede pública paulista</u>	81
Cláudio Henrique Pessoa Brandão; Cláudia França Gomes	<u>Desenvolvimento de autômatos entre o CEFET-MG e a escola municipal Ivan Diniz Macedo: arte, história, ciência e tecnologia em diálogo</u>	83
Daniel de Souza Gamarano; Eliane Ayres; Artur Caron Mottin	<u>Do conhecimento à produção: uma análise sobre o designer e sua atuação na seleção e elaboração de materiais</u>	85
Dilene Pinheiro da Silva; Ailton Vitor Guimarães	<u>A trajetória de lutas da Assistência Estudantil em busca da efetivação do direito à educação</u>	87
Dominikus Kono Tjeunfin; Mauro Tarcísio Machado Borges; Warley Emanuel de Oliveira	<u>Educação e Formação Humana à Luz da Contribuição Antropológica de Paulo Freire : Os Desafios Pedagógicos Da – “Cidade dos Meninos” – No Município de Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, Minas Gerais</u>	89
Elaine Kendall Santana Silva; Ana Paula Martins Fonseca; Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral	<u>Formação Docente e Construção Identitária de Licenciandos da Uemg – Unidade Divinópolis/Mg</u>	91
Eliana Batista Souza	<u>A identidade do docente da Educação Infantil: o impasse entre a profissionalização e as relações domésticas</u>	93
Fernanda Francischetto Amaral Rocha; Elaine Kendall Santana Silva; Ana Cristina Franco da Rocha Fernandes	<u>A formação do docente nas escolas estaduais do município</u>	95
Janyne Luiz e Silva Araújo; Antônio de Pádua Nunes Tomasi	<u>A formação experiencial dos trabalhadores da cadeia produtiva do açaí: da ilha Arapiranga (Barcarena-Pará) ao Mercado do Ver-o-Peso (Belém/Pará)</u>	97

Juliana Caires Pereira; Vera Lucia Nogueira	<u>Os castigos escolares em Minas Gerais (1835-1867)</u>	98
Laura Antunes Campos Carvalho; Ana Cláudia Ferreira Godinho	<u>Juventudes femininas e as experiências de trabalho na Educação de Jovens e Adultos</u>	100
Márcia Soares de Oliveira; Maria Adélia da Costa	<u>Lei nº 13.415/2017: primeiros cenários e possíveis impactos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio</u>	102
Maria Lucia Ferreira	<u>Trabalho e educação: por uma política transformadora</u>	104
Matheus Augusto de Souza Freitas; Mauro Giffoni de Carvalho	<u>Avaliação da aprendizagem em língua portuguesa: uma análise das práticas avaliativas de docentes do Ensino Fundamental</u>	106
Meiriane Freitas Dias Oliveira; Janyne Luiz e Silva Araújo; Antônio de Pádua Nunes Tomasi	<u>Os saberes de uma família ribeirinha paraense</u>	108
Otavio Henrique Ferreira da Silva; Ademilson de Sousa Soares	<u>Categorias analíticas sobre o princípio da gestão democrática: o caso da Educação Infantil em Betim</u>	110
Patrícia da Silva Pinto; Mauro Giffoni de Carvalho	<u>Representações da condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família – um estudo a respeito da função da educação para os adolescentes e famílias bolsistas</u>	112
Priscilla Samantha Barbosa Verona	<u>Possibilidades para pensar a escolarização dos negros livres e libertos no Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX</u>	114
Rômulo Magalhães Fernandes; Anna Carolina de Oliveira Azevedo	<u>Educação popular e movimentos sociais: um estudo a partir da experiência de formação do movimento dos atingidos por barragens de Minas Gerais</u>	116
Rossano Silva; Bárbara Sofia Gomes Neves Ferreira; Leticia Isis Forbeck	<u>O desenho no currículo oficial do estado do Paraná uma análise da década de 1960</u>	118
Saraa César Mól; Cosme Leonardo Almeida Maciel; Ana Maria Clementino	<u>Programas Mais Educação e Novo Mais Educação: perspectivas formativas em voga</u>	120
Taciana Brasil dos Santos	<u>O Curso de Magistério na educação confessional protestante (Belo Horizonte/MG, década de 1920)</u>	122
Vinicius Samuel Pereira Silva; Wellington Pereira Silva; Anderson Flamareon dos Santos Cruz	<u>Abordagem contextualizada da história do Ensino Tecnológico Aeronáutico brasileiro, da fundação até a atualidade</u>	124
Wellington Pereira Silva; Vinicius Samuel Pereira Silva	<u>O professor régio: uma profissão em formação no Termo de Mariana (1772-1835)</u>	126

EIXO III

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CURRÍCULO INTEGRADO

Alessandra Regina Teles; Maria Adélia da Costa	<u>O Currículo do Curso Técnico Integrado de um Instituto Federal da Região Sudeste: implicações para o trabalho docente</u>	129
Aline Souza da Luz	<u>Interdisciplinaridade na formação de professores: um olhar para as Diretrizes Curriculares Nacionais</u>	131
Ana Paula Martins Fonseca; Elaine Santana e Silva Kendall; Ana Cristina Franco Rocha Fernandes	<u>Contribuição do PIBID para o aperfeiçoamento da formação de licenciandos: uma análise sob a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)</u>	133
Anderson Flamareon dos Santos Cruz; Vinícius Samuel Pereira Silva; Wellington Pereira Silva	<u>Formação acadêmica do corpo docente voltado para manutenção de aeronaves</u>	135
Aretusa dos Santos Rosa; Ana Rosa Picanço Moreira; Letícia de Souza Duque	<u>Educação das relações étnico -raciais e as espacialidades da creche</u>	137
Danilo Marques Silva; Heloisa Silva de Oliveira Gomes	<u>As análises e indicações da produção acadêmica relacionadas à formação de professores na educação básica</u>	139
Elaine Kendall Santana Silva; Ana Paula Martins Fonseca; Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral	<u>Formação docente e construção identitária de licenciandos da UEMG – unidade Divinópolis/ MG</u>	141
Eliana Batista Souza	<u>Os homens no exercício da docência da Educação Infantil: o que a academia produziu sobre eles</u>	143
Fernando Lucas Oliveira Figueiredo; Santuza Amorim da Silva	<u>Identidades profissionais de um grupo de professores em uma escola pública e o conceito de Função Docente Formativa: narrativa de memória</u>	145
Ione Aparecida Neto Rodrigues	<u>Avaliação da aprendizagem na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e sua finalidade: a formação humana integral</u>	147
Ione Aparecida Neto Rodrigues; Juliana Alvarenga Silvas	<u>Formação profissional e evasão escolar: os desafios para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio</u>	149
João Ramos; Maria Adélia da Costa	<u>Formação acadêmica dos técnicos em Enfermagem e a implantação do Programa Saúde na Escola</u>	151
Ricardo Ribeiro Martins; José Eustáquio de Brito	<u>Do objeto de pesquisa – identificação, impasse e retificação: o encontro de uma nova e possível pesquisa</u>	152

Taciana Brasil dos Santos	<u>Vivências escolares e formação de professores</u>	154
Tatiane Kelly Pinto de Carvalho	<u>Formação inicial em Pedagogia e perspectivas na Educação Básica</u>	156
Walas Leonardo de Oliveira; Rodrigo Ferreira de Moura	<u>Ausência de formação inicial em licenciatura entre docentes da Educação Profissional e Tecnológica do IFSP: possíveis impactos na prática pedagógica</u>	158



RESUMOS

EIXO I: CULTURAS, MEMÓRIAS E LINGUAGENS EM PROCESSOS EDUCATIVOS

Ementa- Memória e patrimônio. Educação e museus. Ambiente e cultura. Cidade e educação. Educação e relações étnico-raciais. Letramentos e práticas de leitura e escrita. Educação e diferentes linguagens. Artes e educação. Tecnologias e educação.



OS USOS DA MEMÓRIA NA FORMAÇÃO POLÍTICO-IDENTITÁRIA DOS SUJEITOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CARRAPATOS DA TABATINGA¹

Agda Marina F. Moreira²

José Eustáquio de Brito³

As comunidades remanescentes de quilombos são grupos etnicamente diferenciados e que possuem uma ligação direta com o passado escravista, sendo, em sua maioria, descendentes diretos de negros que resistiram à escravização vigente por séculos no Brasil. A fim de garantir sua continuidade, esses grupos permaneceram isolados por muitos séculos, uma vez que a *invisibilização* foi uma importante estratégia de sobrevivência, o que também foi fator indispensável para a manutenção de suas práticas socioculturais. Com o advento da Constituição de 1988, esses grupos ganharam o reconhecimento legal e passaram a ser considerados, pela primeira vez, como sujeitos de direitos, mediante legitimidade de uma nova categoria social: a dos *remanescentes de quilombos*. Com o processo de ressemantização, esses grupos adentraram o cenário político não somente enquanto detentores de direitos específicos, mas trazendo a emergência de desenvolvimento de pesquisas, de políticas públicas, de promoção étnico-racial e, sobretudo, de acesso aos direitos básicos constantemente violados. Nesse contexto, a Educação Quilombola emerge enquanto importante pauta e demanda, uma vez que, ao admitirmos sua diferenciação étnico-racial-cultural, acabamos por reconhecermos a necessidade de implementação de uma educação diferenciada. Para tanto, há de se reconhecer o caráter diferenciados de suas formas de saberes e fazeres, que têm na cotidianidade e na transmissão oral seus elementos basilares. Nesse sentido, os processos educativos reproduzidos nas comunidades remanescentes de quilombos podem ser entendidos enquanto estratégia indispensável na manutenção sociocultural e na consequente formação identitária de seus sujeitos, ao qual passam a se compreenderem e se auto declararem enquanto tal, mediante ligação com os aspectos vinculados à uma tradição quilombola. Tais aspectos perpassam toda a vida em comunidade, estando presente na subjetividade de suas práticas cotidianas, nas relações interfamiliares e rememoração dos fazeres oriundos de seus antepassados. A ligação com o passado de luta e resistência à escravidão são aspectos fundantes para compreendermos não somente o processo educativo dos sujeitos quilombolas, mas, sobretudo, para a formação identitária de sujeitos politicamente engajados que passam a se relacionar diretamente com uma identidade coletiva, quilombola. Diante do exposto, o presente trabalho é parte dos resultados e problematizações da dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG), em 2016. Tendo por sujeitos da pesquisa, os membros da comunidade remanescente

¹ O presente artigo é parte dos resultados apresentados na dissertação de Mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG) em 2016.

² Agda Marina F. Moreira é mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais, pesquisadora <agda.quilombos@gmail.com>.

³ José Eustáquio de Brito é Prof. Doutor e Vice-reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais <joseeustaquio.brto@uemg.br>.

de quilombo de Carrapatos da Tabatinga, localizada na área urbana de Bom Despacho/MG, nos deteremos a analisar o papel aglutinador e os usos da memória no processo educativo da comunidade. Para tanto, nosso objetivo é o de identificar os usos da memória e sua relação a um passado diretamente vinculado aos ancestrais junto às gerações atuais, uma vez que este é um aspecto indispensável no processo de auto reconhecimento enquanto quilombolas. No caso da comunidade pesquisada, faz-se necessária a ênfase no papel desempenhado pela matriarca da comunidade, sendo o elo e a principal referência na transmissão oral de uma memória quilombola e da história de formação da comunidade em específico. Portanto, apresentaremos trechos oriundos das narrativas e das observações realizadas junto ao campo de pesquisa, em diálogo com os referenciais adotados na pesquisa, tais como Jorge Larrosa (2011); Michel Pollack (1992); Joel Candau (2014); Maurice Halbwachs (1968) e Ecleá Bosi (2012). Apesar de nossa ênfase não se dar exclusivamente ao papel da memória no processo educativo da comunidade, apresentaremos as contribuições da mesma enquanto parte dos resultados da pesquisa. Mais do que um elemento isolado, a memória compõe o repertório dos aspectos vinculados à tradicionalidade quilombola da comunidade e que reflete em seu processo formativo, sendo a ponte entre as diferentes gerações na compreensão do “ser quilombola” e de sua trajetória ancestral.

Palavras-chave: identidade quilombola; tradicionalidade; processos educativos; memória coletiva; transmissão oral.

CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE NA VIVÊNCIA HUMANA¹

Ana Célia Carneiro Oliveira²

Nadja Maria Mourão³

Rosilene Conceição Maciel⁴

Compreender a importância das relações afetivas entre os seres humanos e os seus objetos biográficos do cotidiano foi o principal objetivo para o desenvolvimento deste trabalho. Entender as relações afetivas que acontecem na primeira fase de vida do ser humano torna-se fundamental para a experiência das relações sociais que ocorrem durante toda a sua vida. O que aponta Maluf (1995) sobre esta vivência humana, [...] é a experiência humana – “termo médio entre o ser social e a consciência social”, que tinge a cultura e cria padrões de valores sociais, assim como é a prática que constrói o mundo das diferenças e das necessidades materiais: os valores “são vividos”. Segundo Santos (1995), um aspecto que marca a infância é o brinquedo, que pode ser para a criança, a sua principal atividade. Toda criança brinca independente da época, da cultura ou classe social. O brinquedo é o cerne da infância, indispensável à saúde física, emocional e intelectual. A experiência de compreender a ação do brinquedo na formação do sujeito tem sido foco de diversas discussões em diferentes áreas do conhecimento, aponta Volpato (2002). Esse tema tem interessado a educadores, psicólogos, sociólogos, antropólogos, filósofos e historiadores, destacando Walter Benjamin, Philippe Ariès, Roger Caillois e Gilles Brougère. Os estudos sobre os brinquedos surgem da diversidade ante as novas realidades econômicas, políticas e culturais, definidoras do mundo contemporâneo e que identificam, de certa forma, o projeto de modernidade. O brinquedo é um objeto que traz em si uma realidade cultural, uma visão de mundo e de criança. Neste sentido, Porto (2008) relata que, dependendo da matéria-prima em que foi executado – madeira, espuma, ferro, pano ou vinil; da forma e/ou do desenho – bonecas; do aspecto tátil – bichos de pelúcia ou de borracha; da cor, do cheiro e dos sons, os brinquedos proporcionam possibilidades de experiências variadas. O objetivo principal desse trabalho é identificar a relevância dessas relações afetivas durante a infância. A metodologia se constitui na pesquisa bibliográfica, para conhecimento da temática, como na análise qualitativa dos dados, 1 Pesquisa em desenvolvimento, vinculada ao Mestrado do Programa de Pós Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. para obtenção dos resultados. Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais aprofundadas. Dessa forma, a análise dos conteúdos se vem mostrando como uma das técnicas que apresentam resultados eficazes nas mais diversas áreas. Os dados foram obtidos com base no instrumento metodológico, a partir do embasamento de autores acerca do assunto tratado. A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual

¹Pesquisa em desenvolvimento vinculada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais.

²Mestranda em design pela UEMG. E-mail: <anaceliadesign@gmail.com>

³Doutoranda em design pela UEMG. E-mail: <nadjamourao@gmail.com>

⁴Doutoranda em design pela UEMG. E-mail: <rmaciela@gmail.com>

reevoca-se as coisas passadas abraçam-se as presentes e contempla-se as futuras, graças à sua semelhança com as passadas (LE GOFF, 2003, p. 447). Assim, como resultados apresentam-se as conclusões dos autores pesquisados. Para Porto (2008) e Le Goll (2002) a relação com o brinquedo adquire ligação direta com a memória. A memória é a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informação e fatos obtidos através de experiências ouvidas ou vividas e repassá-las as novas gerações através de textos, voz, música, imagem, entre outros. Trata-se de um processo que conecta pedaços de memória e conhecimentos a fim de gerar novas ideias, ajudando a tomar decisões diárias. É através dela que o ser humano cria significados para as ações do cotidiano e acumula experiências para utilizar durante a vida. Para demonstrar a relevância da afetividade com os objetos na formação da memória do indivíduo, se fez necessário caracterizar a importância da transmissão de geração para geração de valores tangíveis e intangíveis de afeto. O homem está afetivamente presente no mundo, tanto nas relações com os outros, quanto com os objetos e os espaços que o cercam, segundo Le Betron (2009). Importante também considerar o espaço como um território, como o ambiente que guarda características socioculturais e fatores que influenciam as relações de pertencimento. O território é uma construção, é o espaço produzido pela ação de um ou mais atores, que envolve aspectos de ordem social e cultural, dentre outros, cuja apropriação é intencional e ocorre de forma concreta ou abstrata, (MACIEL, 2011). Como conclusão pode-se dizer que o produto e o espaço se tornam afetivos a partir do momento que eles adquirem importância para o usuário, a ponto de ele desenvolver relações de afeto, independentemente da sua natureza. O brinquedo é um produto capaz de desenvolver essa relação de afetividade, como também atua nos aspectos da memória e das relações de pertencimento. Assim, correlacionando os conceitos citados acima, criando um ambiente saudável, é possível desenvolver plenamente o ser humano de forma segura e confiante.

Palavras-chave: relações afetivas; objetos biográficos; infância; memória.

LETRAMENTO DIGITAL NA ESCOLA: LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES

Ana Paula Melo¹

Fernanda Carla de Castro²

Neste estudo, analisamos que fatores dificultam ou possibilitam que a escola seja uma agência de letramento digital de seus alunos. Discutimos quais são as limitações e as perspectivas de se formar estudantes competentes para lidar em um contexto permeado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A partir de um projeto de fotografia digital realizado com alunos de Ensino Médio de uma escola pública de Belo Horizonte, nosso objetivo foi refletir como a escola pode ser uma instância de letramento, contribuindo para que os alunos dominem as tecnologias com as quais lidam em seu cotidiano. Observamos que a popularização desses novos aparatos tecnológicos levaram para o âmbito escolar outras linguagens como a do cinema (imagens em movimento), os recursos sonoros, as animações e as fotos digitais, entre outras. Essas mudanças, conforme apontam Soares (2002), Coscarelli e Ribeiro (2005), Dantas (2006), Marchuchi (2010), Rojo e Moura (2012), Zacharias (2016), vêm exigindo que as instituições escolares, como instâncias de letramento, formem sujeitos aptos para lidarem com essas outras formas de conhecimento e comunicação advindas da cultura digital, mas de maneira crítica e transformadora. Com a tecnologia impactando enormemente a vida cotidiana dos alunos, esses sujeitos têm uma gama de informações à sua disposição na *web*, novas possibilidades de acessar esses dados, opinar sobre eles e se apropriar das facilidades oferecidas pelos dispositivos digitais, como as câmeras fotográficas dos telefones celulares. Diferentemente do passado, quando tinha um comportamento mais passivo, o aluno nativo digital pode se apropriar das novas tecnologias presentes no mundo contemporâneo, interagir com elas e ter um protagonismo não observado anteriormente. Isso exige da escola e dos educadores uma nova postura no sentido de fazer esses alunos atingirem o patamar de um letrado digital. No entanto, percebemos que a maioria das instituições escolares e dos profissionais que nelas atuam não está pronta para formarem alunos hábeis para a cultura digital. E um dos primeiros entraves reside no fato de que uma prática educativa voltada para o letramento digital não deve se concentrar apenas em aspectos técnicos. O trabalho não deve focar somente em ensinar o aluno a navegar pela *web*, usar com habilidade o *mouse* e os atalhos dos teclados dos *notebooks* ou reconhecer todos os recursos das câmeras dos aparelhos celulares, como os filtros e as edições. Potencializar o letramento digital dos alunos é fazer um trabalho bem mais amplo no dia a dia escolar: além dos aspectos técnicos, as dimensões ética, estética e política precisam permear as atividades e discussões sobre a cultura digital. Consideramos que as escolas e seus docentes precisam estar mais bem preparados para formar os alunos em uma perspectiva de letramento digital, não só trazendo para a sala de aula gêneros, mídias e linguagens que são familiares a eles. É necessário trabalhar com esses gêneros em sala

¹ Ana Paula Melo é historiadora pela PUC Minas e mestranda em Educação pela Universidade do Minho, Portugal. E-mail: annamarmelo1@gmail.com.

² Fernanda Carla de Castro é jornalista pela PUC Minas e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG. E-mail: fernandacastro@yahoo.com.br

de aula, ensinar sobre os aspectos técnicos das mídias e linguagens, mas, também, desenvolver uma discussão crítica sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação. No caso das fotos de celulares, discutir questões como a sociedade do espetáculo, a exposição de fotografados sem a devida autorização, a hierarquização das imagens nos meios de comunicação, a apropriação indevida de imagens de crianças por pedófilos. Concluimos que essa discussão mais ética e profunda nas escolas sobre o uso das novas tecnologias só seria possível se o letramento digital estivesse contemplado nos projetos pedagógicos. Acreditamos que seria um passo importante para tornar os professores mais aptos a formar alunos para viver em uma realidade permeada pelas telas. Se as novas tecnologias trouxeram novas formas de o aluno se comunicar e se relacionar com o conhecimento é preciso que a escola colabore para que esse processo seja rico e reflexivo.

Palavras-chave: Letramento digital; fotografia digital; escola; formação docente; aluno.

ENSINO DE HISTÓRIA E A CIDADE: POSSIBILIDADES EDUCATIVAS¹

Araci Rodrigues Coelho²

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa pós-doutoral tem como objetivo investigar como alunos que tem vivências com projetos escolares relacionados à educação patrimonial se apropriam da cidade e do museu como espaços de conhecimento, quando junto a ele são realizadas práticas educativas sensíveis de leitura da cidade. No campo do ensino de História e da Educação em geral alguns trabalhos têm procurado destacar o importante papel de práticas educativas que procurem extrapolar a sala de aula e o ensino e aprendizagem tradicional - centrado na figura do professor transmissivo - em direção a uma educação que realmente contribua para construção de uma sociedade plural, inclusiva democrática. Esses vêm apontando o esgotamento de uma educação conteudista, ou bancária, no dizer de Paulo Freire (1974), focada apenas na transmissão de conteúdos de cada disciplina isoladamente. Nesse sentido, os estudos sobre a cidade, museus e os outros espaços desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa *Polis e Mnemosine: Cidade, Memória e Educação* mostram o quanto são fecundas as práticas educativas realizadas dentro e/ou fora da escola para efetivação uma educação democrática e cidadã. Consideramos que será de grande importância para nossa pesquisa dialogar com os pesquisadores do referido grupo e seus trabalhos, tanto no que diz respeito as suas perspectivas teóricas, quanto metodológicas. Conceitos, categorias e metáforas, tais como, *mimesis* (PINHO, 2013), cidade educadora (SIMAN, 2013; ARAÚJO, 2013), cidade como texto, (SIMAN, 2013), flaneur (SIMAN, 2013), consciência da cidade (ARAÚJO, 2013) e as relações entre escola, museu e cidade (PINHO, 2013 e DUTRA, 2014 e 2016), ai abordados e discutidos, serão tomados como referencias iniciais para a nossa pesquisa. O projeto de pesquisa “Ensino de História e a cidade: possibilidades educativas” nasce da nossa atuação particular como professora e pesquisadora do ensino de História, mas se situa num contexto maior do local de trabalho em que está inserida: o Centro Pedagógico da UFMG e o Núcleo de História e, mais especificamente, do Projeto de Ensino Vivências Culturais. Esse projeto sintonizado com as questões colocadas para educação e para o ensino de História atual, visa promover para seus alunos experiências e situações significativas de aprendizagem em/com lugares de conhecimento e memória para além da sala de aula. Nesse contexto escolhemos fazer um recorte de pesquisa investigando o Projeto Vivências Culturais, e assim, acompanhando, descrevendo e analisando alguns dos percursos tanto de ensino quanto de aprendizagem experimentados pelas turmas de 8º ano de 2016, que ao longo dos últimos quatro anos têm vivenciado tal projeto. É assim que propomos pesquisar como esses alunos se apropriam das situações de aprendizagem elaboradas em torno das visitas educativas na cidade de Belo Horizonte e ou outras cidades previstas no Projeto Vivencias para serem realizadas no segundo semestre de 2016 e 2017. Nossa proposta é perceber se as experiências vivenciadas anteriormente apontarão para uma maior facilidade

¹Este trabalho é parte do projeto de pesquisa do estágio pós-doutoral apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da UEMG.

²Araci Rodrigues Coelho, Centro Pedagógico da UFMG e-mail: <aracoelho@gmail.com>.

por parte dos alunos, na construção das habilidades de leitura da cidade, de apreensão sensível dos espaços de memória e cultura da cidade e no estabelecimento das conexões entre passado, presente e futuro ali presentes. Nossa aposta baseia-se na compreensão de que a aprendizagem sensível da cidade e seus espaços de cultura e memória que permita o aluno a fazer leituras que o possibilitem a transforma-los em lócus de aprendizagem e conhecimentos históricos e sociais não são naturais, não se dão ao acaso, ao contrário, exigem uma construção processual que precisa estar ancorada em *“um processo claro de intencionalidade didática”* (SIMAN & MIRANDA, 2013, p.25). Reafirmando então que elegemos como objetivo central da pesquisa investigar como os alunos que tem vivências com projetos escolares relacionados à educação patrimonial se apropriam da cidade e do museu como espaços de conhecimento. De forma específica, pretende-se entre outros (i) entender como os alunos se apropriam do raciocínio histórico subjacente as propostas de trabalho que envolvem vivências/visitas técnicas nas cidades, museus e outros espaços de memória. (ii) verificar se as experiências do referido projeto se mostram relevantes para a sensibilização dos alunos diante dessas propostas e (iii) desenvolver perspectivas teóricas e metodológicas e reflexivas que possam consolidar e aprofundar o Projeto Vivências Culturais no interior do CP e que possam ser apropriadas pelos seus professores e de outras escolas. Como abordagem metodológica, propõe-se a pesquisa qualitativa apoiada em pressupostos da pesquisa participante e orientada pela perspectiva etnográfica. Para fins de coleta de dados prevê-se a observação participante, notas de campo, grupos focais com alguns alunos e análise documental.

Palavras-chave: Ensino de História; história da cidade; Educação Patrimonial

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: histórias e memórias no Curso Normal na Fazenda do Rosário em Ibirité – Minas Gerais (1950-1960)¹

Camila Jardim de Meira²
Fabiana Andreata Raymundo³

Tendo como recorte temporal a década de 1950-1960, esta pesquisa tem como objetivo perceber se os sujeitos reconstroem suas memórias relacionadas às experiências vividas no Curso Normal Regional da Fazenda do Rosário embasados nos princípios formativos propostos pela educadora russa Helena Antipoff, dialogando com as experiências de formação docentes oferecidas na Fazenda do Rosário desde o Curso Normal (1950) até o atual Curso de Pedagogia UEMG – Unidade Ibirité. Abordando metodologia de natureza qualitativa, mais especificamente, com registros documentais e relatos orais, para registros de histórias de vidas, de sujeitos egressos do Curso Normal Regional da Fazenda do Rosário na década de 1950. Pretende promover cruzamento das fontes orais com documentos escritos produzidos ao longo das trajetórias narradas, refletindo sobre os processos individuais e coletivos de formação dos sujeitos instaurados em um contexto histórico peculiar. Para registrar as histórias vividas e vivenciadas no complexo da Fazenda do Rosário e levantar dados através dos relatos coletados, que contribuam para a compreensão do movimento social instaurado nesse lugar, parte-se da seguinte questão: Os sujeitos reconstroem suas memórias relacionadas às experiências vividas no Curso Normal Regional da Fazenda do Rosário embasados nos princípios formativos propostos pela educadora russa Helena Antipoff? Nesse sentido, esta pesquisa surge da necessidade de escutar as memórias atuantes na Fazenda do Rosário. Memórias inscritas nas histórias de vida daqueles que construíram seu ser e fazer docente na companhia da Mestre Helena Antipoff, professores e alunos do Curso Normal Regional na Fazenda do Rosário. A intenção deste estudo também emerge da convivência diária no espaço que é imerso das memórias e do convite de repensá-lo mediante as reflexões, realizadas durante investigações no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação Helena Antipoff – CDPHA. Tais estudos impulsionam ao seguinte questionamento: os percursos e sentidos atribuídos pelos sujeitos dialogam com a história da profissão docente em nosso país? Dessa maneira, torna-se fundamental perceber como as vozes dos sujeitos envolvidos nas experiências formativas influenciam no processo de construção da profissão docente. Recentemente, os estudos em torno da profissão docente discutem exaustivamente as relações sociais vivenciadas na escola, privilegiando o presente como momento sincrônico e linear na formação dos professores. Reconhecemos que esse é um campo essencial para se compreender os sentidos atribuídos à profissão. No entanto, elegemos como importante aspecto para a compreensão dos processos

¹Este trabalho resulta de pesquisa em andamento pelo Centro de Pesquisa e Documentação Helena Antipoff – CDPHA e Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité.

²Mestre em Educação, docente na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Ibirité, E-Mail: <jardimmeira@yahoo.com.br>.

³Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Ibirité, E-Mail <fandreatar@gmail.com >.

formativos da docência: a memória. Helena Antipoff, na elaboração da Ficha de Observação do Desenvolvimento Mental da Criança, baseando-se na literatura disponível sobre a evolução das funções psicológicas da criança, elege a categoria Memória e conhecimentos como uma das grandes categorias dessa avaliação ao lado de: Movimentação, Formação de hábitos, Desenvolvimento dos sentidos e da percepção, Linguagem e Comportamento Social. Por isso, aqui, as discussões sobre memória serão destacadas e consideradas a priori. A melhor compreensão do processo em torno de uma experiência de grande alcance social e científico, como é o caso da experiência que se organizou em torno da educadora Helena Antipoff, poderia trazer novas contribuições para a organização da educação brasileira, tão necessárias na atualidade. Esta pesquisa propõe dialogar sobre as nuances individuais da formação docente, através dos percursos e sentidos atribuídos a memória, mostra-se importante para a compreensão da docência, sobretudo, quando se propõe investigar experiências circunscritas em um movimento social e histórico de nosso país. Logo, é válido indagar: a experiência por si só não forma? Ou o que forma, é a maneira pela qual tratamos nossas experiências? Há diálogos entre as experiências formativas vividas/vivenciadas na Fazenda do Rosário com a atual formação de professores oferecida neste local? Assim revisitar as experiências vividas no Curso Normal Regional no complexo da Fazenda do Rosário é também refletir sobre diferentes maneiras de contar, viver, recontar e reelaborar uma história, ou histórias vividas com Helena Antipoff. Abordar a trajetória de Helena Antipoff e suas experiências escolanovistas no Curso Normal Regional, que ao longo da sua história sofreu transformações em função das circunstâncias, tendo seu nome mudado algumas vezes, (Curso Normal Regional, Curso Normal Regional e Instituto Superior de Educação Rural – ISER), implica considerar o processo histórico da formação da educadora, do contexto da criação e estruturação da instituição, entrelaçados com os lugares em que as memórias se instituem no campo individual e coletivo. Para compreendermos se os lugares de memória dos sujeitos coexistem nos diálogos com as experiências escolanovista idealizadas por Helena Antipoff e seus colaboradores em seus processos de formação, especificamente em Ibirité, MG, precisaremos recuar no tempo e acontecimentos e as transformações ocorridas desde a fundação da Fazenda do Rosário. Compreender também como a educadora foi se articulando para compor as variadas instituições sócio-educacionais, posteriormente denominadas Complexo Educacional Fazenda do Rosário. As reflexões a cerca do papel dos lugares de memória na compreensão dos sentidos atribuídos a docência, são temáticas essenciais para entendimento dos anseios e desafios do magistério como uma categoria profissional distinta.

Palavras-chave: Formação docente; Curso Normal; Experiências Formativa

LETRAMENTO LITERÁRIO: INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS LEITORAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Chrisley Soares Félix²

Aline Regina Gomes³

A preocupação com a formação de leitores no Brasil tem tido como uma de suas conseqüências a elaboração e a implantação de programas de promoção da leitura, direcionados às escolas e às bibliotecas. Nesse sentido, o Ministério da Educação desenvolveu recentemente algumas ações de promoção e acesso à leitura, tais como a distribuição de livros de literatura para as escolas, na tentativa de democratizar o acesso ao livro. Durante muito tempo tal atuação privilegiou a circulação de livros didáticos, mas algumas ações passaram a ocorrer a partir dos anos 80, voltadas para as bibliotecas escolares e ao incentivo da leitura e à formação de leitores da literatura. Entretanto, verifica-se que os obstáculos para a democratização da leitura são de natureza cultural, social e econômica. Outra característica marcante no atual cenário educacional brasileiro, que reforça o interesse pela temática do presente estudo, é a ampliação do tempo de escolarização das crianças. A aprovação do Ensino Fundamental com duração de nove anos e a obrigatoriedade escolar para pessoas de 4 a 17 anos são algumas das questões que a escola tem se deparado. A aprovação do Ensino Fundamental com duração de nove anos traz discussões e implicações para o cotidiano escolar, que ainda não são totalmente exploradas, talvez por serem simplesmente colocadas em um patamar de desafios da educação contemporânea. Uma das implicações aqui discutidas é a chegada das crianças de cinco anos nas turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental e, com isso, a gradativa inserção desse sujeito no universo literário. Cabe aqui o destaque, bem como a nossa concordância, ao que alguns autores vem defendendo de “indissociabilidade entre os conceitos de infância e crianças”. Nesse debate, as crianças são uma categoria social constituída por sujeitos concretos, enquanto que a infância é concebida como a experiência que lhes é própria. Experiência que depende das condições sociais em que as crianças vivem, como interação entre si e na relação adulto-criança e como significam o mundo, muitas vezes constituído unicamente pelos contextos da casa e da escola. Questões tais como “qual o lugar da criança nas relações sociais?”, ou então “que papel a criança estudante é cada vez mais demandada a representar na escola?” são questões recentemente colocadas em pesquisas, principalmente no âmbito dos estudos da Sociologia e na interdisciplinaridade dos Estudos da Infância. O objetivo deste estudo é investigar os usos das obras literárias enviadas às escolas por meio de políticas públicas nacionais e municipais e que se destinam aos leitores crianças (em suas infâncias), recém-chegadas ao Ensino Fundamental. Para tanto, serão observadas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH), com

¹Trabalho em andamento, desenvolvido na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

²Doutoranda em Educação e Linguagem pelo CEFET-MG. Professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. chrisleysoares@gmail.com

³Doutoranda em Educação pelo PPGE/FAE/UFMG. Professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. alinets4@gmail.com

o intuito de investigar as práticas de letramento literário e de incentivo à formação do leitor. Até o momento, o referencial teórico foi levantado e se baseia em Aquino, Candido, Coelho, Cosson, e Patrini, além dos clássicos autores advindos da Sociologia da Infância (Alan Prout, com o seu conceito de “agência”, Wiliam Corsaro sobre a “reprodução interpretativa”, Jans Qvortrup com a “categoria estrutural” e Manuel Sarmiento, sobre as “culturas infantis”). Além disso, em breve será iniciada a pesquisa de campo de cunho etnográfico, no sentido de identificar os usos das obras, a metodologia, a relação entre leitor e a obra e a influencia das estratégias de leitura e exploração do texto (escrita e imagem) no processo de formação do leitor. Considerando a literatura como instrumento de democracia, espera-se contribuir para a investigação da importância de práticas significativas, em primeiro lugar para as crianças em suas infâncias. Significativas também para o incentivo à leitura e, conseqüentemente, para a formação do cidadão consciente, criativo e reflexivo.

Palavras-chave: leitura; escola; infâncias; práticas formativas.

A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO NOS ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Cristina Sueli dos Santos

O presente trabalho é resultado de uma investigação sobre o tema do patrimônio, enquanto parte dos conhecimentos transversais e seus diálogos com o ensino de história, mais especificamente na perspectiva da educação histórica, com o objetivo de compreender as práticas escolares da educação patrimonial e sua relação com as categorias históricas de tempos passados e presentes e de espaços, em sua dimensão local, regional, nacional e global, por meio do acompanhamento de atividades realizadas, durante o ano de 2015, com os gestores, professores, responsáveis e estudantes das turmas do 3º ano do ensino fundamental de uma escola pública da rede municipal de Viçosa, estado de Minas Gerais, Brasil. O interesse por esta temática surgiu em decorrência da necessidade de analisar de que maneira os professores dos anos iniciais têm sido mediadores dos saberes sobre a educação patrimonial, que pode envolver diversas áreas do conhecimento e diferentes sujeitos, em ações voltadas para o ensino e a aprendizagem com o intuito de compreender e transformar a realidade e partilhar a cultura que, por sua vez, pode contribuir para superar preconceitos e promover a convivência com as diferenças e pelo direito de registro cultural de maneira mais democrática. Essa pesquisa visa verificar se a educação patrimonial pode favorecer ao entendimento e à identificação dos valores culturais que circulam socialmente entre os habitantes do município. Neste sentido, analisou se os materiais utilizados, as táticas e as estratégias empregadas pelos professores do 3º ano do ensino fundamental, os desafios, limites e possibilidades para o trabalho com educação patrimonial no contexto escolar e sua relação com a vida social, utilizando como perspectiva de análise o estudo de caso, na qual foram realizadas entrevistas, observação na escola, nos eventos culturais, em sala de aula e em espaços extraescolares, com o uso de fontes e referências diversas, primárias e secundárias. No caso em estudo, essa estratégia foi iniciada com a escolha da *Escola Municipal Ministro Edmundo Lins* (EMMEL), em Viçosa e teve o propósito de investigar como os conteúdos relacionados à educação patrimonial foram sendo trabalhados, identificando as estratégias e os recursos utilizados para abordar esta temática, como meio do aluno construir conhecimentos históricos no âmbito temporal e espacial e se perceber como sujeito integrante da cultura referenciada e produzida socialmente. A escolha dessa Escola para ser investigada foi devido aos seguintes fatos: seu prédio ser tombado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Patrimônio de Viçosa; apresenta uma proposta pedagógica com temas transversais; e desenvolve projetos relativos aos temas cultura e patrimônio com instituições de ensino ou de cultura oriundas das instâncias federal, estadual e municipal; por ser onde atua a pesquisadora, ocupando diferentes funções no serviço público municipal o que assinala o lugar privilegiado de observação e intervenção que um dos investigadores teve para realizar e mediar as atividades relacionadas com a educação patrimonial em seu caráter de educação histórica e cultural. A pesquisa proporcionou a possibilidade de trabalhar as manifestações culturais de forma sistemática e incentivar a elaboração de um quebra-cabeça do patrimônio material e imaterial do município, para que a comunidade escolar tenha

acesso ao conhecimento socialmente produzido, em termos de manifestações e valores culturais locais. Embora reconheçamos a relevância desse saber sistematizado para difusão da educação para o patrimônio, o quebra-cabeça deve ser utilizado como ponto de partida para envolver a comunidade, para que a mesma identifique os valores e os espaços construídos, as formas de uso do patrimônio cultural que qualifica, debata o planejamento e motive as pessoas para resignificar esse sentimento de pertencimento, de participe do processo na instituição escolar.

MEMÓRIA E CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO¹

Daniel Ordane da Costa Vale²

Este artigo tem o objetivo analisar a relação que pode se estabelecer entre a memória individual e coletiva percebida na cultura corporal de movimento, o objeto de estudo da Educação Física. A metodologia utilizada para esse trabalho será a pesquisa bibliográfica na qual, inicialmente, serão explicitados os conceitos de memória, embasados nos estudos de Stephanou (2005); Faria Filho (2009); Barros (2009); Rodrigues (1981); Meneses (1992) e Simson (2003). Ao iniciarmos esta parte do trabalho, descreveremos um pouco sobre como os autores definem o conceito de memória. Para isso, utilizaremos a obra de Stephanou (2005) que retrata pontos importantes para a compreensão do conceito em estudo. Em sua teoria percebe-se elementos significativos como os “fragmentos de pensamento” para compreender o presente, pensado na interlocução com o futuro. Por outro lado, Faria Filho (2009) utiliza algumas representações históricas para clarear alguns pensamentos sobre a temática, sendo assim, adentraremos no estudo de Edward Palmer Thompson historiador Inglês que fez grandes contribuições utilizando como ferramenta uma abordagem marxista que evidencia a experiência humana. Nos apoiaremos, também, em Barros (2009) quando busca identificar a relação entre memória e história relacionando o espaço e o tempo. Assim, podemos salientar que os autores vêm definindo que: resgate histórico, saberes e experiências são alguns fatores em comum entre as definições de memória. Já no segundo momento do trabalho, será realizado um resgate da literatura referente à memória na construção do objeto de estudo da Educação Física. Para essa compreensão é fundamental ampliar a trajetória histórica da disciplina, visto que, em meados dos anos 80, na compreensão de muitos estudiosos, se instaurava uma crise e uma crítica à função sociopolítica na escola. Para esta análise utilizaremos como referenciais teóricos: Coletivo de Autores (1992); Marcilio Souza Junior (2011) et al; Escobar (1995); Neira e Nunes (2008); Neira e Uvinha (2009); Bracht (2007). É importante deixar claro as necessidades colocadas por parte da sociedade as demandas de estruturar uma Educação Física para abranger a todos os sujeitos praticantes, sendo assim, começam-se a relativizar a ideia do objeto de estudo somente como um ser biológico e esportivista, pode-se dizer, então, que meados dos anos 80 iniciava uma nova história da Educação Física. Estudiosos como: Carmem Lúcia Soares; Celi Nelza Zülke Taffarel; Maria Elizabeth Medicis Pinto Varjal; Lino Castelani Filho; Michele Ortega Escobar; Valter Bracht formam um grupo de estudo para discutir possibilidades de mudança, assim, surge à ideia de cultura corporal de movimento. Como podemos observar, a década de 80 foi promissora para que a Educação Física no Brasil criasse um objeto de estudo, capaz de trazer aos professores conhecimentos necessários para que ampliassem as capacidades motoras e físicas do sujeito praticante de educação física escolar. Assim, não poderíamos descartar a cultura sob essa análise, pois um sujeito não se faz somente por um ser biológico, o individuo possui conhecimentos,

¹Conclusão de artigo.

²Mestrando em Educação na linha de pesquisa formação docente, Especialista em Educação Física Escolar pela Universidade Gama Filho e Graduado em Educação Física pela Fundação Helena Antipoff, E-Mail: danielordane@yahoo.com.br

valores, crenças, experiências etc. Para os autores, a cultura corporal é o desenvolvimento das práticas corporais, ou seja, as várias manifestações da cultural humana sendo elas: os jogos e brincadeiras, ginástica, dança, luta, esporte e capoeira, cada uma destas manifestações tem a sua própria identidade, sua história construída pelo homem e vem se construindo e reconstruindo de acordo com a evolução da sociedade, o que possibilita uma relação mais próxima aos alunos na escola. Desta maneira, com a intenção de ampliação dos futuros pesquisadores, deixaremos aqui como considerações finais que este estudo realizou um resgate de conceitos historiográficos sobre a temática “memória”, e, em sua investigação bibliográfica, podemos salientar que a memória e história se entrelaçam e juntos nos fazem compreender melhor a temática em estudo. Ressalta-se que a estreita ligação que a Educação Física estabelece com os sujeitos a partir da cultura corporal de movimento, possibilita que a experiência que o professor e, também, o aluno já tem com as práticas corporais e, nesse sentido, as memórias que já desenvolveu sobre o tema abordado nas aulas, pode ser um fator significativo na relação com a disciplina enfocada.

Palavras-chave: Educação Física; Experiência; História.

MUSEU ITINERANTE BALAIO DA CAPOEIRA: REPRESENTAÇÃO ESTÉTICA, REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO¹

Daniel Silva Porto²

Este trabalho analisa o caso do Museu Itinerante Balaio da Capoeira - MIBC, no contexto do processo de ressignificação dos museus e da capoeira no Brasil, no final do século XIX e início do século XX até a contemporaneidade. Atento às mudanças no olhar sobre o papel e lugar do negro na sociedade brasileira, ao reconhecimento de novas categorias do saber presentes nos patrimônios imateriais, as legislações específicas, as categorias de exposições ontem e hoje com seus diferentes dispositivos de pensar e mediar a cultura, as mudanças nos discursos sobre a cultura afrobrasileira e suas imbricações com a pesquisa em educação. A montagem de exposições fabricou narrativas históricas e míticas no final do século XIX e início do XX, em consonância com os conflituosos interesses dos estados/nações modernos. Na contemporaneidade, a cultura de massas com seus paradoxos, possibilitou o surgimento de novos modelos e dispositivos expográficos, o fazer artístico e a expansão dos padrões de consumo contribuiu para questionar os paradigmas clássicos. O que reconfigurou os discursos estéticos e o pensar a cultura, nas interfaces com a política e as políticas públicas, um processo de mudança do lugar e do papel do sujeito anônimo na história, e uma mudança também no olhar sobre os aportes, suportes ou dispositivos da criação e das exposições de arte e cultura. Conceitualmente a cultura afrobrasileira conquistou o espaço institucional ao longo do século XX, uma transição do lugar e do papel do negro e da cultura afrobrasileira, expressos na formulação de leis e políticas públicas específicas no final do século XX início do século XXI. Conquistas materializadas, entre outros aspectos, no reconhecimento da capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil em 2008. Os artefatos, objetos e as memórias dos sujeitos históricos presentes no acervo MIBC, simbolizam conquistas no campo social, político e estético, em que a autorepresentação do negro e da cultura afrobrasileira é evidenciada. Porém, outros desafios surgem no processo de salvaguarda desses bens culturais. Quem vai contar a história dos diversos grupos, mestres e rodas? Como a educação, o ensino de arte, literatura e história podem interagir nesse processo? A mediação cultural indica alguns caminhos, em que a formação docente pode ser qualificada no sentido de relacionar as leis inclusivas e o patrimônio cultural afrobrasileiro no cotidiano escolar. Outra questão levantada neste estudo é qual a compreensão que os diferentes grupos sociais e étnicoculturais, constroem a respeito da capoeira a partir de sua musealização proposta pelo MIBC? Os grupos sociais e étnicoculturais observados e analisados, serão os instrutores de capoeira que atuam em escolas e os alunos praticantes e não praticantes de capoeira. Com base nos relatos dos visitantes, a partir de notas de campo, serão analisadas as diferentes leituras e significações construídas pelo público

¹A pesquisa é objeto de estudo no Mestrado em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Foi objeto de pesquisa na Especialização em Ensino de Artes Visuais – EBA/UFMG – 2013/16, com a monografia Museu Itinerante Balaio da Capoeira: Uma proposta de Mediação Cultural

²Mestrando em Educação UEMG-2016/17, Especialização em Ensino de Artes Visuais – EBA/UFMG – 2013/16, Licenciado e Bacharelado em História – PUC/MG – 2003.

pesquisado. Será utilizada a metodologia da observação participante a partir das impressões do público ao assistir o documentário que narra a história de criação do MIBC, e da visitação ao acervo mediada por seu idealizador mestre Noventa. A capoeira foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Brasil em 2008, o estudo dessa prática possibilita uma diversidade de recortes em vários campos da educação, da arte e da cultura. O MIBC aprofunda a reflexão no campo da museologia e potencializa o conhecimento sobre a história da capoeira em Belo Horizonte e Minas Gerais. O ônibus-museu e seus dispositivos de mediação cultural são objetos dessa pesquisa, eles criam significações que interagem no jogo da representação estética e da representatividade política, que possibilitam averiguar seus resultados no âmbito da pesquisa em educação.

Palavras-chave: Capoeira; Museu-itinerante; Educação; Memória; Mediação Cultural.

PROPOSTAS DO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA EM SUA INTERFACE COM AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS¹

Daniela Amaral Silva Freitas²

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, ainda em desenvolvimento, engendrada pelo Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Educação, Campus Belo Horizonte, da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/CBH/UEMG), que tem como objetivo mapear e analisar diversas ações referentes ao trabalho com as relações étnico-raciais que já foram implementadas no âmbito da instituição. O Programa de Educação Tutorial é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que visa realizar o modelo de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, além de um incentivo à melhoria da graduação, o PET procura estimular a criação de um modelo pedagógico para a universidade, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O PET desenvolvido na FaE/CBH/UEMG, desde abril de 2013, tem como título: “Formação docente para o trabalho com relações étnico-raciais na educação infantil: uma proposta de fortalecimento acadêmico e de combate às desigualdades raciais”. Seu eixo articulador é o tema da “Educação das relações étnico-raciais na educação infantil” e uma de suas principais metas é aprofundar o estudo e a reflexão em torno de um conjunto de referências, sobre as relações étnico-raciais, capazes de contribuir para a qualificação da intervenção a ser feita pelo/a professor/a no âmbito dessa primeira etapa escolar. Entre as inúmeras atividades do Programa, estão aquelas relacionadas à pesquisa. Este texto apresentará os primeiros resultados da investigação acima mencionada. Com base no aporte teórico de textos e pesquisas sobre currículo e relações étnico-raciais desenvolvidos no campo da educação e adotando-se a perspectiva metodológica da pesquisa documental, este texto tem como objetivo discutir e problematizar de que forma a educação para as relações étnico-raciais esteve/está presente/ausente nos documentos curriculares do curso de Pedagogia da FaE/CBH/UEMG. Os documentos analisados neste texto foram as três Propostas do Currículo do Curso de Pedagogia (PCC) que entraram em vigor em 1998, em 2008 e em 2011, respectivamente. Esta investigação permitiu perceber se, com a promulgação da Lei n. 10.639/2003 – que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de n. 9.394/96 (LDBEN) e torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras no ensino fundamental e médio, das redes públicas e privadas de todo país –, a temática étnico-racial passou a ser pautada de forma efetiva no currículo oficial do curso de Pedagogia. Isso porque, após a promulgação da Lei Federal de n. 10.639/03 e de sua regulamentação – pelo Parecer CNE/CP 003/2004 e pela Resolução CNE/CP 1/2004, que dispõem sobre as *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* –, o papel do ensino superior para o cumprimento da Lei foi claramente definido. Apesar de a existência de uma diretriz ou de uma temática no currículo

¹Este trabalho resulta de uma pesquisa em andamento desenvolvida na FaE/CBH/UEMG.

²Doutora, Professora da FaE/CBH/UEMG e tutora do Programa de Educação Tutorial. E-Mail: <danielaasfreitas@gmail.com>.

formal de um curso não assegurar que essa diretriz seja cumprida ou que essa temática seja trabalhada de fato no currículo real; uma completa ausência pode dar invisibilidade para questões importantes que deveriam fazer parte da formação de todos os sujeitos. Foi o que aconteceu durante muito tempo com as relações étnico-raciais, aspecto que permeia a vida em sociedade. A criação de uma lei e de documentos que indicassem a necessidade da presença dessa temática e de diretrizes para seu trabalho foi um ganho para toda a população, pois significou um primeiro passo para sua efetivação. Isso posto, torna-se importante analisar se e de que forma o currículo oficial do curso de Pedagogia da FaE/CBH/UEMG atende às determinações legais referentes à Lei n. 10.639/03 e à sua regulamentação. De modo geral, foi analisado todo o texto dos documentos, com ênfase nas ementas e referências das disciplinas. Verificou-se que foi após a promulgação da Lei n. 10.639/03, que houve certa incorporação da temática ao currículo formal do curso de Pedagogia. A Proposta do Currículo do Curso de Pedagogia de 1998 é marcada por uma ausência da temática, diferente das PCCs de 2008 e 2011. Essas duas últimas Propostas não só têm duas disciplinas cujas ementas se propõem a trabalhar privilegiadamente com a relações étnico-raciais, como a questão aparece de modo indireto em outras disciplinas. Há que se ressaltar que, em consonância às exigências o currículo atual do Curso de Pedagogia está passando modificações e está explícito o objetivo de se incorporar a temática étnico-racial em disciplinas de todos os núcleos formativos. Essa primeira análise apontou para a necessidade de uma investigação mais detalhada, que permita compor um quadro mais completo de como o currículo da FaE/CBH/UEMG se articula com a temática das relações étnico-raciais. Essa presença/ausência da temática no Curso será melhor delimitada na próxima fase da pesquisa, quando se consultará os planos de ensino de cada disciplina ao longo desse período e se analisará a nova Propostas do Currículo do Curso de Pedagogia, que está sendo gestada.

Palavras-chave: diversidade; currículo; formação do/a pedagogo/a; pesquisa em educação.

A WEB RÁDIO COMO MEIO DE DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES¹

Darsoni de Oliveira Caligorne²
Tamara Silva Romanos da Matta³
Luiza Ferreira Primo⁴

Sabendo-se que as mídias têm exercido um importante papel na sociedade contemporânea e que estes meios de comunicação têm influenciado os hábitos de consumo e comportamento da população (Moran, 2007), muitas vezes se colocando como um instrumento de poder como forte caráter ideológico (Moraes, 2002) e mesmo possibilitando a democratização da informação (Raboy, 2005) em direção ao aperfeiçoamento das práticas comunicacionais envolvendo diferentes grupos sociais, surgiu dentro da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) a necessidade de ter um local denominado Espaço Poiesis, onde se pudesse atuar de forma ativa, criativa e crítica dentro do universo da comunicação, neste local foi instaurada a Web Rádio acadêmica da FaE. No ano de 2016, o presente projeto teve por objetivo expandir o projeto WEB Rádio, criando uma aproximação e integração entre os graduandos do curso de pedagogia e a Faculdade de Educação. Diante do Know How presente nos laboratórios de produção de mídias, os objetivos específicos permitiram ampliar as possibilidades de práticas interdisciplinares e transdisciplinares; favorecer o protagonismo juvenil; contemplar o aprendizado e ampliar a capacidade intelectual e as habilidades dos participantes. O projeto teve como foco a formação de professores para utilização da Web Rádio como meio didático-pedagógico, para tal ocorreu formação de professores e alunos para utilização da Web Rádio, no qual aprenderam a produzir, gravar e editar. Dentro do currículo da Faculdade de Educação existe a integração de disciplinas denominada Aulas Integradas e Atividade de Integração Pedagógica. Através desta atividade curricular desenvolvida na Faculdade de Educação, organizamos uma das etapas do projeto integrando-as práticas da Rádio Paraíba 29, produzindo juntamente com a equipe programas educativos. Visamos no decorrer do projeto aproximar o alunado da rádio, pois está rádio é de caráter comunitário, ou seja, deve ser operada por seus bolsistas, mas deve ser pensada coletivamente, portanto, desejamos que os alunos se apropriassem desse veículo para que a rádio consiga ser cada dia mais funcional. Uma proposta de aproximação resultou em um significativo retorno por meio da internet através da rede social facebook (www.facebook.com/radioparaiba29), do blog (www.radioparaiba29.wordpress.com) e também do radiotube (<http://www.radiotube.org.br/meusaudios-3426-0>). Outra ação desenvolvida foi o programa criado e denominado “Narrativas Radiofônicas”, que foi realizado com a participação de professora da área de Literatura, que consistiu na gravação parlandas com os alunos de várias turmas, salientando assim a importância de usar esse recurso pedagógico na alfabetização e letramento das crianças.

¹O trabalho resulta de pesquisa concluída em 2106 e cadastrada no Programa Institucional de Extensão – PAEx/UEMG.

²Professora da FaE/UEMG – darsoniuemg@gmail.com

³Estudante FaE/UEMG - tamarasrmatta@gmail.com

⁴Estudante FaE/UEMG - ferreiraprimoluisa@yahoo.com.br

Outra ação foi a construção do programa “Nas Ondas do Rádio”, no qual vários professores foram convidados a dar uma entrevista com temas importantes relacionados à educação. Todos os programas e fotos foram armazenados em arquivos digitais no laboratório de mídia. As fotos com o registro desse percurso foram compartilhadas na rede social da Radio Paraíba, 29, no blog e também no Radiotube. Por meio dessas ferramentas buscou-se aproximar a rádio dos seus ouvintes e divulgar o trabalho realizado no espaço midiático. Entre os resultados alcançados temos a participação dos professores da Faculdade de Educação e comunidade acadêmica teve a oportunidade de aprender a idealizar e produzir programas com o programa Audacity; Também foram realizadas oficinas sobre o Uso Pedagógico do Blog, Movie Maker, Prezzi, Movie Maker e Power Point para difundir o saber e prover a inclusão digital, o que serviu de base para construção de quatro e-books; Produção de programas de cunho educativo foram veiculados na Rádio Paraíba 29 e serem publicados no canal da Web Rádio no Radiotube, a fim de expandir o alcance de nossas produções. Todas estas ações resultaram na formação de alunos-bolsistas, na formação de educadores e na difusão da web radio como meio de difusão de conhecimentos didático-pedagógicos.

Palavras-chave: Formação docente; Educomunicação; Mediação Tecnológica

EDUCAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO¹

Eduardo Lopes Salatiel²
Liliane da Conceição Rosa da Silva³
Ana Cláudia Ferreira Godinho⁴
Vera Lúcia Nogueira⁵

O presente trabalho é fruto do encontro de dois projetos de pesquisa apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais. O primeiro projeto versa sobre as trajetórias escolares de adolescentes acompanhados pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de Minas Gerais (PPCAAM/MG), enquanto o segundo aborda a evasão escolar por parte de jovens moradores da Vila Nova Esperança em Santa Luzia, Minas Gerais, área de atuação do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! Ambos os programas se constituem como experiências de enfrentamento à letalidade juvenil desenvolvidas no Estado de Minas Gerais a partir do ano de 2003, sendo executados através de convênios com organizações da sociedade civil organizada. No caso do PPCAAM/MG, o convênio se dá entre o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania de Minas Gerais. Esta é a mesma organização não governamental que executa o Programa Fica Vivo! através de convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública. Nesse contexto, por meio de uma investigação exploratória, buscamos discutir e analisar os modos como a dimensão educativa é contemplada nos dois programas, lançando mão tanto da sistematização das experiências profissionais dos autores quanto da análise documental, compreendida por documentos oficiais, marcos regulatórios e referenciais teóricos do campo da educação. Tomando a Educação como processo tanto de socialização, quanto de humanização, e a educação escolar como mecanismo privilegiado de transmissão do legado cultural e científico da humanidade às sucessivas gerações, discutimos alguns elementos que nos levam a falar de certa inadequação da educação escolar em relação às vivências de jovens em situação de vulnerabilidade social. Essa perspectiva está ancorada em estudos que, por exemplo, permitem afirmar que mesmo entre os pobres, aqueles que pertencem aos estratos mais baixos de acesso a recursos financeiros, são, também, aqueles que se veem marcados por constantes repetências, rupturas e ingresso em programas especiais de aceleração da aprendizagem, situações que dificultam ou mesmo

¹ Trata-se de pesquisa em andamento realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais.

² Especialista em Direitos Humanos e Cidadania. Mestrando em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: <eduardo.salatiel@gmail.com>

³ Especialista em Gestão Pública. Mestranda em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: <lilianerosa3@yahoo.com.br>

⁴ Doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do quadro permanente do Mestrado em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: <ana.godinho@ufrgs.br>

⁵ Doutora em Educação. Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: <vlnogueira2010@gmail.com>

inviabilizam o acúmulo sistemático de conhecimento. Nesse cenário, práticas de educação não formal, em especial aquela designada como educação social, ganham espaço e se constituem como possibilidades de intervenção junto a sujeitos que na grande maioria dos casos não possuem trajetórias regulares no campo da educação escolar. Não à toa, a educação social emerge a partir de ações focalizadas e redistributivas, em um contexto no qual se busca reduzir as consequências sociais relativas à fragilização do Estado de Bem-Estar Social. Nesse sentido, a vinculação entre educação social e vulnerabilidades nos coloca o desafio de refletir acerca do modo como essa relação vem, histórica e socialmente, se constituindo, de forma que, ao problematizar as contradições presentes naquilo que vem sendo designado como educação social, não caímos nas armadilhas de um idealismo ingênuo, que desconsidera o contexto sócio-histórico em que essas práticas educativas estão inscritas. Diante desse panorama, procuramos mostrar que ambos os programas alimentam essa perspectiva de educação ao proporem em suas metodologias práticas de trabalho que, a despeito das contradições vivenciadas no cotidiano de trabalho, colocam a questão educativa em tela. No caso do Programa Fica Vivo!, a dimensão educativa aparece tanto nas ações dos analistas sociais quanto dos oficineiros, enquanto no PPCAAM/MG, a figura do educador social aparece de forma mais significativa. Verificamos que a educação social se constitui como mecanismo de prevenção e reinserção social frente a contextos de violência e criminalidade. Tendo por base a construção de processos educativos que se realizam a partir do reconhecimento das crianças e jovens atendidos como sujeitos de direito, pessoas capazes de se posicionar sobre os condicionantes que os cercam e de dialogar acerca da plausibilidade dos encaminhamentos que lhes são endereçados, percebemos que, mesmo em contextos emoldurados no limite entre vida e morte, a educação social se apresenta como mecanismo capaz de descortinar a estrutura e a conjuntura sociais, ao mesmo tempo em que convoca respostas e posicionamentos individuais, ressalvados os limites impostos conjuntural e estruturalmente pela sociedade capitalista.

Palavras-chave: Letalidade juvenil; educação não formal; reinserção social; prevenção.

A EXPRESSÃO DA CORPOREIDADE DE CRIANÇAS CONGADEIRAS NA ESCOLA¹

Fernanda Abbatepietro Novaes²

José Eustáquio de Brito³

Este trabalho apresenta um projeto de pesquisa desenvolvido junto ao programa de pós graduação em Educação e Formação Humana da Universidade Estadual de Minas Gerais que pretende investigar a presença das crianças que participam da Guarda de Congo da Irmandade do Rosário de Ibité no ambiente escolar, articulando suas vivências nestes dois espaços, a partir de sua corporeidade. A noção de corporeidade se caracteriza pela ideia de que é no corpo que a relação sujeito x sociedade se materializa e de que a construção da subjetividade e da identidade estão intimamente ligadas a este corpo, tornando-a indissociável dos saberes construídos nas experiências pessoais, nas relações e vivências sociais. Se pensarmos então a escola, não só como local onde se aprende os conteúdos sistematizados, mas também como palco de vivências e de experiências sociais, podemos considerá-la como um espaço fértil para constituição e expressão da corporeidade da criança. Contudo, para pensar a corporeidade de crianças negras, torna-se necessário que, para além do ambiente escolar, consideremos o universo da cosmovisão africana vivenciada nas comunidades tradicionais afro-brasileiras, onde os saberes produzidos revelam uma forma particular de se relacionar com o mundo. Os rituais presentes no Congado se constituem de técnicas e procedimentos performáticos criados a partir dos valores e da memória da cultura africana que se manifestam através dos corpos. Assim, se pensarmos nas crianças negras que participam dos rituais do Congado, podemos depreender que ao adentrar a escola, elas levam consigo essas marcas, indissociáveis que são de sua corporeidade. Deste contexto, surgiram os questionamentos iniciais que moveram o projeto: Como a dimensão corporal das crianças negras, que participam dos rituais do Congado, se manifesta no ambiente escolar? Como os saberes formais ensinados na escola e os saberes do Congado, que marcam e utilizam o corpo como instrumento de fé, de resistência e afirmação racial, se articulam na constituição da identidade destas crianças? Em que medida, esta experiência afirmativa vivenciada corporalmente no Congado pode ser traduzida na escola? Reconhecendo que as práticas e valores culturais de procedência africana se fazem presentes na corporeidade negra, o eixo argumentativo deste trabalho se baseará nos valores civilizatórios afro-brasileiros: resistência, oralidade, corporeidade. Estes elementos não apenas constituem processos formativos presentes nos rituais do Congado, como também demarcam tensões existentes entre essas formas de conhecimento e a organização do ensino escolar. As contribuições teórico-conceituais que nortearão a pesquisa, pretendem articular o conhecimento sobre as representações e significações do corpo da criança negra, cultura escolar e cultura afro brasileira. O diálogo feito a partir destes campos de abordagem se sustenta

¹ Pesquisa em andamento -. programa de pós graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

² Mestranda do programa de pós graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG <pietronovaes@ yahoo.com.br>

³ Professor Doutor do programa de Pós graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG <joseeustaquio.brito@uemg.br>

através da reflexão teórica de autores como Franz Fanon, Leda Maria Martins, Edmilson Pereira de Almeida, Núbia Gomes e Nilma Lino Gomes. Apesar da presença da criança em pesquisas não ser nova, a condição em que as crianças participam das investigações científicas é uma discussão recente que aponta para a necessidade de uma mudança profunda na abordagem do adulto pesquisador junto às crianças. Entre os desafios teórico-metodológicos dessa nova abordagem estão o objetivo de dar voz às crianças e um delineamento da pesquisa que possibilite captar essas vozes. Essa concepção norteou a escolha dos procedimentos metodológicos escolhidos para esta pesquisa. Serão utilizadas técnicas de desenho, escultura e bricolagem para captar as representações das crianças negras sobre o próprio corpo e a observação livre de suas expressões corporais e movimentos no espaço escolar. Espera-se como resultado ultrapassar a dimensão de denúncia no tratamento dado à diferença racial na sociedade e que se reflete e se fortalece no âmbito das relações desenvolvidas na escola, para apresentar que as crianças negras, que se fazem presentes em outros espaços formativos, notadamente marcados pela presença da cultura negra, têm o potencial de chamar atenção para novas abordagens, capazes de reconhecer a diversidade racial como uma dimensão constitutiva da história, para valorizá-la nos processos de ensino-aprendizagem. Ao levar em conta o que as crianças negras têm a dizer sobre os espaços em que transitam diariamente, reafirma-se sua condição de sujeitos históricos e contribui-se também para a organização de propostas pedagógicas que se contraponham à hierarquização e padronização de saberes no ambiente escolar.

Palavras-chave: congado; educação; relações étnico-raciais, corpo; infância.

AS CONJUNTURAS EM VOLTA DA LEI 10.639/03 E AS REVERBERAÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DA EDUCAÇÃO¹

Santuza Amorim da Silva²
Flávia Paola Félix Meira
Paulo Henrique Maia Melgaço

A pesquisa propôs realizar uma análise da conjuntura Histórica, Cultural e Política em volta da “implantação” e “implementação” da lei 10.639/03, que tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, e quais os reflexos dessas conjunturas na Formação Inicial e Formação continuada do Ensino Superior. Como preâmbulo para pesquisa, foi realizado um levantamento de todos os projetos de leis, de âmbito municipal, estadual e federal, apresentados pelo legislativo, na busca da inserção dessa temática no campo da Educação. Esse caminho faz-se necessário a fim de reconhecer os sujeitos envolvidos no percurso, suas influências e em especial suas ausências. Em relação à Constituição Nacional, o primeiro projeto de lei, PL 1.332, foi levado ao Congresso pelo Deputado Federal e professor Abdias do Nascimento em 1983, denominado *ação compensatória*, tendo a votação adiada várias vezes por falta de quórum e arquivada em 1989. Torna-se importante visitar o contexto que o aborda e questionar, entre importantes fatores, as críticas que o levaram a essa denominação, ao invés de ações afirmativas. Em paralelo a esta análise faz-se necessário observar o papel e as ações das lutas sociais, em especial o Movimento Negro, que sustenta politicamente as medidas parlamentares supracitadas, por defender historicamente a importância da educação como ferramenta de transformação da realidade racial. Dentre as importantes ações destacam-se, a Marcha de Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e Vida, ocorrida no ano de 1995. A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, tendo como *locus* Durban na África do Sul em 2001, com a participação do Brasil, também é um dos marcos de grande relevância que deve ser minuciosamente analisado, valendo destacar que a África do Sul oficialmente sobrepõe o regime do *apartheid* em 1994 com a eleição de Nelson Mandela à presidente da República, o que justifica-se, mesmo que de forma branda, a análise deste artigo sobre as possíveis interferências internacionais na implantação das medidas de ação afirmativa e de reparação no país contra racismos, xenofobia e afins. Por fim a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 para presidente da República, focalizando o contexto sócio-político da aprovação da Lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003, uma de suas primeiras deliberações como Chefe da República. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com análise de documentos (projeto de lei, publicação, conferências), teses e artigos que tenham divagado

¹ Pesquisa em andamento, a mesma compõe a pesquisa dos mestrados Flávia Paola Félix Meira e Paulo Henrique Maia Melgaço do Programa de Pós Graduação em Educação e Formação Humana/FaE/CBH/UEMG.

² Santuza Amorim da Silva – Doutora em Educação (2007) pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutorado sanduíche pelo INRP (Institut National de Recherche Pédagogique). Realizou estágio de pós-doutorado na Université Paris 8 (2011/12), atua como professora no Curso de Pedagogia e Pós Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais (santuza@hotmail.com). Flávia Paola Félix Meira (criolaflavinha@gmail.com) e Paulo Henrique Maia Melgaço, (paulomelgaco@hotmail.com) mestrados da instituição supracitada.

de alguma forma sobre essa construção histórica. Dentre os conceitos que procuramos trabalhar, recorreremos ao Multiculturalismo Crítico, buscando compreender seu movimento de inserção nas últimas décadas do milênio no país e no mundo, em especial entre década 80 e 90 e como essa inserção reverberou no campo nacional e internacional; os conceitos de raça, racismo e etnia devem estar previamente claros, assim como o entendimento sobre as teorias de branqueamento e da democracia racial. No campo da formação docente buscamos analisar a construção em torno da LDB/96, procurando perceber seus sujeitos presentes e ocultos, os reflexos das medidas implantadas pela LDB na educação, com foco no campo da formação inicial e continuada. E por fim realizamos uma breve análise sobre o currículo, abarcando desde o currículo prescritos e suas interferências e ações na prática, e como esses sujeitos se relacionaram nesse processo de forma geral. Como conclusão é perceptível que a luta e o combate ao racismo na sociedade brasileira, vem sendo realizada por várias mãos, grupos e sujeitos, onde o cenário político é fator determinante nas conquistas sociais da população brasileira, sem considerar em hipótese alguma a importância dos movimentos sociais nas provocações e movimentos de resistências, sendo ferramentas imprescindíveis e articuladoras.

Palavras-chave: étnico-racial; currículo; movimento negro; multiculturalismo.

AS DINÂMICAS CORPORAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Helôisa Machado Corradi¹

Vera Lúcia Nogueira²

Este trabalho apresenta resultados de uma investigação sobre as dinâmicas corporais presentes nas práticas pedagógicas de professoras de uma Escola Infantil do município de Itaúna (MG)³. Entre as contribuições teóricas, destacou-se Liev S. Vigotsky (2003), Henry Wallon (2008) e Maurice Merleau-Ponty (1999). Buscou-se compreender como estão sendo concebidas e realizadas as práticas corporais propostas intencionalmente ou realizadas livremente pelas crianças com idade de cinco anos dessa Escola. A análise considerou o corpo nossa presença no mundo; afirmando que, é com ele que se estabelecem comunicações construindo uma linguagem única; com ele que se percebe a vida. Sendo assim, a escola, a família, a religião, dentre outros núcleos de convivência, são lugares de desenvolvimento da totalidade humana, com implicações físicas, emocionais, mentais, espirituais, sociais, culturais, biológicas, afetivas; todas, sendo na sua singularidade, constituintes do indivíduo. Nesse contexto, a criança deve ser vista, resultante da fusão de suas várias dimensões, cujo desenvolvimento ocorrerá, na integração dos mesmos. Essa multiplicidade se torna especialmente instigante numa escola de Educação Infantil pois, na fase inicial do desenvolvimento a criança possui poucos recursos verbais para se expressar, sendo então as expressões corporais a forma mais eficiente e natural de se relaciona; então, fundamental será que essa Escola valorize a corporeidade para além dos conhecimentos relacionados à leitura, a escrita e à linguagem matemática, pois principalmente, na fase da Educação Infantil a palavra se encontra subsumida na gestualidade. Corporeidade aqui é entendida como sendo um corpo percebido em sua totalidade, ideia diferente daquela propagada entre os séculos XVII e XIX, quando o corpo era visto como algo separado da mente. Falar de corporeidade é falar da existência simultânea entre corpo e mente; de um corpo que se movimenta, que expressa vivências cotidianas, sentimentos, culturas. Uma cultura não cristalizada, que se modifica no tempo e no espaço por nós vividos, nos colocando diante do corpo como uma linguagem essencial na construção de si mesmo; num mover-se cheio de significados, que contribui como fundamento na formação da criança. Consolidando sua compreensão do mundo, seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. A investigação, de natureza qualitativa, teve como principais instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada, a observação participativa e a análise documental. Foram selecionadas duas professoras cujo trabalho pedagógico foi acompanhado ao longo dos anos de 2014 e 2015. As práticas observadas evidenciaram duas linhas de ação consideradas antagônicas pela literatura. Se por um lado existe a preocupação com a formação do futuro adulto em comportamento e na sua razão intelectual, por outro lado também ficou evidente a preocupação em respeitar o

¹ Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), professora da Universidade de Itaúna/MG, email:helocorradi@hotmail.com.

² Doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG), email: vlnogueira2010@gmail.com

³ Estamos nos referindo à pesquisa de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado em Educação e Formação Humana, da Faculdade de Educação da UEMG, em 2015.

momento exploratório da criança sendo que essas experiências se complementaram em muitas das dinâmicas corporais observadas. Percebeu-se também que essas práticas refletiram antes de tudo os próprios saberes das professoras, evidenciando certa fragilidade do vínculo com os saberes presentes no contexto amplo da sua formação acadêmica, constituindo-se muitas vezes em experimentação sem fundamentação. Confirmou-se que historicamente a Educação Infantil ainda vem sendo pautada por um modelo de racionalidade sobre o significado do corpo e seu movimentar, como condição para o desenvolvimento da razão intelectual. Repensar atualmente o corpo na educação, exigiria uma mudança na lógica do pensamento educacional com especial atenção à formação de professores. Assim inferimos que, quando a professora tem a consciência do corpo como totalidade, certamente a sua intervenção terá sobre as crianças, olhares que irão contemplar atividades que atendam ao desenvolvimento do todo, possibilitando abstração, compreensão e construção do próprio conhecimento. Investir em alternativas que levem em conta a complexidade e a importância do tema constitui-se num grande, mas irrecusável desafio.

Palavras-chave: Corporeidade; Expressão Corporal; Desenvolvimento Integral.

EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS PARA ALÉM DA SALA DE AULA: UMA CONVERSA SOBRE O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL NA ALDEIA PATAXÓ MUÃ MIMATXI¹

Izaak Erder Silva Soares²

O presente trabalho, busca apresentar diferentes maneiras de potencializar a educação, de forma a propor discussões teóricas e práticas sobre alguns conceitos centrais que estão presentes nos conteúdos de história do Brasil, essencialmente os conceitos de “descobrimento”; “índio”; “civilização” e “memória”. Para tanto, pensamos nesses conceitos em sua própria historicidade e discurso. O tema desse trabalho está ligado às discussões sobre a questão da história indígena e os diversos preconceitos relativos a essa temática, sobretudo os preconceitos implícitos, que são utilizados e vulgarizados tanto na escola como nos meios midiáticos. De modo geral, acreditamos que uma análise crítica acerca desses conceitos deve ser uma preocupação constante para docentes em suas práticas profissionais, entretanto devemos pensar de que forma isso pode ser colocado em prática. Para tal realizamos uma visita técnica com alunos do sétimo ano do Ensino Fundamental II à aldeia Pataxó Muã Mimatxi no Município de Itapecerica, na região Centro Oeste do Estado de Minas Gerais, propondo algumas questões aos líderes da aldeia: qual sua história sobre a chegada dos portugueses ao Brasil? De que forma vocês percebem o uso do termo “descobrimento”? Tal experiência didática buscou, sobretudo, romper com práticas pedagógicas baseadas num currículo de cunho “positivista”, fortemente marcado por uma perspectiva nacionalista/ufanista e que historicamente vem minimizando e até mesmo excluindo da história as versões indígenas. Nesse sentido, essa visita técnica objetivou possibilitar uma relação diferenciada entre os alunos e o conhecimento, no sentido de romper com a ideia do professor que “professa verdades absolutas” e dos alunos como “tabuas rasas” ou “sem luz”, que são “iluminados” ou preenchidos com o conhecimento. O contato com a narrativa dos Pataxós possibilitou o acesso a outra versão sobre o episódio do “descobrimento”, outra possibilidade de história do Brasil. Não é o caso de uma imposição de ideias e versões, mas uma contraposição, uma interposição, no sentido de possibilitar uma construção crítica acerca desse episódio de nossa história e ainda um olhar mais crítico acerca do papel social e político da história, e como essa é utilizada para atingir a fins de poder e manipulação social (a história para uma performática do poder, produzida e reproduzida socialmente por aqueles que a monopolizam). As principais conclusões obtidas com esse trabalho devem ser relacionadas com o reconhecimento não de uma verdade histórica única e absoluta, mas de uma pluralidade de versões que se complementam, se completam e competem no

¹ O Presente trabalho resulta de uma pesquisa concluída, realizada no ano de 2016, parte integrada das atividades desenvolvidas pelo Centro de Memória Profª Batistina Corgozinho (CEMUD), relativas à sua participação na Primavera de Museus. O presente trabalho está vinculado a Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Divinópolis, mais especificamente ao CEMUD e ao Curso de Licenciatura de História, além da escola de educação privada que participou desse trabalho, o Sistema Uno Vértice de Ensino.

² Izaak Erder Silva Soares, Mestre em História pelo ICHS, UFOP, Professor do Curso de história na UEMG, Unidade Divinópolis, pesquisador do CEMUD e Professor de história do Ensino Fundamental II no Sistema Uno Vértice de Ensino. E-Mail: <izaacerder@gmail.com>.

âmbito social e político, apontar para um conhecimento histórico que está sempre em construção e mediado pela documentação/fontes (e aqui, sobretudo, nos interessa os testemunhos orais) e pela criticidade dos sujeitos. Nesse sentido a visita técnica contribuiu para o processo de construção do conhecimento por parte dos alunos, pois tiveram acesso a uma versão histórica Pataxó, que questiona o modo de produzir a história dos “brancos” e a uma problematização dos conceitos preconceituosos, eurocêntricos, positivistas e excludentes, “descobrimento”; “índio” e “civilização”, termos que negam à memória Pataxó, silenciando sua história e memória acerca do seu próprio passado.

Palavras-chave: História indígena; Positivismo na história; Ensino de História; História e Memória; História Social.

O MOVIMENTO HIP-HOP E OS DUELOS DE MCs EM BELO HORIZONTE: Conexões de saberes através da disputa rimática

José Humberto Rodrigues¹

A presente pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e teve como objetivo investigar como se constroem as conexões de saberes dos jovens A presente pesquisa teve como objetivo investigar como se constroem as conexões de saberes dos jovens *rappers* que participam das batalhas rimáticas nos duelos de MCs localizado embaixo do viaduto Santa Teresa, eventos organizados pelo Coletivo Família de Rua. Ao adentrarmos no universo do *hip hop* na cidade de Belo Horizonte, percebemos que, conforme Torres (2005), esse movimento surgiu entre as décadas de 80 e 90, quando alguns grupos foram, progressivamente apropriando-se de espaços, como o edifício conhecido por “Palomar” na Avenida Afonso Pena, o Terminal Turístico JK, na Praça da Savassi e na Praça da Liberdade. Essa ocupação tinha como propósito demonstrar a possibilidade e a facilidade de confluência de sujeitos de todas as regiões em grandes espaços de visibilidade dentro da cidade. A rua, como espaço de sociabilidade, exclusão e também inclusão, de variedades de discursos, é o local apropriado, que possibilita manifestações, como o duelo de MCs em Belo Horizonte. A primeira edição aconteceu em agosto de 2007, quando um grupo de jovens se mobilizou em torno da “Liga dos MCs” (um evento nacional de MCs, que teve uma etapa eliminatória em Belo Horizonte). Surge, a partir desse momento, um movimento em prol de se criar também nos espaços públicos da cidade um evento de duelo de MCs. Formou-se o Coletivo da Família de Rua, que, dentre outros projetos sociais, concentrou suas ações em torno do duelo de MCs, através da divulgação desses eventos, de contatos com a Prefeitura para liberação de alvará, de registro audiovisual e escrito das apresentações, viabilizando equipamentos e promovendo eventos para a arrecadação de verbas. Inicialmente, essas batalhas aconteciam na Praça da Estação (Projeto Miguilim da Prefeitura de Belo Horizonte, que foi extinto em 2008), depois migraram para debaixo do viaduto Santa Tereza. Um dos motivos para essa mudança - para o anfiteatro - foi a proteção dos participantes no período de chuva. O duelo de MCs possibilita novos usos para esses espaços públicos, que, no dia a dia, são utilizados como local de passagem de trabalhadores e “abrigo” de pessoas de situação em risco. Depois de inúmeras mudanças de locais para a reforma desse espaço, os eventos do movimento hip-hop voltaram ao viaduto Santa Tereza, com apresentações aos domingos a partir das 14h. Sendo assim, o estudo traz a questão dos saberes e sentidos como interlocutores para desenhar e construir outros saberes através do movimento *hip-hop*. Desse modo, buscou-se não só saber quem são esses jovens em suas experiências e vivências, como também suas práticas político-sociais e seus diálogos com as manifestações culturais dentro do contexto social da cidade. Para balizar nosso entendimento, dialogamos com Dayrell (2006), que percebe a juventude como uma categoria socialmente construída, que ganha contornos próprios em contextos históricos,

¹ Mestre em Comunicação Social e Educação, discente UFMG - pesquisador email: jhrodrigues@terra.com.br.

sociais e culturais distintos, marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais, de gênero e, até mesmo, geográficas, dentre outros aspectos. Também apropriamos das categorias culturas de rua e outras pedagogias e sujeitos em Arroyo (2012), Sposito (2007), Abramo *et al* (2011), Mayorga (2012), Magnani (2007), Herschmann (2000), Vianna (1997), Hill (2014), Sousa (2012) e Gohn (2010, 2012, 2014) dentre outros. Foram abordados os paradoxos e conflitos que permeiam o movimento hip-hop e os duelos de MCs, entrecruzando os discursos de atitude, revolução e respeito como pressupostos de mudança social numa sociedade em que o discurso de consumo marca o cotidiano dos jovens. O estudo aponta que as relações tecidas entre o movimento hip-hop e a construção de saberes promovem atualmente uma cultura juvenil envolvida nos duelos de MCs conscientes e participativos na sociedade. Diante disso, suas experiências e vivências dentro do movimento hip-hop e nos duelos de MCs demonstram que há um investimento na cultura hip-hop como um projeto de futuro, seja criando um grupo, seja atuando sozinho, agindo como um agente social que tem uma missão: ser/estar no rap é uma bandeira que deve ser articulada como processo de transformação da realidade e do sujeito. Esses jovens, através da cultura hip-hop e dos duelos de MCs, no ser/estar dentro desse movimento político-cultural e de outros, estabelecem um ato pedagógico, pois todo esse processo se dá pela interação entre suas vivências e experiências, trocas simbólicas e produção de sentidos de saberes e fazeres, que se relacionam ao ato de ensino-aprendizagem. Rompem os limites da simples transmissão de conhecimento para alcançar uma construção dinâmica e sistêmica que se estabelece entre todos no contexto político-social ao qual estão envolvidos. Assim, esses jovens estão sempre na trilha da construção de suas identidades, como também de sentidos e saberes no seu existir, em ações culturais que possibilitam mudanças político-sociais, em uma perspectiva pedagógica de mudança e renovação, porquanto as conexões de saberes que são construídas com seus pares em todos os contextos e espaços sociais – a cidade, a comunidade, o bairro, a rua, a praça, as esquinas – podem ser articuladas e conectadas entre si.

Palavras-chave: Cultura de rua; Movimentos sociais; Coletivo juvenil.

AS RELAÇÕES QUE OS ALUNOS ESTABELECEM COM A FOTOGRAFIA¹

Júnia Patricia Cardoso²
Lana Mara Castro Siman³

Do seu surgimento, no século XIX, aos dias atuais, a fotografia tem se tornando cada vez mais presente na vida das pessoas, a ponto de a gigante norte-americana *Yahoo* ter estimado em um artigo publicado pela *Agence France-Presse/AFP* (2013) que em 2014 seriam feitas 880 bilhões de fotos no mundo. Não à toa em 2012, Mark Zuckerberg, CEO do *Facebook*, anunciou a aquisição do *Instagram* por US\$ 1 bilhão. O *Instagram* é o aplicativo mais utilizado no mundo para compartilhamento de fotografias, principalmente entre o público jovem. Pesquisa da *Business Insider* (2014) concluiu que mais de 50% dos usuários do *Instagram* têm entre 16 e 24 anos, o que demonstra o apelo que a imagem possui na vida desses jovens e como a fotografia, de uma maneira geral, se tornou importante na construção identitária dos sujeitos no mundo contemporâneo. A produção fotográfica é tamanha que a cada minuto se produz mais fotos do que em todo o século XIX, o que mostra o apreço pelo visual na contemporaneidade, principalmente entre os alunos, já que nasceram mergulhados nesse universo. Portanto, compreender a fotografia deve fazer parte das atribuições da escola. SIBILIA (2012) já analisou que o espaço escolar deve ser um local de respeito às subjetividades e que ele possa dialogar com os alunos que são digitais, mas inseridos em uma escola que ainda continua analógica. Essa geração nasceu mergulhada em um mundo imagético e acreditamos que a fotografia é importante para eles, mas ela é importante quanto? Como a fotografia está presente em suas vidas? Como eles a enxergam? Para se ter uma ideia, ao pedir aos alunos que trouxessem para sala de aula objetos importantes de sua história, um deles fez uma fotografia de um objeto (um moedor de café) e só levou a fotografia no celular. Ao ser questionado por essa escolha, afirmou que “era tudo a mesma coisa”. Fala corroborada por muitos outros alunos diante do diálogo. O que eles estavam afirmando é que não havia diferença entre o objeto e sua respectiva fotografia. A frase do aluno mostra que a foto representava fielmente o moedor de café e não havia nenhuma manipulação. Não havia motivos para se desconfiar dessa imagem apresentada. Diante dessa situação começamos a nos perguntar qual era o tipo de relação que o aluno estabelecia com a fotografia. Sabemos que ela faz parte de seu cotidiano, mas qual a importância que ocupa em suas vidas? Esses alunos do século XXI percebem mesmo a fotografia como a representação fidedigna do real? Ao apresentar a foto do moedor de café, era esse o discurso que se anunciava? Até que ponto os alunos acreditavam nisso? Todas essas questões levaram à formatação de um projeto de pesquisa que buscasse entender como é a fotografia para os alunos do Fundamental II de uma escola pública estadual. De uma

¹ Pesquisa em andamento no Mestrado em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

² Especialista e estudante do Mestrado em Educação na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: contato@juniacardoso.com.br.

³ Doutora e orientadora do projeto de pesquisa de Mestrado em Educação na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG): “No meio do caminho tinham fotografias: relações que os alunos estabelecem com a fotografia”. E-mail: lanacastrosiman@gmail.com.

maneira geral, enxergamos os alunos com seus aparelhos de celular fazendo fotos e simplificamos o próprio processo fotográfico e a ligação deles com a imagem fotográfica. Tanto é que no início da pesquisa, mapeamos que a fotografia era para os alunos uma forma de descarte, publicidade, identidade (visibilidade e status), experiência pelo registro e confirmação do que é verdadeiro e real, mas no decorrer do projeto nem todas as hipóteses foram confirmadas e as respostas sinalizaram o quanto desconhecemos como os alunos percebem a imagem fotográfica. A ideia do descarte, por exemplo, não se verificou. De maneira geral, há uma consciência por parte deles de que fotografar é a escrita pessoal de alguém sobre o mundo e, por isso, muitos preservam o registro e nem sempre publicam o que foi feito. A publicidade não é uma regra. E a maioria prefere fazer fotografias de paisagem. Ou seja, a *selfie* não é uma realidade para grande parte dos alunos que participaram das primeiras entrevistas. Apesar de se encontrar em fase preliminar, as respostas dão indícios que essa geração pode apresentar muito mais sensibilidade do que se imagina e que os resultados podem potencializar o uso da fotografia no processo pedagógico. Outro ponto a ressaltar é que como fizemos a opção pela perspectiva teórica fenomenológica acreditamos ser possível buscar entender o universo sensível e o próprio processo fotográfico que cerca os alunos.

Palavras-chave: Foto; Imagem fotográfica; Arte-Educação; sensibilidade.

UMA PONTE UNINDO DOIS MUNDOS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO AMANU JUNTO ÀS COMUNIDADES CAPÃO DO BERTO, XIRÚ E ESPADA¹

Kele Conceição Alves Vilaça Amaral²

Karla Cunha Pádua³

Neste trabalho, discutimos a presença da educação ambiental(EA) nos projetos realizados pela Associação Amanu - Educação, Ecologia e Solidariedade, junto a comunidades rurais de Jaboticatubas/MG. Criada em 2007 e transferida em 2009 para este município, a Amanu vem atuando no sentido de executar projetos e oferecer apoio a ações populares que beneficiam 14 comunidades na região em diversas áreas. A pesquisa busca compreender as atividades de EA realizadas pela Associação Amanu em três comunidades vizinhas, delimitadas como nosso campo de pesquisa: Capão do Berto, Xiru e Espada, investigando se cumprem os objetivos fundamentais previstos pela Política Nacional de Educação Ambiental sob a lei 9795/99 que fornece diretrizes sobre a atuação da EA. As comunidades Capão do Berto, Xiru e Espada compartilham históricos semelhantes de formação que remete aos descendentes de ex-escravos da mais antiga fazenda da região. Localizados em meio à deslumbrante paisagem da Serra do Cipó, a população que possui uma forte relação com o território, tem enfrentado grandes desafios engendrados a partir dos conflitos socioambientais, relacionados ao aumento do turismo e a expansão imobiliária na região. A criação do Parque Nacional da Serra do Cipó na década de 80 e as obras viárias realizadas nas décadas seguintes para facilitação do acesso à região como a pavimentação da Rodovia MG-10 e a construção da Linha Verde, foram grandes atrativos para a chegada dos condomínios, sítios e para o crescimento do chamado ecoturismo, causando sérios impactos ao meio ambiente e ao modo de vida das populações locais. Diante de tais demandas a Associação Amanu, intensificou sua atuação na região a partir de 2011, realizando cursos de agroextrativismo e cultura popular, homeopatia na agricultura e projetos visando o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Atividades em que a educação ambiental esteve em destaque, sobretudo pela valorização dos saberes tradicionais relativos ao uso sustentável do Cerrado. Em 2013, atendendo a reivindicação comum dos agricultores de várias comunidades, referente às dificuldades no escoamento da produção e ausência de um local para venda direta ao consumidor foi criada a feira livre de agricultura familiar Raízes do Campo. Realizada quinzenalmente na praça central de Jaboticatubas, a feira se tornou um local privilegiado de reunião entre feirantes e fregueses que possibilita negociações que vão muito além das comerciais. Nos encontros culturais proporcionados por este ambiente trocam-se saberes, experiências e vivências, em um ambiente onde a sociabilidade, a cultura e a territorialidade transformam-se em processos educativos permanentes. A pesquisa de campo

¹ Este trabalho integra uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, no PPGE-UEMG.

² Mestranda em Educação e Formação Humana- Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG (kelepedagogia@gmail.com)

³ Karla Cunha Pádua (Orientadora) Doutora em Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais PPGE-UEMG (kcpadua@yahoo.com.br)

vem demonstrando que as atividades de EA desenvolvidas pela Associação Amanu favorecem a criação de uma ponte unindo dois mundos que são, ou deveriam ser, inseparáveis: o mundo do conhecimento e o mundo da sabedoria. Ao relacionar as questões ambientais aos interesses e necessidades locais, a EA que se estende para além dos muros das escolas, pode proporcionar conhecimentos sobre o mundo e a realidade que envolve os indivíduos e suas relações, além de alcançar pessoas de diversas faixas etárias que não tiveram acesso ao ensino formal, como ocorre nas comunidades rurais pesquisadas. A EA desenvolvida pela Amanu, voltada para o resgate da memória biocultural – através do incentivo ao agroextrativismo, aos saberes tradicionais e às formas sustentáveis de manejo da natureza e articulada à inserção de tecnologias ecossociais, possibilita a interlocução entre o mundo do conhecimento - representado pela ciência ocidental e o mundo da sabedoria - representado pelos saberes tradicionais. Através do levantamento de dados até agora realizado foi possível verificar que a atuação da Amanu nestas comunidades, além de promover esse diálogo entre mundos, busca cumprir com diversos objetivos da EA, entre eles a formação de cidadãos críticos e conscientes ética, política e ecologicamente, valorizando as diferentes formas de conhecimento e a participação democrática das populações na criação de modos de vida sustentáveis.

Palavras-chave: Saberes tradicionais; educação; etnoecologia; sustentabilidade.

DESIGN, MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE: Conexão e aplicação dos conceitos em um ambiente cultural¹

Letícia Hilário Guimarães²
Nadja Maria Mourão³

O Resgate e a conservação da memória - conjunto de sensações, lembranças e experiências que as pessoas guardam – é hoje um dos maiores patrimônios existentes e pode possibilitar a sustentabilidade futura. Compreender como a cultura e a memória relacionam-se nos processos educativos é essencial para estabelecer parâmetros para os processos educativos em um momento que apresenta tantos desafios. Buscou-se então, compreender como o ambiente pode auxiliar no resgate da cultura e memória, e entender em que medida este espaço e a sustentabilidade podem agregar valor à uma cidade e aos estudantes da localidade. Cada local possui peculiaridades, mas todos possuem uma história sobre sua construção, seus marcos importantes, seus habitantes e cultura. Faz-se necessário para entender o contexto e formas de conservar esta memória e também como estas recordações podem fazer-se presentes hoje e no futuro, fortalecendo aspectos sustentáveis, e entender como o ambiente pode contribuir para que esta memória eternize-se, no espaço que a expresse. Foi efetuado um estudo de caso para entender a eficácia do assunto proposto. Como métodos apresentamos o embasamento teórico, que consta a revisão bibliográfica; e a etapa exploratória - visitas técnicas no local e em espaços similares e entrevistas aos moradores da cidade escolhida para o estudo de caso, além do desenvolvimento de metodologia própria para interpretação das necessidades dos estudantes de uma escola local. Procura-se ainda entender a eficácia da associação entre o design sistêmico e a sustentabilidade na conservação da memória e cultura através do ambiente. O estudo de formas de conservação e resgate da memória, produtos e costumes de determinadas regiões, vem sendo cada vez mais presentes nos dias atuais. Como cita Krucken (2009), 'A valorização de recursos e produtos locais é um tema muito rico e complexo, pois produtos envolvem simultaneamente dimensões físicas e cognitivas'. O objeto de estudo deste artigo busca entender como o ambiente pode apoiar no resgate e expressão da cultura/memória de uma cidade. Vê-se relevância de um estudo de caso para que se identifique como a metodologia do Design pode favorecer ambientes representativos e que o passado possa ser transmitido às novas gerações de forma interativa, mantendo viva a cultura de uma época. Martins (2006) discorre acerca da importância da história da cidade, descrevendo a região de Pedro Leopoldo, cidade escolhida para o estudo de caso, como um local que '[...] teve uma rica pré-história, a cidade e o município também possuem histórias interessantes, cujo conhecimento é uma necessidade para todos os seus moradores. Sem compreender sua história local, os pedroleopoldenses terão dificuldades para constituir sua memória social e sua identidade coletiva'. Assim como em outras cidades interioranas, que possuem muitas histórias a se contar, mas que se perderam na época tecnológica, em que os diálogos tornam-se mais escassos

¹ Trabalho resultante de pesquisa de conclusão de curso concluída, UEMG.

² Mestranda em Design, PPGD/UEMG, email: hg.leticia@gmail.com;

³ Doutoranda em Design, PPGD/UEMG, email: nadja2m@gmail.com.

e momentos em família cada vez mais raros, culturas perdem-se por não serem mais recontadas. Como diz Martins (2006), '[...] as cidades [...] se parecem. Mas a cidade da gente é diferente, há um mundo de coisas que nos prende a ela, há uma infinidade de coisas que a torna mais bonita... Só se vê bem com o coração'. O estudo de caso proposto na cidade de Pedro Leopoldo é uma amostragem de um estudo que pode ser realizado, através da mesma metodologia em outras cidades, em que a história é rica, e que tem sido esquecida pelos mais jovens. A metodologia da pesquisa consta de referencial teórico, estudo de caso em um ambiente através de projeto de memória na cidade de Pedro Leopoldo e dinâmicas e questionários aplicados na comunidade, para diversas faixas etárias. O designer, como mediador de novos caminhos, possui grandes e eficazes ferramentas que podem através de diversos projetos apoiar de forma cultural, agregando lazer e conhecimento de maneiras inovadoras e atrativas, conectando passado e futuro, história e presente. Conectar gerações em um único local, em uma única história. Norman Potter diz sobre esta ação do profissional: 'A responsabilidade do designer é na verdade o lugar do valor em um mundo de fatos' (POTTER, 1999). Desta forma, buscou-se novos pensamentos de design que podem ser eficazes nesta abordagem como Design Sistêmico, Design Estratégico, Design Thinking e Design de Experiência, de forma a conecta-los as necessidades identificadas. Foi realizada pesquisa bibliográfica principalmente referente à memória, seu resgate e armazenamento, sobre o pensamento sistêmico, gestão de design, incentivo ao turismo e design de experiência. Por meio de técnicas de questionários, enquetes e dinâmicas, percebeu-se a necessidade e anseios da população com relação à proposta do local e pode-se comprovar a demanda identificada pela percepção do design. Através de visitas análogas, reconheceram-se modelos que funcionam, e técnicas de fácil aplicação que atraem e agradam todas as faixas etárias através da curiosidade e apressos aos detalhes. E, considerando as características do local, a proposta é viável nos âmbitos sociais, econômicos, sustentáveis e culturais, criando um espaço de lazer, cultura e referência de conservação da memória. Ferramentas sensoriais, espaços que proporcionem atividades ao ar livre, espaços de exposição e de integração, espaço externo preferencialmente para atividades que requerem espaço e jardim como ambientes de resgate às percepções e memórias, são colaborações previamente identificadas como fortes aliadas no desenvolvimento futuro desta proposta projetual. Portanto, percebeu-se como o pensamento e ferramentas do Design podem apoiar a criação e disseminação de ideias e projetos que apoiem o resgate e conservação da memória e cultura de um local.

Palavras-chave: Design; Memória; Sustentabilidade; Conexão; Cultura.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE ESCOLAR AO LIDAR COM ALUNOS COM TDAH EM PEDRO LEOPOLDO/MG¹

Lília Soares Miranda²

Aurea Costa Melo³

Nesse estudo, pretende-se observar o comportamento de professores e alunos com TDAH em escolas públicas de Pedro Leopoldo/MG. Os docentes que não tem formação para trabalhar com crianças com TDAH estão recebendo em suas classes muitos alunos com essas características. Esses docentes não conseguem despertar o interesse desse aluno, mesmo com a utilização de técnicas, recursos e metodologias específicas para os alunos dessas classes. Um dos problemas que mais afeta o desempenho do aluno no ambiente escolar é a indisciplina. Esse problema atrapalha o próprio aluno e os colegas que ficam entretidos e, muitas vezes, acabam adotando a mesma postura; atrapalha o professor que fica desestruturado e passa a maior parte do tempo de aula tentando controlá-la do que compartilhando o conhecimento. Isso se torna mais difícil quando o aluno indisciplinado tem o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (doravante TDAH). Esse aluno se difere dos demais, pois tem grande dificuldade em prestar atenção à aula e ficar quieto. Além disso, esse transtorno se associa a dificuldades de aprendizagem e a outros transtornos, o que dificulta o relacionamento com demais crianças, pais e professores. O problema de indisciplina, principalmente, de alunos com TDAH é muito recorrente nas escolas brasileiras, onde tais alunos passam a vida escolar sendo tratados como indisciplinados, desinteressados e muitas vezes incompetentes, mas na verdade o que eles têm é a indiferença do sistema educacional, dos professores, da escola e, em alguns casos, da própria família. Com base em estudos recentes, é possível constatar que o TDAH vem sendo considerado pela comunidade acadêmica como um fator preocupante, sobretudo na fase escolar. Em uma etapa quando o discente inicia seu contato com a leitura e escrita, é imprescindível que ele mantenha sua atenção e concentração para que se alcance as propostas pedagógicas para aquele período. Devido aos problemas apresentados por um aluno com TDAH é mais difícil alcançar esses objetivos. Por conseguinte, crianças com esse transtorno apresentam maior probabilidade de repetência, evasão, baixo rendimento acadêmico e problemas de relacionamento social. Esses autores apresentam algumas alternativas e mostram, também, que é possível, através de um bom relacionamento entre o professor e os alunos com esse transtorno, facilitar o aprendizado do aluno e sua adaptação ao sistema escolar. Em Minas Gerais, esse transtorno não é considerado como motivo de inclusão em escolas públicas regulares, portanto, os alunos com características de TDAH não têm qualquer acompanhamento específico para o seu problema. Desse modo, a comunidade escolar (diretores, acompanhamento pedagógico e professores das escolas públicas

¹O trabalho resulta de pesquisa em andamento vinculado à Universidade La Empresa – Montevidéu – Uruguai.

²Profª Drª Lília Soares Miranda – Doutorado em Estudos Linguísticos e pesquisadora na Universidade Federal de Minas Gerais, e-mail: liliasoaresmi@gmail.com

³Aurea Costa Melo – Mestranda em Educação na Universidade La Empresa – UDE – Montevidéu – Uruguai, e-mail: aureacostam@hotmail.com

em Pedro Leopoldo/MG), que não possui conhecimentos específicos sobre as características do TDAH e que não tem formação para trabalhar com crianças com esse transtorno, estão recebendo em suas classes alunos com esse perfil. Então, mesmo com a utilização de técnicas, recursos e metodologias específicas, esses profissionais da educação não conseguem despertar o interesse desses alunos. Assim sendo, a proposta desse estudo é responder a seguinte questão: Quais são os desafios enfrentados pela comunidade escolar (equipe pedagógica, professores e diretores) de escolas públicas regulares em Pedro Leopoldo/MG ao lidar com alunos com o TDAH? Além disso, através desse estudo pretende-se questionar: As escolas públicas regulares em Pedro Leopoldo/MG estão recebendo alunos com TDAH? O que a comunidade escolar de escolas públicas regulares em Pedro Leopoldo/MG sabe a respeito das características de alunos com TDAH? A formação inicial e continuada dos docentes dessas escolas oferece condições para a inclusão dos alunos com TDAH? Quais abordagens do processo de ensino e aprendizagem são utilizadas pelos docentes para a inclusão social e pedagógica de alunos com TDAH? De que forma o aluno com TDAH pode ser acompanhado no transcorrer de sua trajetória escolar. Dessa forma, levantamos as seguintes hipóteses: Os docentes, que não têm conhecimento das características de crianças com TDAH nem tão pouco formação específica para trabalhar com alunos com essas características, têm dificuldade para conseguir a inserção social e pedagógica desses alunos. As abordagens e não aplicações de metodologias inovadoras aumentam a distância entre os alunos e os professores. O aluno com TDAH tem muita dificuldade em se adaptar ao sistema educacional e conseqüentemente é difícil esse aluno desenvolver suas habilidades e competências esperadas para o período em que estiver inserido. Assim, esse estudo tem como objetivo principal investigar como a comunidade escolar de escolas públicas da cidade de Pedro Leopoldo em Minas Gerais lida com os alunos com TDAH em salas regulares. Para isso, adota-se como objetivos específicos: Verificar se a comunidade escolar tem conhecimento das características de crianças com TDAH. Analisar as técnicas aplicadas pelos professores que envolvem tarefas prazerosas, motivadoras e inovadoras em suas classes. Observar como o professor faz reflexão sobre seu conhecimento do TDAH dentro da própria verdade desse transtorno.

Palavras-chave: Desafio; Professores; Alunos com TDAH.

O CURRÍCULO DE HISTÓRIA LOCAL E O MUSEU DA CIDADE: INTERFACES POTECIALIZADORAS DE NOVOS TEXTOS E PRÁTICAS¹

Lucinei Pereira da Silva²
Lana Mara de Castro Siman³

Este estudo apresenta os resultados parciais de uma investigação que está sendo desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), cujo problema de pesquisa diz respeito à elucidação de como tem se configurado a relação entre Museu da Cidade e o currículo de História Local proposto pela Rede Municipal de Governador Valadares/MG em 2010, que estrutura-se em conceitos de Identidade e Diversidade e que enfatiza o respeito às diferenças, à construção do sentimento de pertença e de ética como fundamento de postura e valores. Perguntamo-nos, mais especificamente, quais os efeitos que essa relação tem promovido nos discursos e práticas dos professores? Para além, a pesquisa converge em entender se os fenômenos dessa relação tem promovido uma redefinição das narrativas a respeito da história local? Os efeitos dessa relação têm contribuído fundamentalmente para enaltecer as ações e interesses de grupos dominantes na história da localidade, ou reforçado a invisibilidade das ações e interesses de outros grupos sociais como, indígenas, trabalhadores da ferrovia, benzedeiros, parteiras e lavadeiras de roupas dentre outros? Ancorado nessas indagações, ao propormos discutir o limiar do estudo da localidade como elemento essencial para a compreensão de questões curriculares, avança-se em pensar a potência educativa da cidade, e as articulações desencadeadas entre o indivíduo e o cenário urbano. Sendo assim, do ponto de vista teórico conceitual apoiamos-nos em autores como Schmidt (2004 e 2009); Fonseca (2009) e Toledo (2010), que em suas reflexões entendem a História Local como importante modalidade de estudos históricos na construção de processos interpretativos sobre as diferentes formas de como os atores sociais se constituem historicamente sob a perspectiva da diversidade e da pluralidade de identidades. E o Museu da Cidade nesse contexto, assume importante papel educativo na medida em que proporciona signos e movimentos para a compreensão da localidade e torna-se palco de experiências vividas, antagonismos, disputas e lutas de interesses. Portanto, para efetivação de nossos procedimentos metodológicos, utilizaremos inicialmente de um levantamento quantitativo de visitas ao Museu da Cidade no período de 2009 a 2016. Nossa proposta consiste em averiguar se após 2010 (ano de implantação da escola de tempo integral e da formulação curricular) houve maior procura dos professores de História da Rede Municipal de Governador Valadares ao museu, além de nos fornecer indícios sobre quais escolas visitaram em maior quantidade a instituição - e a partir desses dados, os próximos passos de nossa pesquisa será a realização de entrevistas com professores

¹ Pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

² Mestrando em Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

³ Doutora em Didática da História pela Université Laval/Canadá e Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

E-mail: lucinei.pereira28@gmail.com

dessas escolas e a seguir, escolher uma, para observação da prática curricular antes e após a visita ao museu. E nesse percurso, além do levantamento, utilizaremos como dado empírico neste estudo, a entrevista com o gerente do Museu da Cidade, cujo intuito se configura tanto em possibilitar o entendimento de como se dá a dinâmica das visitas, como também em nos fornecer informações sobre o acervo, por entendermos que será de grande utilidade para nossa pesquisa a compreensão da narrativa do museu. E nesse percurso investigativo, levantamos a hipótese de que quando a relação de aproximação entre museu da cidade e currículo de história local se faz de maneira crítica e sensível, um pode influenciar o outro na produção de novas narrativas e práticas educativas. As primeiras conclusões mediante os dados já coletados apontaram que, a maior procura dos professores de História pelo Museu da Cidade se deu em momentos pontuais, observados principalmente através de provocações e incentivos que partiram do próprio museu, sobretudo no ano de 2015, quando verificamos um ápice de visitas. Cabe-nos no transcurso dessa pesquisa, investigar em maior profundidade qual a potencialidade e as confluências entre a prática curricular de História Local pelos professores e o Museu da Cidade.

Palavras-chave: potencialidades curriculares; história local; museu da cidade.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM TORNO DA LITERATURA INFANTIL: o que dizem as professoras do primeiro ano do ensino fundamental.

Marcella Rosa Rodrigues¹
Tamirys Helena Santos Ferrete²
Marcus Vinicius Rodrigues Martins³

Este trabalho apresenta uma pesquisa de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que busca analisar a concepção e prática pedagógica de professoras do primeiro ano do ensino fundamental em uma escola da Rede Municipal de Belo Horizonte, em relação à Literatura Infantil. Deste modo, o objetivo principal da pesquisa foi analisar a concepção das professoras em torno da Literatura Infantil, e descrever as suas práticas em torno da leitura literária nas salas de aula do primeiro ano do ensino fundamental. Além disso, a pesquisa aborda as práticas de letramento literário, a partir das descrições das professoras, identificar as concepções de Literatura Infantil pelas docentes e expor a relação entre Literatura Infantil e criança no primeiro do ensino fundamental. Metodologicamente, para a elaboração do trabalho foi utilizado a pesquisa bibliográfica com livros, dissertações e artigos publicados em revistas da área da pedagogia, letras e literatura. Utilizou-se da busca em bases de dados como Scielo, Portal Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Ademais, realizou-se uma pesquisa de campo, onde foi aplicado uma entrevista semi-estruturada com 5 (cinco) professoras de uma escola da rede pública de Belo Horizonte da região do Barreiro. Para desenvolver a sustentação teórica, destacam-se alguns autores como centrais para entendimento da temática em questão, principalmente, aqueles que fazem referência a literatura infantil e leitura literária na escola como, Colomer (2007) que trata da literatura como forma de desenvolvimento da oralidade e escrita da criança, e que não se apresenta apenas como recurso linguístico para a alfabetização. Cosson (2013, 2014) apresenta a leitura literária como uma prática social, e se mantém por prática de tradição escolar, o autor reformula, reforça e amplia o estímulo à leitura literária no ensino básico, apresentando práticas de letramento literária na educação básica. Patte (2012) aborda a leitura literária para crianças pequenas apresentando os livros destinados para os pequenos, e também, como as bibliotecas devem ser e funcionar para atendê-las. Soares (2011) apresenta a escolarização da literatura infantil, apontando as instâncias que são necessárias para abordar os textos literários na sala de aula e na biblioteca. Em relação, as concepções das docentes fica claro que todas elas possuem a ideia de que a literatura infantil é a entrada para a cultura escrita pelo viés do lúdico e da imaginação. Elas também mencionam a inserção de temas para serem abordados em sala de aula. Além disso, as docentes relatam o uso do espaço da biblioteca escolar e de sala de aula para leitura literária. Em relação às práticas pedagógicas em torno da leitura literária, a escola possui

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Minas Gerais. mar.rosarodrigues@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Minas Gerais. tamihsf@gmail.com

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Minas Gerais. tamihsf@gmail.com

³ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente da Universidade Estadual de Minas Gerais – Campus Ibirité. marcusmartins2005@gmail.com

um projeto institucional denominado “Maleta Literária”, que é uma parceria escola-família para realização de leituras literárias em casa pelo aluno. Nas análises das entrevistas evidencia-se que as docentes possuem concepções e práticas diversas em torno da literatura infantil, e convergem, muitas vezes, em um viés utilitarista da literatura infantil para abordar um tema transversal com uso do livro literário. Entretanto, as professoras apresentam práticas inovadoras em torno da literatura infantil como a “maleta literária”, que possui um caderno de anotações das leituras literárias realizadas pelos pais com os alunos. Da mesma maneira, o uso das docentes com os alunos de espaços escolares como a biblioteca escolar, que muitas vezes, é subjulgado ou pouco utilizado na escola. Conclui-se que é por meio da Literatura Infantil a criança começa a moldar sua capacidade de apreensão de mundo e desenvolve a capacidade de explorá-lo. A Leitura Literária é o meio que a criança apreende o mundo e cria significados para o que vê e sente.

Palavras-chave: Literatura Infantil; Livros Literários; Letramento Literário.

DOCENTES NEGROS(AS) NO ENSINO SUPERIOR: IDENTIDADES E TRAJETÓRIAS

Márcia Basília de Araujo
Shirley Aparecida Miranda²

Trata-se de apresentação de estudo sobre pesquisas acadêmicas que trazem como temáticas a presença de docentes negros(as) no ensino superior brasileiro. Esse trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, que tem como objetivos investigar docentes negros(as) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas(IFMG) e a produção e socialização do conhecimento. Há mais de uma década que a presença de docentes negros(as) no ensino superior brasileiro tem se tornado tema de pesquisas e investigações acadêmicas. Por meio da plataforma de banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi possível identificar 14 (quatorze) trabalhos, entre dissertações e teses, que tratavam do assunto, uma produção que se iniciou no ano de 1998 e se mostrou pequena, porém constante até o ano de 2015. Nas pesquisas analisadas buscou-se destacar o recorte do objeto, os objetivos específicos, os resultados alcançados e as contribuições para esta pesquisa que está em andamento. Reis (2008), Silva (2008), Holanda (2009), Lopes (2010), Santos (2010), Roesch (2014) e Silva Junior (2011) dedicaram-se a investigar como docentes negros(as) constituem sua identidade em um país marcado pela ideia da democracia racial e, especialmente, em instituições que historicamente têm sido marcadas pela ausência de negro(a)s em seu corpo docente. Outro ponto importante foi o interesse de algumas pesquisadoras por histórias de mulheres atuando no ensino superior. Foram três pesquisas que tiveram a intenção de investigar especificamente a trajetória de mulheres negras e professoras do ensino superior. Além desses trabalhos, realizados por Chaves (2006), Reis (2008), Quadros (2015), Silva (2015) apresentou como interesse inicial de pesquisa trabalhar apenas com mulheres negras, porém ao anunciar sua intenção e iniciar as buscas por docentes negras na USP, percebeu que poderia estar diante de um universo tão pequeno que tornaria a sua pesquisa inviável. Assim, nas reformulações do projeto, acabou incluindo também os professores negros. Outro ponto importante a se destacar nos trabalhos analisados se refere à questão do racismo institucional presente nas universidades. Para Santos (2010) o racismo institucional se manifesta nas universidades por meio de várias práticas, algumas diretas e outras dissimuladas e sutis. Quadros (2015) procura fazer uma breve contextualização do que seja o racismo institucional e se apoia em Coelho (2003) e Munanga (2006) para essa conceituação. “Coelho (2003) destaca que o racismo institucional, sempre esteve presente nas universidades, porém, as vezes é manifestado de maneira velada nas suas intencionalidades e em atitudes concretas de quem o pratica. (QUADROS, 2015, p. 20)” Como resultados, esses trabalhos apontam que: nem sempre os professores negros têm a mesma representação sobre a questão racial; em alguns momentos os(as) docentes negros(as) sentiam-se deslocados no espaço de convivência com seus pares; a ascensão social não detém o racismo; as desigualdades

¹ Esse trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado que está sendo realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

raciais e de gênero, muitas vezes, se sobrepõem à condição de classe; as mulheres negras costumam sofrer discriminação tríplice, ou seja: de raça, gênero e classe; a universidade pública está longe de ser um espaço democrático, em termos de oportunizar a igualdade de acesso para brancos e negros e que apesar das várias manifestações de racismo institucional presentes nas universidades e da existência de algumas iniciativas institucionais que podem contribuir para o seu enfrentamento, como a formação dos NEABs (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros), a maioria das estratégias de enfrentamento continuam sendo individuais e desenvolvidas pelos próprios sujeitos afetados. Quanto as contribuições para a pesquisa que está em andamento, embora nenhuma das investigações em questão trate especificamente de docentes de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as abordagens apresentadas, e o tratamento dado a questões como a construção de identidades e ao racismo institucional serão de grande relevância para a compreensão da presença de docentes negros(as) no IFMG e a sua participação na produção e socialização do conhecimento.

Palavras-chave: docentes negros; ensino superior; conhecimento.

CIDADE, EDUCAÇÃO E ALTERIDADE¹

Maria Antonieta Teixeira²

A pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre a diversidade social compreendida como expressão simbólica e histórica, bem como vai buscar compreender aquilo que o senso comum percebe como “as coisas mudaram” e as reações advindas desse “novo”. Ou seja, compreender a cidade de Cláudio/MG como a *moderna tradição* da cultura mineira e globalizada, onde se mesclam elementos identitários locais e mundializados. A modernidade-mundo desafia: integra, mas não torna homogêneo. No sentido *lato*, a primeira questão que se coloca refere-se às transformações socio-culturais contemporâneas, sobretudo em relação à alteridade, ou seja, a relação com o outro. A diversidade não pode ser vista apenas como diferença, isto é, algo que se define em relação a, mas compreende uma modalidade social radicalmente outra que se manifesta em situações concretas de interesses e conflitos sociais. As diferenças são também relações de poder. Num mundo globalizado, a diversidade cultural deve ser pensada de um ponto de vista cosmopolita e isso exige relativizar a maneira como pensar a cultura nacional, que se traduz como discurso ingênuo. Não apenas o mercado, o econômico deve ser compreendido como universal, como uma grande narrativa. Por isso o debate sobre a diversidade cultural tem implicações políticas. Uma segunda questão que se coloca é a cidade como *lócus* da vida, em que os domínios da economia, da política, religião etc encontram-se organizados de forma complexa: um espaço integrado de coisas e ações associadas a um sentimento de pertencimento. Afinal, a cidade é onde a vida acontece. O processo de produção e reprodução do espaço urbano revela a sociedade que ali vive, de forma objetiva e simbólica. Por isso, faz-se importante compreender os sentidos da cidade. As relações que ali se estabelecem revelam uma complexidade percebida pelo olhar antropológico. No sentido *stricto*, a singularidade de uma cultura local, como a da cidade de Cláudio, onde a convivência moderno-tradicional revela desafios da modernidade-mundo: local-global; totalidade-parte etc. A cidade de Cláudio possui uma moral caritativa e religiosa, desde sua origem, alicerçada na ideologia vicentina: dever de servir ao próximo, demonstrando um espírito nobre e bondoso. A despeito de muitas intervenções exitosas realizadas historicamente, a concepção não concebe o conflito entre quem tem mais e quem tem menos, dado como fato natural, criando uma relação de dependência e submissão. A caridade não fortalece a solidariedade, mas mascara a desigualdade social. Os próprios moradores de Cláudio já identificam a permanência da caridade como demonstração de status social. Outro aspecto peculiar à Cláudio é de ser conhecida como *Cidade carinho*, imagem alimentada de geração a geração, como expresso pelo hino local: “Salve, Cláudio, Cidade carinho [...] ó preciosa mãe-terra!” (CLÁUDIO, 2017). Nesse caso, o adjetivo carinho corresponde à caridade, ou seja, o *modus vivendi* claudiense incorporou o espírito nobre e bondoso vicentino. Há não somente uma moral religiosa, mas uma cultura de “ajudar o necessitado” que confirma relações

¹ Pesquisa em andamento - curso de Pedagogia – UEMG/Unidade de Cláudio.

² Mestra em Educação, Cultura e Organizações Sociais (INESP/UEMG), professora na UEMG – Unidade de Cláudio, <maria.teixeira@uemg.br>.

hierarquizadas e desiguais e nutre o status adquirido, como um papel social pleno de prestígio social associado a outros atributos importantes no âmbito de uma cultura tradicional. As práticas de trocas instituídas pelo coronelismo não existiram apenas em tempos pretéritos. Importa também evocar as vozes da montanha: os claudienses reverenciam a mineiridade encarnada por Aécio Neves, neto de Risoleta Neves, viúva do ex-presidente Tancredo, natural da cidade de Cláudio. Haja vista que, na eleição de 2014, para a presidência do país, quando o candidato Aécio Neves foi derrotado, inclusive no próprio estado de Minas Gerais, 81% da população de Cláudio votou nele. É o mito da mineiridade! A cultura da mineiridade está associada à vida rural, à morosidade e pacatez associada a um vício ideológico de luta pela liberdade, defesa das riquezas e tendência tradicionalista. Associa-se ainda à habilidade do político mineiro como líder conciliador e de bom senso, com atuação estratégica na construção do Estado nacional. É nesse contexto que a cidade modifica-se e modifica aqueles que ali vivem. E essa metamorfose, às vezes, passa a ser percebida diante de descontinuidades, como rupturas na normalidade do dia a dia dos moradores. E é esse o contexto revelado pela pesquisa *Juventude e o direito à cidade* (TEIXEIRA, 2016), realizada por meio do PAPq/UEMG 2016, que identificou como a escola exerce um controle social sobre os jovens, inculcando valores que alimentam o *habitus* local, especialmente em relação ao costume de “ajudar o próximo”, fazer “trabalho voluntário e “doações”, reforçando práticas tradicionais de caridade que pode fragilizar o fortalecimento das políticas públicas. Um currículo oculto! Outra revelação surpreendente da pesquisa foi o clamor ao fim do *bullying* nas escolas, pois vai de encontro a um dos costumes locais que, há anos, singulariza *Cláudio* como a *cidade dos apelidos* e que dispõe de uma Apelistas, ou seja, uma lista telefônica de apelidos dos moradores. A revisão bibliográfica em curso baseia-se nos descritores “cultura contemporânea”, “alteridade”, “diversidade cultural”, e “cidade”, destacando-se ORTIZ (1999, 2003), LEFEVBRE (2001), TEIXEIRA (2016), CANDAU (1995) e VELHO (1995). Como estratégia metodológica, será feito um entrecruzamento das leituras teóricas com a materialidade de Cláudio/MG revelada pela pesquisa *Juventude e o direito à cidade*, cujo olhar antropológico pode contribuir para que a cidade se (re)conheça.

Palavras-chave: Diversidade cultural; cultura contemporânea; Cláudio/MG.

PAISAGEM GRÁFICA DA PRAÇA DA LIBERDADE: desafios para a formação do Designer Gráfico no Circuito Liberdade, Belo Horizonte¹

Marília de Fátima Dutra de Ávila Carvalho²

Este trabalho sobre linguagem museal no Circuito Liberdade/ Belo Horizonte resultou de pesquisa sobre processos educativos na Disciplina Materiais e Processos de Produção/ UEMG_ED do curso Design Gráfico. Apontam-se desafios para Designers Gráficos em formação. Em breve (2018), a Escola de Design da UEMG se instalará na Praça da Liberdade onde o Circuito Liberdade oferecerá possibilidades culturais e educativas para alunos da ED_UEMG. A temática é a identidade visual de *logos* de museus. O objetivo é comparar *logos* de equipamentos do Circuito Liberdade para estudantes de Design Gráfico vislumbrarem atuação em museus. A “paisagem gráfica” refere-se ao planejamento de identidade visual, criação de *logos*, folhetos, folders, catálogos, livros e material pedagógico do educativo de museus, que são exemplos didáticos em processos educativos para Designers Gráficos. Os dezesseis equipamentos do Circuito Liberdade englobam museu, centros de cultura, arquivo público, biblioteca, galeria de arte, memorial, palácio e a praça, que abrigam memórias da capital mineira do século XIX, no contexto da então jovem República brasileira, ao século XXI. O referencial teórico, em Design Gráfico, de André Villas Boas (2011), intitula-se *Produção gráfica para designers* e a obra de Robert Bringhurst (2005), *Elementos de estilo tipográfico*. Na comunicação museológica, o referencial teórico é a obra de Marília Xavier Cury (2011), *Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus*. Segundo Cury (2011), é necessário compreender que a comunicação museológica organiza-se em três eixos: o acervo do museu, a experiência do público visitante e a política curatorial do museu. O primeiro eixo é a comunicação museológica do próprio acervo institucional; remete à memória do acervo do museu, usos, funções, circulação dos objetos no interior de um museu. O acervo institucional do museu é um campo fértil para Designers Gráficos, colaborando com especialistas nas áreas de documentação e catalogação. O segundo eixo é a comunicação museológica da experiência do público visitante na observação de objetos museais, textos de parede, etiquetas, vitrines e outros. A mediação do educativo do museu ao público visitante demanda ao Designer Gráfico suportes para ações educativas e artefatos para mediação. O terceiro eixo é a comunicação museológica da política curatorial do museu: exposições no museu, a composição do acervo, por aquisições ou doações, prioridades de pesquisa etc. A comunicação museológica é fruto de equipe interdisciplinar: especialistas em curadoria, museologia, expografia, pesquisa, documentação, catalogação, comunicação, conservação, restauro, educativo etc. Na prática, o trabalho do Designer Gráfico no museu será supervisionado diretamente pelas equipes de expografia, comunicação e educativo do museu. A metodologia utilizada foi análise comparativa de um elemento comum- a logomarca (*logo*). Analisou-se *logos* de equipamentos do

¹O trabalho resulta de pesquisa concluída sem vinculação institucional com órgão de fomento.

²Marília de Fátima Dutra de Ávila Carvalho. Doutora em Arquitetura (2016). Pós-doutoranda /CAPES (2017) lotada no CEDTEC/ED/UEMG. E-mail: mariliadefatimaavilacarvalho@gmail.com.

Circuito Liberdade, partindo da compreensão e decisões tipográficas do criador da logo, símbolo, forma, tipografia e cores. Relatam-se conclusões obtidas a seguir. A *logo* do Circuito Liberdade uniu a ideia da folha das palmeiras da alameda da Praça da Liberdade à ideia de circuito, enquanto percurso que se faz a pé na praça. A *logo* da Biblioteca Pública Luiz Bessa remete ao formato do prédio que simboliza pergaminho desenrolado: foram superpostas três imagens da mesma planta do prédio, com cores diferentes, em posição giratória, completando o movimento de livro aberto folheado. A *logo* do Palácio da Liberdade é um brasão, com águia em posição de vôo; simboliza o poder e a força do governo. A *logo* do Arquivo Público Mineiro simboliza compartimentos de arquivo, separados por época: a letra “a” tem tipografia caligráfica, letra desenhada a nanquim, artística, do século XIX; a letra “P” tem serifa, para remeter à máquina de datilografia do século XX; a letra “M”, contemporânea, tem tipografia pixelada do computador, colorida. Mostra o fio da história da classificação e documentação do arquivo, que evoluiu de manual, mecânica a digital. A *logo* do Museu Mineiro remete às janelas e colunas da fachada do prédio do museu. O Centro de Arte Popular CEMIG criou sua *logo* em desenho livre artístico de vaso cerâmico do Jequitinhonha. A *logo* do Cefar Liberdade é o letreiro. A *logo* do Espaço do Conhecimento UFMG é uma das constelações celestes que se vê no Terraço Astronômico e Planetário. A *logo* do Museu das Minas e do Metal são chapas de metal dourado em recortes afiados. A *logo* do Memorial Minas Vale explora o letreiro. A *logo* do Centro Cultural Banco do Brasil é adaptação da *logo* do Banco do Brasil. A *logo* do Horizonte Sebrae- Casa da Economia Criativa simboliza dois espaços institucionais lado a lado. A *logo* da Casa Fiat de Cultura reproduz a *logo* da Fiat Automóveis, justaposta à representação de “casa”. A *logo* da Academia Mineira de Letras traz brasão com inscrição em latim “Scribendi nullus finis”, contornada por coroa de folhas de louro. A Casa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais será instalada no “prédio verde” e não teve sua *logo* lançada. A Praça da Liberdade não tem *logo*. O caminho do Design Gráfico na paisagem gráfica do Circuito Liberdade é uma longa jornada a desbravar.

Palavras-chave: Processo educativo; Design Gráfico; Circuito Liberdade; Logomarca.

EM BUSCA DA INCLUSÃO DIGITAL E DA ACESSIBILIDADE NOS PROCESSOS EDUCATIVOS E NAS REUNIÕES NACIONAIS E REGIONAIS DA ANPED¹

Miriam Célia Rodrigues Silva²
José de Sousa Miguel Lopes³

A cada dia se torna mais evidente a representatividade dos recursos tecnológicos e de seus avanços na contemporaneidade. Atividades como realização de transações bancárias, agendamentos de consultas, operações comerciais e localização em mapas, ganham novo delineamento com o uso de aparatos tecnológicos. Considerando que as Tecnologias da Informação e Comunicação - TCI, são constantemente integradas ao contexto social, alterando e influenciando a forma de realização de atividades cotidianas, por vezes somos surpreendidos pela necessidade de sua utilização e, portanto, de seu domínio. Contudo apenas a disponibilização ou inserção das mesmas na sociedade não garante seu acesso, domínio ou apropriação. Apesar da premissa de que as novas tecnologias são destinadas ao uso de todos, geralmente não se considera a diversidade e a especificidades das características populacionais na concepção das mesmas. Alguns autores enfatizam que mesmo diante dos avanços tecnológicos, uma parcela significativa da população vive à margem dessas tecnologias, especialmente se consideramos a distinção de faixa etárias, situações econômicas e as pessoas com deficiência. Geralmente predomina-se a perspectiva de que as pessoas têm que se adequar as inovações tecnológicas, neste artigo partiremos do pressuposto de que os ambientes, produtos e os serviços devem ser concebidos para atender a população em sua diversidade, acolhendo as pessoas com distintas características e criando possibilidades para o desenvolvimento e potencialização das mesmas. O pressuposto de projeção de tecnologias acessíveis que guia o presente trabalho resulta do projeto de pesquisa desenvolvido no programa de pós-graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. O projeto visa problematizar a função educativa de instituições museológicas em relação a acessibilidade de seus sites. No presente artigo, abordaremos a acessibilidade no âmbito tecnológico, sob a perspectiva da inclusão digital nos processos educativos. Tendo em vista que a disponibilização de recursos acessíveis é a premissa para a promoção da inclusão, a proposta desta pesquisa se detém na investigação de iniciativas que promovam o acesso das tecnologias de informação e comunicação. Para tal propósito, buscou-se as publicações relacionadas ao tema nas reuniões da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. A pesquisa foi realizada nas três últimas edições nacionais e nos três últimos encontros da região Sul e Sudeste, tendo

¹O presente estudo é uma proposta da disciplina Metodologia de Pesquisa em Educação que é ofertada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Acadêmico em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e lecionada pelo professor José Eustáquio Brito que ocorreu no primeiro semestre de 2016. Este estudo está relacionado ao tema do projeto pesquisa que vem sendo desenvolvido na mesma instituição.

²Estudante do Mestrado em Educação na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e bolsista da CAPES. E-mail: miriamkayte@hotmail.com.

³Doutor e Orientador no projeto de pesquisa de Mestrado em Educação na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) “A acessibilidade dos sites de instituições museológicas localizadas no centro de Belo Horizonte: uma experiência com estudantes da graduação com deficiência visual”.

E-mail: miguel-lobes@uol.com.br.

em vista os Grupos de Trabalho Temáticos-GTs que mais se aproximavam do tema e, portanto, perpassavam pela área da tecnologia, da acessibilidade e da educação. Foram selecionados três grupos que nas reuniões nacionais correspondem ao GT15-Educação Especial, GT16- Educação e Comunicação e GT24 Educação e Arte. Observaram-se variações na nomenclatura dos Grupos de Trabalho dos encontros regionais, buscando-se nessas edições aqueles que mais se aproximavam dos três GTS citados. Após a realização da investigação, constatamos ser significativo o número de publicações que problematizam a inserção das tecnologias no âmbito escolar, contudo são escassos os trabalhos que evidenciam em seu conteúdo o processo de inclusão ou acessibilidade nas práticas educativas, nesta perspectiva foram selecionadas apenas sete publicações. Não foram encontrados trabalhos relacionados ao tema em nenhuma das reuniões nacionais, sendo os textos que tratam do assunto mais recorrentes nos encontros da região Sul. Dos sete trabalhos selecionados, cinco estão nos anais das reuniões da região Sul e dois nas do Sudeste. Apesar de serem reduzidos, os estudos selecionados se mostram significativos, abordando desde acessibilidade das Tecnologias de Comunicação e Informação para turmas da EJA, como para terceira idade e para pessoas com deficiência, tendendo a enfatizar experiências que contribuíram para potencializar as habilidades dos sujeitos e aprimoraram o processo de construção do conhecimento. Ademais, estas publicações comumente reúnem relevantes documentos e estudos que perpassam pela temática, ressaltando os avanços e os desafios apresentados no caminho da acessibilidade e inclusão. Dentre as referências que inspiraram as publicações selecionadas, destaca-se os documentos de reafirmação do direito de todos a educação, como a Declaração de Salamanca e a LDB, o conceito de Paulo Freire sobre *autonomia na aprendizagem* e as contribuições de Vygotsky sobre aprendizagem e a capacidade de desenvolvimento com o conceito da *Zona de Desenvolvimento Proximal-ZDP*.

Palavras-chave: Tecnologias; Informação; Comunicação; Mediação; Acessível.

MUSEU ITINERANTE EM MINAS: estudo das práticas inclusivas e participativas para o protagonismo do ensino da ciência e da cultura¹

Nadja Maria Mourão²
Fernanda Cilene Moreira de Meira³
Flávia Neves de Oliveira Castro⁴

O ser humano nasce potencialmente inclinado a aprender, necessitando de estímulos externos e internos. A temática desse trabalho são as práticas museológicas inclusivas e participativas, sob os aspectos da cultura, memória e linguagens em processos educativos. Com o intuito de reconhecer e contribuir para a reflexão sobre tais práticas tem-se por objetivo analisar o trabalho prático e teórico desenvolvido de alguns projetos nas comunidades do território mineiro. A base da memória humana tem sua origem nos fatores do tempo, do espaço e do movimento que se registram simultaneamente. O referencial teórico versa sobre memória. A memória coletiva é analisada sob os fatos da comunicação entre indivíduos (HALBWACHS, 1990). Esta é a característica que remete à existência de muitas memórias coletivas, na medida em que cada grupo tem uma história, enquanto a História se pretende como universal. O conhecimento produzido também deve ser percebido de forma integral: o conteúdo, a forma, o contexto, as determinações históricas e sociais que o rodeiam (CHAGAS, 1994). A significação do lugar e a dimensão do espaço, em conjunto, é que o torna algo único, dotado de uma identidade. Em função da memória do lugar constitui-se o território e define a sua história, conforme Sack (1986). Como recurso educativo destaca-se a museologia e outras áreas culturais como cinemas, bibliotecas e escolas. O Movimento Internacional por uma Nova Museologia, criado em 1985, em Lisboa (Portugal), passou a congregar diversos profissionais que acreditam em práticas museológicas diferenciadas. Ou seja, uma forma de ver e conviver com a história e os registros museais, buscando ajustes entre as diversas realidades propiciadas por um mundo cada vez mais globalizado e em busca do fortalecimento e reconhecimento de identidades múltiplas (Santos, 2002). Contudo, o advento dos museus móveis é mais antigo e remonta à década de 1950, quando a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) publicou um manual orientando os responsáveis por museus de arte e cultura a desenvolver atividades itinerantes, sugerindo inclusive protótipos de carretas adaptadas. Em pouco tempo o conceito foi apropriado também por instituições como: *Shell Questacon Science Circus* - museu móvel do Centro Nacional de Ciência e Tecnologia do governo da Austrália em parceria com a empresa Shell, o Museu de Ciência da Virgínia, nos Estados Unidos e o *National Council of Science Museums*, da Índia. Por meio de pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, sobre os diversos projetos de museus itinerantes ou em movimento, busca-se evidenciar as transformações ocorridas na percepção e aplicação

¹Artigo de capítulo da pesquisa “Tecnologia Social e Design Participativo”, Edital FAPEMIG – UEMG 07/2016, em andamento.

²Doutoranda em Design - PPGGD/UEMG, professora da Escola de Design/UEMG, e-mail: <nadjamourao@gmail.com>.

³Mestre em Educação - FAE/UFMG, professora de Libras da escola de Design, e-mail: <fernandademeira@gmail.com>.

⁴Graduada em Artes Visuais Licenciatura – ED/UEMG, professora de Arte do Estado, e-mail: <eudisseflavia@hotmail.com>.

dessa metodologia, em expansão na atualidade. De acordo com Gil (1999) e Cervo (2002), os estudos descritivos favorecem, na pesquisa mais ampla e completa, a tarefa de formulação clara do problema e das hipóteses como tentativa de solução. A metodologia utilizada é a análise de estudo de caso, e uma breve comparação ao projeto de museu itinerante realizado na França, o *Muséologie Nouvelle et Experimentation Social (M.N.E.S)*. Essa situação, de acordo com Gil (1991), é estudada em especial para obter uma compreensão ampliada sobre os museus em movimento similares. O Museu Itinerante Ponto UFMG é um espaço científico-cultural, interativo, adaptado em uma unidade móvel que atende, primordialmente, escolas e cidades de Minas Gerais. O Ponto UFMG segue o modelo internacional de museu itinerante. Além das atrações internas, promove exposições e oficinas externas interligando as mais diversas áreas do conhecimento e da ciência. Foram atendidas as escolas estaduais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cidades dos pólos regionais do Estado de Minas Gerais e outros estados brasileiros, nos últimos dois anos. O interior da carreta abriga cinco salas interativas, que abordam temas como a vida no útero, os sentidos humanos, biomas, cidades e animais que vivem nas zonas abissais. Fora do caminhão, são organizados mais de 40 experimentos. Um dos objetivos é descentralizar a divulgação científica e levar pesquisas desenvolvidas na academia para lugares com poucos recursos, dentro e fora de Minas. A pesquisa observou a existência de mudanças nas relações sociais em ambientes da cidade e na cultura local em cidades visitadas por museus itinerantes. Entre os resultados, observa-se o aumento de museus móveis como efeito da mobilização de universidades, instituições de pesquisa, secretarias estaduais e municipais, agências de fomento e do governo. Em formatos diferenciados, essa ação busca para ampliar o contato da população com iniciativas de popularização da Ciência, da Cultura e da Arte. Existem outras iniciativas da sociedade e instituições não governamentais com o mesmo objetivo denominadas Museu em Movimento e que podem contribuir a popularização dos museus. As feiras de ciência das instituições de ensino fundamental abrem espaço para o conhecimento da história da ciência e da cultura local por meio de exposições e corredores culturais. O corredor Cultural do Sertão Mineiro de Guimarães Rosa (com maquetes das características do bioma Cerrado e objetos da cultura local) ocorre durante o evento anual “Encontro dos Povos Grande Sertão Veredas”, em Chapada Gaúcha, Vale do Urucuia. A alfabetização científica e a socialização de articulações de debates e movimentos de arte estão entre os resultados da pesquisa. Uma das conclusões obtidas é que os modelos de museus itinerantes (ou em movimento) são protagonistas de atividades pedagógicas, científicas e culturais adaptáveis à realidade das comunidades visitadas por essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: Museu em movimento, museu itinerante UFMG, nova museologia.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM A LITERATURA INDÍGENA NA SALA DE AULA¹

Natália Novaes²
Karla Cunha Pádua³

Este trabalho busca analisar as contribuições do trabalho com literatura indígena para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais, utilizando observação participante em sala de aula, acompanhando o trabalho com literatura indígena desenvolvido por uma professora da rede municipal de Belo Horizonte, na disciplina de língua portuguesa numa turma de 4º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa se encontra em fase de desenvolvimento, foram realizados até o presente momento 10 encontros onde foram feitas observações de práticas pedagógicas na escola. Foi possível identificar que a percepção inicial dos estudantes sobre os povos indígenas estava cristalizada no tempo da colonização e atrelada a noção de selvagem. Embora os estudantes reconhecessem a existência de povos indígenas nos dias atuais, não tinham a compreensão dos múltiplos povos indígenas que habitam o país, demonstrando-se surpresos e curiosos nos momentos em que foram trazidas informações e histórias de diferentes povos, principalmente sobre os povos indígenas que não vivem no norte do país, ou na “ floresta”, como dito pelos próprios estudantes. A literatura indígena, portanto, além de permitir às crianças questionarem-se sobre a identidade do povo brasileiro, trouxe elementos novos para a compreensão do mundo contemporâneo e, em especial, do mundo indígena. De acordo com Graúna (2013), a literatura indígena mantém uma estreita relação com a literatura de tradição oral e, por isso, principalmente dentro das instituições escolares, existe um desconhecimento sobre ela, que é reflexo dos princípios etnocêntricos que regem ainda o ensino das disciplinas. A negação da palavra e da literatura indígena no trabalho com linguagens traz consigo a negação da história de vida desses escritores indígenas e suas comunidades e também o silenciamento da diversidade linguística e cultural brasileira. Eliane Potiguara (2002) afirma a importância da literatura indígena para combater o preconceito literário e possibilitar o entendimento de outros mundos possíveis. As observações realizadas em sala de aula dialogam com a produção acadêmica no sentido de provocarem de maneira intensa questionamentos e dúvidas nos estudantes. As perguntas das crianças, em geral, vêm demonstrando um processo gradual de abertura a novos modos de viver, de ser e de ser. Na pesquisa realizada, o aspecto da religiosidade e da crença tem sido aquele que mais salta aos olhos, devido ao fato da forte presença de elementos que remetem a ancestralidade, ao mundo espiritual e a territorialidade nas histórias trabalhadas com os estudantes, nas quais essas dimensões aparecem interligadas. No início do trabalho da professora com a temática, observamos que os alunos indagavam se as histórias lidas e contadas eram ou não verdadeiras e que a comparação entre as diferentes formas de crer levava as crianças a questionar crenças

¹Este trabalho resulta da pesquisa em andamento “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA: experiências de uma professora do Ensino Fundamental”.

²Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais. nati-novaes@hotmail.com.

³Doutora em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais. kcpadua@yahoo.com.br.

divergentes. Porém, com o passar dos encontros, os alunos passaram a se permitir uma escuta maior e trouxeram questionamentos mais voltados ao tipo de linguagem utilizada, ao vocabulário, a forte presença dos animais nas histórias, substituindo o desejo por uma verdade única e uniforme. Perguntaram também sobre as razões dos conflitos pelo reconhecimento dos territórios indígenas e mesmo sobre as razões e os efeitos da colonização. Tais perguntas nos permitiram perceber que o trabalho com literatura indígena, além de ampliar vocabulário e possibilitar o trabalho com a história oral e escrita, tornou os estudantes mais sensíveis as causas indígenas, interessados na memória desses e de outros povos e curiosos para ouvir o que os escritores indígenas tem a dizer. Perguntas do tipo “Como é possível perder uma língua?” apareceram em rodas de conversa após a contação de histórias sobre a Iaiá Cabocla, história originária do povo Xacriabá. O momento da contextualização sobre a realidade deste povo levou os estudantes a relacionarem a luta do povo Xacriabá pelo território aos processos de invasão e dominação acontecidos na colonização. Como podemos ver, a literatura indígena se mostra como um caminho na construção de práticas pedagógicas voltadas para a interculturalidade, pois ao passo que permite uma maior consciência dos processos de enraizamento cultural, das negações e silenciamentos sofridos pelos povos indígenas, permite também conhecer e reconhecer a hibridização cultural e as influências mútuas entre literatura indígena e as demais literaturas, contribuindo para um alargamento das percepções e leituras possíveis do mundo.

Palavras-chave: Práticas docentes; Literatura indígena; Interculturalidade

UM POVO DA PALAVRA: INSCRIÇÕES POÉTICAS E RESSONÂNCIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA XAKRIABÁ¹

Vanessa Lorena Anastácio²

José de Sousa Miguel Lopes³

O modelo de educação escolar indígena que surge no Brasil a partir da Constituição de 1988 e da ampla discussão em âmbito nacional sobre a educação em territórios autóctones, permitiu às escolas indígenas se afirmarem como interculturais, específicas, bilíngues e diferenciadas. Atualmente, diferente de outros momentos históricos, os povos indígenas vêm requisitando a educação escolar em todos os níveis, pois enxergam nela um importante instrumento de reafirmação de suas identidades e de diálogo com a sociedade nacional. Neste interim, o projeto de escola diferenciada vai surgir a partir da forma que cada povo indígena interpreta e dá sentido à escola e às práticas nela inserida. Nas aldeias Xakriabá⁴, em seu desafio de elaborar e colocar em prática um projeto político-pedagógico inovador em diálogo com os processos sociais e educativos da comunidade, cria-se na escola, dentre outros mecanismos, a categoria do professor de cultura. Aquele que trabalha elementos da cultura e da tradição Xakriabá na escola, como forma de valorização e preservação da “cultura” e de afirmação da identidade étnica indígena e ainda com uma forma diferente de ensinar, não baseada nas formas canônicas de ensinar e aprender na escola. A criação do cargo de professor de cultura está relacionada à própria forma como a escola passa a fazer parte da vida dos índios Xakriabá, em um contexto de retomada das tradições, principalmente a partir de uma preocupação dos mais velhos com o fato de que os jovens estão se distanciando das tradições e de que a escola precisa ensinar também as “coisas da cultura”. Dentre estas “coisas” nos chama à atenção a força e sentido que tem a tradição oral entre os Xakriabá. Uma voz poética preenche a atmosfera da Reserva Indígena e neste cenário a palavra que traduz a voz poética das manifestações orais se materializa na figura do Contador e da Contadora de Histórias. É comum ao adentrarmos a Reserva vivenciar junto aos nativos momentos de contação de histórias e causos em prosas e versos rimados, mitos, cantorias, situações onde o Contador de Histórias toma a palavra, ora para o divertimento, o ensinamento ou o rememorar acontecimentos vividos pelo grupo. A contação de histórias é um forte aspecto da “cultura” Xakriabá, nela estão presentes conhecimentos e valores tradicionais que envolvem as narrativas de origem compondo toda cosmologia deste povo. Na palavra do Contador de Histórias Xakriabá podemos perceber potentes elementos de unidade da identidade Xakriabá e como estão sempre buscando relações

¹Este trabalho resulta de pesquisa de Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação e Formação Humana na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Belo Horizonte.

²Mestranda em Educação e Formação Humana pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: vlanastacio@gmail.com

³Doutor e Orientador no projeto de pesquisa de Mestrado em Educação na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) “Um povo da Palavra: inscrições poéticas e ressonâncias na educação escolar indígena xakriabá”. E-mail: miguel-lobes@uol.com.br

⁴A Reserva Indígena Xakriabá está localizada no município de São João das Missões, região norte de Minas Gerais. São 54 mil hectares de terra onde vivem cerca de 8000 indígenas, em 33 aldeias e 3 subaldeias, segundo dados do ISA.

com personagens e fundamentos dos contos nas práticas da tradição. Mesmo tendo contato com a cultura escrita desde a missão católica de São João dos Índios entre os séculos XVII e XVIII, com a escolarização ainda que incipiente na década de 1930 e a crescente oferta escolar a partir de 1997, hoje com vagas para toda a população na educação básica dentro de seu território, estão preservadas entre os Xakriabá várias manifestações da oralidade e discursos tradicionais. O que se observa é que apesar da acelerada expansão da escolarização e, conseqüentemente, da cultura escrita no território, a linguagem utilizada pelos Xakriabá é predominantemente oral. Entre os Xakriabá, ainda que ao utilizar a escrita, esta contém fortes marcas de oralidade, fato facilmente observado em suas diferentes publicações, como por exemplo nos livros *Literatura Xakriabá* (Fale/UFMG 2005), *Com os mais Velhos* (Fale/UFMG 2005) e *Para seu trono Lirar* (LITERATERRAS/FALE/UFMG 2013). Uma análise mais detalhada destes materiais, a experiência de construção de material didático com os professores indígenas Xakriabá ao longo de dois anos e as primeiras análises da pesquisa de campo, levou-nos à conclusão de que estes sujeitos pertencem a uma cultura que tem sua identidade básica firmada nos modos de transmissão oral. Foi no âmbito da produção de material para a escola indígena Xakriabá que identificamos alguns professores de cultura e Contadores de Histórias, estes últimos em relação intensa com os primeiros e com a escola. Assim surgiram perguntas objetivando investigar os modos de aprendizagem das narrativas e as ressonâncias produzidas por elas na escola a partir da relação de transmissão e apropriação dos contos entre os Contadores de Histórias e os professores de cultura. Procuo neste trabalho não apenas problematizar a relação ao mesmo tempo cooperativa e tensa existente entre a cultura oral e a cultura escrita na educação Xakriabá, mas também, problematizar as relações entre a educação tradicional e a educação escolar a partir da introdução do ensino de elementos da cultura tradicional Xakriabá dentro da escola. Para tanto fez-se necessário estudos de Ana Maria R. Gomes e Verônica M. Pereira sobre a escola, oralidade e escrita entre os Xakriabá e a cultura Xakriabá; Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro sobre populações e conhecimento tradicionais e cultura indígena; José de Sousa Miguel Lopes sobre cultura oral e cultura escrita; Jacques Le Goff e Maurice Halbwachs sobre memória e memória coletiva, Paul Zunthor sobre oralidade e performance e por fim Madalena P. Santos e Jean Lave sobre modos de aprendizagem e comunidades de prática, além de outros que se revelarem necessários no decorrer do trabalho. A pesquisa em andamento permitiu até então, analisar a dinâmica da educação tradicional indígena Xakriabá e a consolidação da escola e suas especificidades no território em diálogo com a cultura local. Para a investigação tornou-se fundamental um diálogo teórico e metodológico entre antropologia e educação para melhor interpretação dos dados que correlacionam os sujeitos e sua cultura, aprendizagens, saberes e experiências, sendo assim uma pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica.

Palavras-chave: memória; tradição; modos de aprendizagem; educação escolar.

EIXO II: TRABALHO, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Ementa - Trabalho e labor. Movimentos sociais. Estado, políticas públicas e gestão da educação. Trabalho e profissão docente. Sujeitos escolares e não escolares. Saberes e práticas educativas. Práticas educativas no campo. Instituições escolares e não escolares.



CADEIAS DE ATOS DOS DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE DESENHO – UFPR (1998-2008)¹

Adriana Vaz²
Rossano Silva³
Francine Aidie Rossi⁴

A área da expressão gráfica provém do campo disciplinar do desenho e carece de estudos sobre a sua constituição histórica, que no caso do Departamento de Desenho (DDES) marca uma trajetória que tem início em 1971, junto ao Instituto de Matemática da Universidade Federal do Paraná. No sentido mais amplo, este estudo objetiva contribuir para que os discentes que compõem este campo educacional – tradicionalmente associado aos conteúdos básicos da Engenharia: desenho geométrico, geometria descritiva e desenho técnico – compreendam suas especificidades e, a partir disso, entendam que o desenho está presente em várias formações profissionais. Ao considerar que cada indivíduo conceitua, ensina e aprende desenho com base em sua própria experiência, seja no âmbito familiar, acadêmico ou profissional, nos permite indagar: Que expressão gráfica o Departamento de Desenho produziu? Resposta, que em parte, pode ser esboçada pelos vínculos sociais e profissionais do corpo docente que trabalhou, ou trabalha, no Departamento. Esse aspecto é uma das contribuições deste artigo que trata da história social do DDES, atual Departamento de Expressão Gráfica, analisando parte da trajetória dos docentes efetivos, tendo como recorte o período de 1998 até 2008. Teoricamente fundamenta-se no conceito de configuração de Norbert Elias e de trajetória social de Pierre Bourdieu. A relação entre os dois autores permite compreender como cada indivíduo situa-se em um determinado espaço social, em que seus atos se processam em um tempo histórico, cujas possibilidades de ação estão associadas a sua posição no campo e as redes formadas entre os indivíduos que o compõem – aqui compreendido por esta unidade administrativa que integra o Setor de Ciências Exatas. Para tanto, recorre-se aos conceitos de campo, *habitus* e capital que alicerçam a teoria praxiológica de Bourdieu, para compreender qual o quantum de capital simbólico desse grupo de professores. Partindo da afirmativa que o professor no ensino superior atua em ensino, pesquisa e extensão, somado ao fato que as atividades de extensão e de pesquisa ligadas internamente ao DDES foram esporádicas, adotamos como hipótese central que as ações dos professores estão direcionadas ao ensino de pós-graduação associados em unidades de pesquisa externas ao Departamento, para tanto, de modo sumário, avaliamos o quantum de capital simbólico de cada professor em sua trajetória no ensino superior, anterior e posterior ao recorte temporal aqui proposto, tendo como parâmetro a sua permanência em programas de pós-graduação. Com isso, podemos afirmar que a maior ou a menor quantidade de capital simbólico é obtida pela soma da produtividade de

¹A pesquisa se insere no projeto “Abordagem histórica e social do campo da expressão gráfica” do GEPRIEG - Grupo de estudos e pesquisas das relações interdisciplinares da Expressão Gráfica, da Universidade Federal do Paraná, com início em 2015, e apresenta parte dos resultados decorrentes dos estudos desenvolvidos em 2016.

²Doutorado em Sociologia (UFPR), Professora do Departamento de Expressão Gráfica (UFPR), <vazufpr@gmail.com>;

³Doutorado em Educação (UFPR), Professor do Departamento de Expressão Gráfica (UFPR), <rossano.silva@ufpr.br>;

⁴Doutorado em Tecnologia (UTFPR), Professora do Departamento de Expressão Gráfica (UFPR), <rossi@ufpr.br>.

cada professor nos programas, isolando esse aspecto quantitativo, questiona-se: De que modo as ações de cada agente social interferem para o sucesso da sua própria trajetória no ensino superior delimitado pelo DDES? Como recorte metodológico da pesquisa, avaliamos as trajetórias profissionais dos grupos de professores que frequentaram as reuniões departamentais do DDES no período de 1998 até 2008. Neste período, de modo global, trabalharam no Departamento 21 professores efetivos e 19 professores temporários, sendo que, o estudo recaia sobre as ações dos professores efetivos. Como pertencentes ao um mesmo grupo profissional, subdividimos os professores em função da formação em nível de graduação, locados em quatro grupos: matemática, engenharia, *design* e artes. Quanto as atividades de extensão e outros tipos de projetos, classificamos com maior grau de importância a coordenação de programas e projetos, respectivamente. No que se refere ao ensino na pós-graduação, avaliamos o vínculo do professor em mestrado e doutorado, ponderando quatro quesitos: data da primeira e última defesa de mestrado na função de orientador, data da primeira e última defesa de doutorado na função de orientador, o que permite avaliar quando ocorreu o vínculo do professor no programa e o tempo de permanência. Por fim, outro critério de exame, foi delimitado pelo ano que cada professor concluiu sua 1ª graduação em função de cada década correspondente, ajuizando que este conjunto de professores tenha participado de um mesmo universo profissional, e que suas expectativas sociais e acadêmicas estão condicionadas ao pertencimento de uma mesma geração, nesse caso a ideia de geração (ressalta-se que não é o objetivo aprofundar essa categoria teórica). Como estratégias de ação desse grupo de professores na conquista de capital simbólico, elencamos: 1. Possuir a mesma formação na graduação e integrar a mesma geração; 2. Ter uma formação linear entre a graduação, o mestrado e o doutorado, fortalecendo seu capital social; 3. Ministras aulas em pós-graduação em consonância com a sua própria formação; 4. Exercer cargo de chefia no DDES, o que gera maior poder entre os pares; 5. Coordenar programas e/ou projetos (Extensão, Licenciar, PIBID, etc.); 6. Obter afastamentos de longa duração para capacitação docente. As fontes incluem as atas das reuniões departamentais do DDES e a análise dos 16 currículos lattes disponíveis, do total de 21 docentes. Reitera-se que a questão central é entender quais as ações desenvolvidas pelos professores do Departamento que tenham contribuído para obtenção de capital simbólico, mensurado pela permanência em programas de pós-graduação. Conclui-se que, do grupo de professores, quanto a graduação: 7 cursaram Matemática e 7 Engenharias, 1 formado em Artes e 1 em *Design*; o que, de certa forma, explica por que as atividades de pesquisa e extensão se articulam com o campo disciplinar da matemática, além de sua origem histórica. Dentre os graduados entre 1987 e 2000, quatro matemáticos mantêm seus vínculos com o ensino de pós-graduação, fruto de capital social somado a configuração social que marca sua trajetória.

Palavras-chave: História da educação; Ensino superior; Expressão gráfica.

PROFISSÃO PROFESSOR:UM OLHAR SOBRE SUA SAÚDE¹

Ana Cristina Franco da Rocha Fernandes²

Ana Paula Martins Fonseca³

Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral⁴

O termo saúde do trabalhador refere-se a um campo do saber que visa compreender as relações entre trabalho e processo saúde-doença. Nesta acepção, considera-se a saúde e a doença como processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade em determinado momento histórico. Parte do princípio de que a forma de inserção dos homens e mulheres nos espaços de trabalho contribui decisivamente para formas específicas de adoecer e morrer. O fundamento de suas ações é a articulação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial (BRASIL, 2001). A saúde dos trabalhadores é condicionada por fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais relacionados ao perfil de produção e consumo, além de fatores de risco de natureza físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos presentes nos processos de trabalho particulares. Especificamente em relação ao trabalho docente é fato que o processo de globalização trouxe novas definições para as políticas educativas e, conseqüentemente promoveu mudanças no processo de trabalho e na gestão escolar. O professor na atualidade, para atuar junto ao educando, precisa ser criativo e flexível em relação as novas situações que lhe são apresentadas cotidianamente pela escola, além de encontrar soluções inerentes à profissão. O professor extrapolou a mediação do conhecimento do aluno, devendo o mesmo conseguir articular com a escola e com a comunidade. Diante das novas funções delegadas ao trabalho docente, alguns estudos acerca do adoecimento do professor vêm sendo desenvolvidos, mas muitos desses estudos se fecham em doenças ligadas ao estresse. Pouco se tem sobre as repercussões do trabalho sobre a saúde do professor. Tavares (2012) afirma que o trabalho do docente envolve além de ensinar, investigar, relacionar interpessoalmente com os colegas de trabalho, ambiente em que trabalha, os alunos e outros elementos do trabalho. A categoria docente tem sido apontada como uma das mais expostas a ambientes com conflitos e de alta exigência de trabalho. O objetivo deste trabalho foi avaliar saúde e qualidade de vida dos professores universitários vinculados à Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Divinópolis. Tratou-se de uma pesquisa transversal quantitativa exploratória onde participaram do estudo os professores da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Divinópolis. O instrumento de coleta de dados é SF-36 (Medical Outcomes Study 36 – Item Short – Form Health Survey) que é um questionário de avaliação da qualidade de vida, de fácil administração e compreensão. Foi realizada a revisão da literatura e capacitação do bolsista para aplicação do questionário, posteriormente foi feito um levantamento do quadro de professores da instituição

¹O trabalho resulta numa pesquisa feita e concluída na Unidade, com a apoio da FAPEMIG.
anadelio23@gmail.com

²Professora da UEMG – Unidade de Divinópolis

³Professora da UEMG – Unidade de Divinópolis

⁴Professora da UEMG – Unidade de Divinópolis

que no momento da pesquisa era composto por 153 docentes. A Universidade do Estado de Minas Gerais- Unidade de Divinópolis, possui 17 cursos presenciais, sendo 7 cursos de licenciatura, totalizando 21 turmas e 10 cursos de bacharelado, totalizando 44 turmas. Trabalhando com estas 63 turmas, em 17 cursos, temos na Unidade 85 professores com dedicação de 40 horas semanais e 78 professores com dedicação de 20 horas semanais. Todos os professores dão em média 12 aulas no semestre seguindo orientações na Universidade do Estado. O objetivo do trabalho foi avaliar saúde e qualidade de vida dos professores universitários vinculados à Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Divinópolis, verificamos quais as morbidades que acometem os professores da Unidade de Divinópolis e avaliamos a qualidade de vida dos professores. A análise de dados foi realizada através do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 13.0. Considerando a importância de desenvolvimento de estudos nessa área, esta pesquisa auxiliou no sentido de gerar conhecimentos que subsidiaram as discussões sobre a saúde dos docentes de Ensino Superior da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis. Por meio deste estudo conclui-se, que a avaliação de qualidade de vida, através do questionário SF-36, apresentou valores acima do escore 50. Todos os domínios alcançaram valor maior que 50, concluindo-se que os funcionários da UEMG-Divinópolis apresentam uma boa qualidade de vida até o momento. Conhecer agravos decorrentes do trabalho pode contribuir na prevenção do sofrimento e do adoecimento a este relacionamento, além de capilarizar saberes que venham a auxiliar na sensibilização de gestores acerca da seriedade que o tema requer, e, por conseguinte, na melhoria das condições de vida do trabalhador docente.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; professor; ensino.

PRÁTICAS EDUCATIVAS E FOMENTO À PARTICIPAÇÃO E AO CONTROLE SOCIAL: uma análise dos projetos Controladoria na Escola e Auditor das Gerais¹

Anna Carolina de Oliveira Azevedo²
Rômulo Magalhães Fernandes³

A eficiência no uso dos recursos públicos é uma demanda crescente da sociedade brasileira. Com o processo de redemocratização e a promulgação da “Constituição Cidadã de 1988”, estabeleceram-se condições favoráveis para a instalação de um ambiente democrático no país e para uma nova fase nas políticas públicas. Uma das inovações decorrentes da Constituição de 1988 é a ênfase na participação popular nas ações do Estado, mediante a institucionalização de canais participativos diversos, a exemplo dos conselhos de políticas e do orçamento participativo, e o fomento ao controle social, compreendido como o controle exercido pela sociedade sobre os recursos e as ações governamentais. A literatura sobre controle da Administração Pública enfatiza o controle social como um elo relevante na busca de efetividade das ações governamentais, seja pela capacidade de informar sobre a qualidade dos serviços públicos prestados, seja no que tange à prevenção e ao combate à corrupção. Assim, um grande desafio colocado às instituições do Estado brasileiro, num contexto democrático, diz respeito ao fomento à participação da sociedade nas políticas públicas e ao exercício do controle social. A escola é uma instituição central nas sociedades contemporâneas, sendo um espaço privilegiado de disseminação de informações, construção de conhecimento e de convívio social. O exercício da cidadania passa, portanto, pelo ambiente escolar, o que exige que a escola incorpore, além dos conteúdos tradicionais, informações e práticas educativas voltadas ao exercício de direitos e deveres e ao amadurecimento da prática cidadã das pessoas que compõem a comunidade escolar. A preparação para o exercício da cidadania encontra previsão na Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), a exemplo do artigo 2º que dispõe que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Encontra eco, ainda, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que preveem que os conteúdos escolares devem estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Nesse sentido, surgem iniciativas que procuram incorporar ao espaço escolar discussões acerca da participação cidadã nas ações governamentais e do exercício do controle social, voltadas a estudantes, pais, professores e demais trabalhadores da educação. Dentre tais iniciativas, destacam-se o projeto Controladoria na Escola, da Controladoria-Geral do Distrito Federal, e o projeto Auditor das Gerais, da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais. O objetivo do presente artigo é, então, analisar os projetos Controladoria na Escola e Auditor das Gerais, de forma a descrever suas trajetórias e características, bem como identificar potencialidades e desafios que apresentam no que tange ao fomento à participação e ao controle social no espaço escolar. Para tanto, adota-se abordagem

¹Informa-se que o trabalho resulta de pesquisa em andamento.

²Mestranda em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro - e-mail: <annac.azevedo@hotmail.com>.

³Doutorando e Mestre em Direito Público pela PUC Minas - e-mail: <romulopn@yahoo.com.br>.

metodológica qualitativa, consistente em revisão teórica das temáticas controle social, cidadania, participação e práticas educativas, além de análise documental de legislações, planos, relatórios dos projetos e notícias divulgadas em sítios oficiais. Como resultados da pesquisa em curso, tem-se a compreensão de que as iniciativas analisadas guardam consonância com a Política Nacional de Participação Social (PNPS), já que se destinam a informar, orientar e fomentar o controle da aplicação dos recursos públicos, visando à consolidação de uma gestão pública transparente e com participação efetiva da sociedade, como forma de assegurar a efetividade das políticas públicas e de prevenir e combater a corrupção. Visualiza-se, também, que as iniciativas guardam consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pois estimulam o posicionamento ativo, crítico, responsável e construtivo dos estudantes em diferentes situações sociais. Outro aspecto a se destacar é a relevância e a potencialidade da inserção dos temas de participação cidadã e controle social no cotidiano escolar da juventude brasileira, notadamente daquela que frequenta a escola pública, embora se apresentem desafios para a comunicação efetiva com esse público, a exemplo da linguagem e das formas de interação entre os jovens.

Palavras-chave: Cidadania; Controle Social; Educação; Escola; Juventude.

POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SOBRE OS CONSELHOS ESCOLARES NA REDE PÚBLICA PAULISTA¹

Paulo César Cedran²
Chelsea M. C. Martin³
Dulcinéia Conceição Ligeiro⁴

A política pública da década de 90 recomenda que a escola ofereça uma gestão cada vez mais democrática e participativa com a finalidade de colaborar com que o processo de democratização escolar ocorra conforme preconizado pela Constituição Federal/1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB/96), Lei Federal nº 9.394/1996. Diante deste desafio o Ministério de Educação (MEC) em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) ofereceu o Curso Fortalecimento dos Conselhos Escolares aos gestores escolares, para todos os estados e municípios, visando elucidar qual o papel de cada membro do Conselho Escolar para que os mesmos pudessem atuar tendo voz, vez e voto nas decisões cabíveis a este Conselho. A partir do Curso Fortalecimento dos Conselhos Escolares aos gestores escolares, oferecido pela UFSCar em parceria com o MEC, os diretores das unidades escolares participantes desencadearam uma série de ações voltadas para a reflexão sobre funcionamento dos Conselhos Escolares. Nesta perspectiva, a pesquisa tem como objetivo investigar a atuação destes diretores junto aos Conselhos Escolares nas escolas estaduais jurisdicionadas a Diretoria de Ensino Região de Taquaritinga/SP com a finalidade de investigar como o Curso Fortalecimento dos Conselhos Escolares, propiciou momentos de estudos e reflexões sobre como oportunizar o fortalecimento do Conselho de Escola visando uma gestão democrática em cada unidade escolar. Considerando que o Conselho de Escola tem por finalidade auxiliar na gestão dos processos administrativos e pedagógicos, Cury (2008, p.60) lembra que: aos Conselhos Escolares cabe aprofundar a busca da qualidade dos estabelecimentos e palmear o caminho que vai da comunidade à escola e vice-versa. Na rede pública de ensino do estado de São Paulo o Conselho Escolar é denominado de Conselho de Escola, o qual é articulado ao núcleo de direção e constitui-se num colegiado de natureza consultiva e deliberativa, formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. O Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer CEE nº67/1998, no qual institui as Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, em seu capítulo III define como colegiados escolares os Conselhos de Escola e os Conselhos de Classe e Série. Sobre o Conselho de Escola, afirma no artigo 16: o conselho de escola, articulado ao núcleo de direção, constitui-se em colegiado de natureza consultiva e deliberativa, formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. A metodologia da pesquisa na

¹Pesquisa concluída e vinculada ao Centro Universitário Moura Lacerda.

²Doutor, UNESP/Araraquara. Docente Centro Universitário Moura Lacerda e Supervisor de Ensino na Diretoria de Ensino Região de Taquaritinga/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Brasil. Email.: pcedran@ig.com.br

³Docente Mestra, UNESP/Araraquara. Centro Universitário Moura Lacerda e Supervisor de Ensino na Diretoria de Ensino Região de Taquaritinga/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Brasil. Email.: chelseamcmartins@yahoo.com.br

⁴Mestra, CUML/Ribeirão Preto - Supervisor de Ensino na Diretoria de Ensino Região de Taquaritinga/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Brasil. Email.: dc.ligeiro@uol.com.br

abordagem histórico-cultural se constrói por meio do diálogo, compreende-se que o ser humano é um ser de linguagem (CASTRO, 2010). Portanto, envolveu entrevista dialógica a partir de roteiros semiestruturados para os sujeitos (diretores de escolas estaduais da Diretoria de Ensino Região de Taquaritinga/SP), subsidiada pelos cadernos orientadores do Curso Fortalecimento dos Conselhos Escolares aos gestores escolares. Para tanto, foram ouvidos, por meio de entrevistas, os diretores das trinta e seis escolas estaduais paulista acerca do funcionamento desses conselhos de escola e que ações poderiam ser desencadeadas para incentivar a gestão democrática na escola. Inicialmente investigamos os diretores de escola em relação à qualidade do material oferecido pelos doze cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares durante o Curso de Fortalecimento dos Conselhos Escolares aos gestores escolares. Os resultados obtidos demonstraram que os conselhos escolares estão instituídos e organizados formalmente, entretanto, constatou-se que a dificuldade dos segmentos representados pelo Conselho em participar das ações propostas pelos mesmos. A partir desta constatação procurou-se estabelecer alguns parâmetros para incentivar a participação dos conselheiros por meio do sentimento e responsabilidade diante os desafios enfrentados pela educação pública. Pode-se considerar que ao analisar os entraves que afetam a construção de uma gestão participativa no interior da escola paralelamente ao objetivo proposto pelo Curso Formação Continuada em Conselhos Escolares corroborou com a reflexão sobre o papel do diretor de escola como articulador para que a comunidade, intraescolar e extraescolar, possam ultrapassar o mero cumprimento da legislação e assim, estabelecer ações que contribuam para a expansão da cultura participativa no espaço escolar.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Gestão Escolar; Formação Continuada.

DESENVOLVIMENTO DE AUTÔMATOS ENTRE O CEFET-MG E A ESCOLA MUNICIPAL IVAN DINIZ MACEDO: ARTE, HISTÓRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM DIÁLOGO

Cláudio Henrique Pessoa Brandão¹
Cláudia França Gomes²

Esta comunicação apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou desenvolver uma prática transdisciplinar que articulasse arte, história, ciência e tecnologia, por meio da produção de autômatos. Autômatos são objetos mecânicos móveis que combinam conceitos de mecânica e física com expressão cultural e artística. Temos como base a noção de Objetos de Aprendizagem (OA) do Núcleo de Construção de Objetos de Aprendizagem (NOA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que objetiva, por meio da construção de objetos, introduzir os alunos na estruturação conceitual das disciplinas científicas. O projeto foi desenvolvido em parceria entre o CEFET-MG e a Escola Municipal Ivan Diniz Macedo (EMIDM) da rede pública da Prefeitura de Contagem/MG. Partiu-se do princípio de que o desenvolvimento de autômatos pode trazer contribuições no sentido de construir conhecimento de forma transversal e contextualizada, promover o diálogo entre teoria e prática e tratar da dimensão social e cultural da técnica. Essa pesquisa foi inspirada na Cultura Maker (ou “Movimento Maker”), que é considerada uma extensão com vertente mais tecnológica e técnica da cultura do *Do It Yourself* (DIY), na qual qualquer pessoa pode construir, consertar, modificar e fabricar objetos, máquinas, projetos e processos com suas próprias mãos. O *Make It Yourself* (MIY) absorve a ampla gama de informações disponibilizadas pelas tecnologias digitais e da informação. Com esse espírito surgiu a proposta da disciplina ministrada por Neil Gershenfeld (2012) denominada “*How to Make (almost) Anything*”, em 2001, no *Center for Bits and Atoms* (CBA) do *Massachusetts Institut of Technology* (MIT), que foi uma das origens dessa cultura. O foco de Gershenfeld se constituiu em traçar um paralelo entre a computação e a fabricação pessoal e as fronteiras entre a computação e a física. Trata-se de uma articulação entre o conhecimento advindo da produção individual com o conhecimento científico e tecnológico. A Cultura Maker não só nos inspira no sentido de propor novo olhar para o “fazer”, sobretudo o “fazer com as próprias mãos”, uma vez que valoriza seus processos e os ressignificam ao mesmo tempo em que reconfigura socialmente seus lugares de ação. Trata-se, pois, de uma educação tecnológica que busque pensar a técnica nas suas relações com a ciência e a sociedade, tal como propõe a abordagem CTS, cujos objetivos se voltam para abordar as implicações sociais e éticas relacionadas ao uso da ciência e da tecnologia e adquirir uma compreensão da natureza da ciência e do trabalho científico. A metodologia aconteceu em caráter exploratório de forma a familiarizar tanto professores quanto alunos a respeito do delineamento das ações. Os procedimentos se distribuíram em atividades de caráter exploratório que se complementaram e se fundamentaram pela pesquisa documental. (i) Atividades exploratórias: participação dos educadores em cursos afins aos objetivos do projeto; criação de cartões na técnica de “*pop ups*” para trabalhar de forma

¹Mestre em Educação Tecnológica (CEFET-MG) – Professor Substituto do IFMG – Ribeirão das Neves – Pesquisador – claudiohpb@gmail.com

²Doutora em Educação (FaE-UFMG) – Professora do CEFET-MG – Pesquisadora – claudialactea@yahoo.com.br

prática o conceito de movimento; (ii) Pesquisa exploratória: pesquisa sobre artífices brasileiros que se dedicam à fabricação de autômatos; sondagem sobre percepções dos alunos acerca de suas noções sobre as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade; (iii) Pesquisa documental: pesquisa direcionada para o estudo sobre autômatos, materiais e metodologias e aplicabilidades em práticas educativas; pesquisa bibliográfica sobre história e filosofia da tecnologia, teoria do conhecimento e processos criativos; (iv) Prototipagem - protótipo “sujo” ou de “rascunho” (*low tech*) e protótipo definitivo com utilização de recursos de fabricação digital em impressoras 3D (*high tech*); (v) Registros de áudio, vídeo e fotográficos de todo o processo de desenvolvimento do projeto; (vi) Caderno de campo; (viii) Intercâmbio por meio de trocas de cartas entre os alunos das duas escolas sobre informações pessoais (perguntas “quebra-gelo” como, por exemplo, comida preferida, livro de cabeceira, uma música especial, etc.), percepções sobre história, arte, ciência e tecnologia. Na EMIDM o projeto foi desenvolvido em sábados letivos, por meio de uma disciplina que foi nomeada pelos próprios alunos de “Aula Especial”. Ao contrário do CEFET-MG no qual o projeto foi realizado na Sala de Cerâmica, espaço próprio para a disciplina de Arte, na EMIDIM o projeto foi realizado no laboratório de informática da escola. Em comparação com a prática realizada no CEFET-MG, pudemos observar (i) que os alunos não questionaram o fato de que aquela aula tratasse simultaneamente de conteúdos de diferentes disciplinas escolares; (ii) como decorrência disso, a transdisciplinaridade aconteceu de forma espontânea com contribuições dos alunos; (iii) a atividade não seguiu conforme o planejado, pois enquanto foi solicitada a construção de *pop ups*, alguns alunos deram início, por conta própria, à construção de outros artefatos de papel, como bicicleta, revólveres e zarabatanas; (iv) os alunos demonstraram vivência e facilidade para as práticas de atividades manuais; (v) assim como no CEFET-MG, eles também demonstraram resistência às reflexões filosóficas e históricas sobre as relações entre ciência, técnica, tecnologia e sociedade; (vi) tal como no CEFET-MG, demonstraram vontade de colocar a “mão na massa” e por o projeto para “funcionar”. Os dois contextos de aplicação do projeto, os dois espaços escolares, evidenciaram questões comuns, como a resistência por parte dos alunos de articular atividades manuais com reflexões histórico-filosóficas. Por outro lado, os dois contextos evidenciaram questões diferenciadas, como a maior facilidade que os alunos da EMIDM tiveram com o desenvolvimento das atividades manuais, ainda que sejam de idade menor que os do CEFET-MG. Essas diferentes apropriações do projeto por parte dos dois espaços requerem análises mais cuidadosas e esta é uma das questões que serão abordadas nas pesquisas futuras.

Palavras-chave: Cultura Maker; Transdisciplinaridade; CTS.

DO CONHECIMENTO À PRODUÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O DESIGNER E SUA ATUAÇÃO NA SELEÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS¹

Daniel de Souza Gamarano²

Eliane Ayres³

Artur Caron Mottin⁴

O artigo apresenta um breve panorama sobre a atividade de design e sua relação com os materiais. São discutidos desde a percepção de como deve ser abordado o tema durante o ensino superior, a seleção dos materiais durante o processo projetual de produtos, às novas possibilidades do profissional em realizar projetos e se envolver diretamente no desenvolvimento de materiais. O artigo é resultado de pesquisa, em andamento, de natureza bibliográfica de base qualitativa mediante análise interpretativa dos autores, realizado no programa de Pós Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Tal análise objetiva discutir as expectativas do designer em atuar concomitante à área de engenharia, bem como o desenvolvimento de metodologias que contemplem as informações técnicas e sensoriais-perceptivas essenciais para o melhor entendimento das necessidades dos usuários. O estudo é organizado em quatro partes, apresentando desde a contextualização sobre a evolução dos materiais e sua utilização pelo setor industrial, à relação do profissional com os insumos. Para isso, são discutidos como o designer compreende, identifica e utiliza os materiais em projetos de produto, e por fim, como ele pode vir a contribuir para o fomento de novas soluções para a indústria e projetos de pesquisa. Considerando a evolução histórica, a partir do século XXI, as mudanças ocorridas na sociedade tiveram um enorme impacto no processo de design. Obsolescência programada, novos processos nas indústrias e a propagação de técnicas produtivas tem revolucionado, de maneira cada vez mais rápida, o mercado. Percebe-se que um dos grandes marcos da sociedade industrializada é a grande variedade de produtos que são utilizados. Não apenas as pessoas consomem mais materiais rapidamente, como também aumentou-se a diversidade destes. A interação entre os indivíduos e os materiais dá-se, sobretudo, por via de produtos, sendo essa interação responsável por um número incrível de atributos. Assim, as propriedades mecânicas e sensoriais dos materiais contribuem para a percepção de desempenho do produto e instigam os sentidos dos usuários. Dessa forma, é de extrema importância que os designers considerem tais características ao avaliá-los na concepção dos objetos. O designer deve compreender os materiais, uma vez que suas qualidades técnicas, bem como as expressivas são relevantes tanto no campo teórico, quanto no prático. Por isso, faz-se necessário que a educação nos cursos de design sejam incluídas e consideradas nos programas superiores, especialmente para a construção de conhecimento, contribuindo

¹Trabalho resultante de pesquisa em andamento, realizada na disciplina Teoria e Cultura do Design, proposta pelo Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

²Daniel de Souza Gamarano: Aluno mestrando em Design pela UEMG. dgdanielgamarano@gmail.com

³Eliane Ayres: Doutorado em Engenharia Metalúrgica pela UFMG (2006) Professora permanente da pós-graduação da REDEMAT (Rede Temática em Engenharia de Materiais UFOP-UEMG). eayres.pu@hotmail.com

⁴Artur Caron Mottin: Doutorado em Engenharia de Materiais na REDEMAT (2016). Professor do IFMG - Campus Congonhas, Departamento Mecânica. mottindesign@gmail.com

para o gerenciamento dessas informações. O estudo de materiais pelo design é, de certa forma, recente se comparados aos já realizados pelas engenharias. Todavia, diversas publicações foram pertinentes para o início de mudança desse cenário. Além disso, plataformas online específicas sobre o tema, o surgimento de materiotecas e novas abordagens no ensino, garantem uma melhor compreensão dos estudantes sobre o tema. A vastidão de escolha de materiais e processos, bem como os aspectos relacionados ao meio ambiente e uma melhor qualidade de vida, são fatores que contribuem para as inovações que surgem no campo do design. A partir do presente estudo, percebe-se que, apesar de ser um tema bastante explorado em outras áreas do conhecimento, a relação do design e os materiais ainda carece um aprofundamento acadêmico, como forma de ampliar a discussão e contribuir para novas diretrizes que auxiliem a prática profissional. Muitas são as metodologias desenvolvidas por designers e centros como forma de permitir uma melhor seleção de material para o projeto analisado. De maneira geral, percebe-se que pela abordagem interdisciplinar da área é possível a interação com diversas outras áreas, fator que permite que o designer convirja também não apenas como um promotor de um novo material ou tendência de consumo, mas que contribua também para a produção de novas oportunidades frente a este cenário cada vez mais dinâmico e complexo.

Palavras-chave: Design; Materiais; Desenvolvimento de produtos; Metodologia de ensino.

A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO¹

Dilene Pinheiro da Silva²

Ailton Vitor Guimarães³

O presente trabalho tem como objetivo uma breve reflexão sobre a Assistência Estudantil e suas ações orientadas por seus objetivos e princípios em busca de promover o acesso, a permanência e conclusão dos cursos em que ingressam os estudantes das Instituições Federais de Ensino. As primeiras ações de assistência ao estudante, segundo Xavier (2008) e Kowalski (2012) datam do período monárquico com os caixas escolares, através do qual as famílias ricas contribuía com recursos para custear os estudos dos alunos mais pobres. Na constituição de 1934 a assistência ao estudante passa a ser garantida por lei, todavia as ações eram pontuais e não garantiam um atendimento universalizado, situação esta que se estendeu nas décadas seguintes. Com a promulgação da Constituição de 1988, fruto de lutas e reivindicações sociais a assistência ao estudante ganha novo impulso, embora com inúmeros desafios que vão desde a concepção da Assistência Estudantil como uma das ações necessárias para uma trajetória bem sucedida dos discentes até a falta de recursos humanos e financeiros. Num cenário de precarização do ensino público, com a minimização de recursos para custeio e capital e com a falta de compromisso do governo federal com uma educação de qualidade e gratuita, realidade que atendia aos interesses neoliberais, é constituído o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) formado pelos representantes das diversas instituições federais de ensino em assuntos da assistência estudantil. O consenso destes representantes na necessidade de articulação e lutas para a inclusão social no âmbito da universidade pública conduziu a formulação de princípios e objetivos que orientassem as ações como: afirmação da educação superior como uma política de Estado; gratuidade do ensino; igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito; pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central entre outros. Os anos seguintes foram marcados por encontros, reflexões, lutas e embates em busca da promoção do acesso e permanência dos discentes nas IFES. Em 2007 é aprovado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) o Plano Nacional de Assistência Estudantil que apresentava as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos que atendesse as demandas apresentadas pelos discentes, articulando o processo educativo ao ensino, à pesquisa e à extensão entendendo a Assistência Estudantil como direito social rompendo com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor

¹Este resumo é resultado de uma pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

²Dilene Pinheiro da Silva, mestranda do Programa de Mestrado em Educação Tecnológica de CEFET-MG - dilene.pinheiros@gmail.com ; Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães, docente do Programa de Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG - ailton.vitorg@gmail.com

e das concessões do Estado (FONAPRACE, 2007). Nesta esteira em 2010 é assinado o Decreto 7.234/2010 garantindo entre outras ações o financiamento da Assistência Estudantil. Todo este processo busca responder as demandas apresentadas pelos discentes desde a dificuldade de acesso, a permanência envolvendo a dificuldade de moradia, alimentação, saúde (física e mental), transporte, creche, condições básicas para atender aos portadores de necessidades especiais, acompanhamento psicopedagógico, fomento à participação acadêmica, acesso a informação e difusão das manifestações artísticas e culturais entre outras que se apresentam no cotidiano das instituições. Ações que respondam as demandas apresentadas pelos discentes são complexas e requerem uma dedicação a pesquisa, a construção de estratégias, mobilização da comunidade acadêmica entre outros esforços para alcançar os objetivos propostos à assistência estudantil. Pois, o cenário político-econômico, num contexto de acumulação flexível de capital financeiro que mercantiliza a educação, exclui paulatinamente aqueles que não possuem recursos para adquiri-la enquanto mercadoria. A pesquisa em andamento busca compreender em que proporção as ações da Assistência Estudantil tem atendido as demandas apresentadas pelos discentes em busca da efetivação do direito à educação. Para alcançar o objetivo proposto está sendo realizado um levantamento bibliográfico, assim como da legislação no âmbito institucional e nacional, será proposto aos discentes atendidos pela Assistência estudantil que respondam a um questionário e solicitadas entrevistas com os gestores e profissionais da equipe. Após o tratamento dos dados espera-se a luz do referencial teórico compreender o objetivo proposto.

Palavras-chave: Permanência; FONAPRACE; PNAES

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA À LUZ DA CONTRIBUIÇÃO ANTROPOLÓGICA DE PAULO FREIRE : OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS DA – “CIDADE DOS MENINOS “ – NO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO, NO VALE DO AÇO, MINAS GERAIS¹

Dominikus Kono TJeunfin²

Mauro Tarcísio Machado Borges³

Warley Emanuel de Oliveira⁴

O trabalho sobre a – “Cidade dos Meninos”- visa demonstrar uma práxis pedagógica orientada no sentido de uma formação humanística, crítica e inovadora, mormente no que tange ao acolhimento, ao atendimento psico-pedagógico e interação família-escola-comunidade. Trata-se de uma instituição filantrópica que atende crianças de 0 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, que oferece educação integral com acompanhamento psicológico, pedagógico e de assistente social. A Fundação Comunitária Fabricianense – FUNCELFA- é uma instituição filantrópica, reconhecida como de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal, além da sua atuação na área social. Foi fundada em 1971 e a princípio desenvolvia diversos trabalhos para a população e além da área social, exercia atividades na área de saúde e educação. Algum tempo depois, surgiu a necessidade de focar o trabalho desenvolvido na Fundação para uma atividade específica : “o amparo ao menor carente ou abandonado”. Em 1976, Dom Lelis Lara aceitou o desafio de um juiz em cuidar de adolescentes que estavam presos, criando assim, a Cidade do Menor, hoje, Cidade dos Meninos. Utilizando-se de uma metodologia histórico-crítica e dialética, buscar-se-á analisar aspectos históricos, jurídicos, pedagógicos, políticos, antropológicos e sociais, sem prescindir da categoria da espiritualidade que também é vivenciada no contexto da formação de forma aberta e autônoma .Em nível de fundamentação e referencial teórico, os autores Piaget e Paulo Freire, são revisitados constantemente, dentre outros. A concepção antropológica de Freire clarifica a educação e formação humana no âmbito da – “Cidade dos Meninos”- de maneira a problematizar a tríade: homem, mundo e realidade. Os jovens vivenciam uma proposta de educação que concebe o homem num constante vir-a-ser, historicamente situado com suas fragilidades, potencialidades e singularidades. Dessa forma, acredita-se na possibilidade de desvelamento e construção de novos valores, novos saberes, novos sentimentos e uma consciência da vocação ontológica do ser humano de ser mais, conforme afirma Freire. Os cursos oferecidos são gratuitos e ministrados por voluntários. As exigências mínimas são: ter acima de 15 anos e ensino fundamental. São oferecidos também cursos de corte e costura, crochê, manicure e pedicure, cabelereiro, artesanato, pintura, solda, torneiro mecânico, entre outros. As

¹Trabalho de pesquisa em andamento, processual. Vinculação Institucional: FUNCELFA e Centro Universitário do Leste de Minas Gerais- Unileste

²Dominikus Kono TJeunfin. Graduação em Administração-FAVAG, MG; Gestor da FUNCELFA.; E-mail: dominikusono2@gmail.com

³Mauro Tarcísio Machado Borges- Mestrado em Educação, UEMG. Discente de EAD, Universidade Federal de São João Del Rei, MG; E-mail: mauroborges1980@gmail.com

⁴Warley Emanuel de Oliveira- Pós-Graduação em Terapia cognitiva comportamental. PUC/MINAS. Psicólogo, na FUNCELFA. E-mail: warleypsicologia@hotmail.com

inscrições são realizadas na secretaria da Cidade dos Meninos e as aulas geralmente ocorrem uma vez por semana, com exceção dos cursos de solda e torneiro mecânico que são ministrados no Unileste, instituição de ensino superior, parceira. Os profissionais envolvidos no processo de formação são qualificados e comprometidos com a promoção da pessoa humana. Participam de reuniões pedagógicas, elaboração de projetos alternativos e atendem as famílias quando são solicitados. Dessa entrega e compromisso com o outro, gera uma rede de solidariedade que contribui fortemente para o desenvolvimento da Instituição, sem assistencialismo ou ativismo desenfreado. Os trabalhos pedagógicos e psicológicos desenvolvem-se numa ética do cuidado, do respeito à diferença e em princípios éticos inalienáveis. Conclusões e/ou resultados obtidos : resgate do sentido da família por meio de contato mediado por psicólogo e assistente social e docentes; inovação e qualidade educativa; redução de infração cometida por menores; inserção de jovens no mercado de trabalho; educação inclusiva; reconhecimento da comunidade e do poder público. Mediante todo esse contexto, a missão da instituição se reafirma: “acolher crianças e adolescentes sem referência familiar ou carentes e suprir suas necessidades básicas, proporcionando-lhes condições para que se desenvolvam como seres humanos, através de uma educação ampla, de modo a torná-los capazes de conduzir dignamente suas próprias vidas.” Nessa perspectiva mais uma vez vale lembrar as contribuições freireanas no que diz respeito à autonomia e a importância de cada educando se tornar sujeito da sua própria história, assumindo esse protagonismo com consciência da mundanidade, da alteridade e da possibilidade de intervir no curso da história.

Palavras-chave: Acolhimento; Dignidade; Cidadania; Alteridade; Trabalho.

FORMAÇÃO DOCENTE E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE LICENCIANDOS DA UEMG – UNIDADE DIVINÓPOLIS/MG

Elaine Kendall Santana Silva
Ana Paula Martins Fonseca
Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar pesquisa realizada sobre como se dá a construção identitária do professor em formação nos cursos de licenciatura da UEMG - unidade de Divinópolis, por meio do Estágio Supervisionado. Para isso, foram feitas análises das representações sociais e das estratégias de textualização, focalizando o jogo interlocutivo, a inserção e o gerenciamento de vozes que se instauram na trama discursiva de questionários, entrevistas e relatórios de estágio produzidos pelos licenciandos. Foram utilizados diversos autores como referencial teórico, tais como, Apothélos (2003), Matencio (2003), Mondada e Dubois (2003), Koch (2003), Marcuschi (2001), dentre outros. Os cursos de licenciatura da UEMG - Unidade de Divinópolis, possibilitam que os graduandos, por meio do Estágio Supervisionado, estabeleçam relação entre a teoria e a prática durante sua formação, pois sabe-se que é necessário ter o cuidado para que a teoria não seja apresentada de forma descontextualizada e vazia, como mera retórica, e que a prática, por sua vez, não caia em um ativismo estéril e sem significado para as práticas sociais de todos os envolvidos no processo – professores, alunos e toda a comunidade escolar. Essa discussão está presente nos cursos de licenciatura da referida instituição, que continuamente questiona a pertinência dos projetos que desenvolve, em relação à efetiva articulação entre teoria e prática, buscando possibilitar aos alunos uma reflexão crítica sobre a prática escolar. Para contribuir com essa reflexão é importante que o professor em formação posicione-se identitariamente frente a essas reflexões, pois, assim, poderá assumir melhor seu papel como profissional da área em que atua. Sendo assim, com o objetivo de analisar os posicionamentos identitários dos licenciandos da UEMG, desenvolveu-se o projeto, intitulado “Contribuições do Estágio Supervisionado na formação identitária das licenciaturas da UEMG - campus Divinópolis/MG”. Dessa forma, para entender como se dá a construção identitária desses professores em formação, é preciso que se tenha em mente que tal construção revela um conjunto de representações, de ideias que os sujeitos da pesquisas tinham/têm dessa profissão. Pode-se afirmar que essas ideias, essa visão da profissão não existe desvinculada da linguagem; por isso, a essa visão corresponde um determinado discurso que a materializa. Há que se ressaltar também que essa determinada visão de mundo, embora absorvida pela consciência individual, é socialmente produzida: a enunciação, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social. A partir dessa visão bakhtiniana do caráter coletivo (social) de produção das ideias, pode-se dizer que o

¹Pesquisa concluída em 2017. Instituição de fomento: FAPEMIG

²Professora mestre da UEMG – elaine.silva@uemg.br

³Professora mestre da UEMG – ana.fonseca@uemg.br

⁴Professora mestre da UEMG – fmframara@gmail.com

conteúdo da consciência dos estudantes em formação inclui naturalmente uma concepção sobre o que é ser professor, que foi apreendida por eles ao longo de sua formação, de sua inserção em um determinado grupo social. Finalmente, pode-se dizer que, ao analisar o discurso desses estudantes, seja através da trama discursiva observada nas respostas dadas aos questionários, ou reconfigurado na tessitura dos relatórios, a construção da identidade profissional dos alunos dos citados cursos, estará ganhando a visibilidade ainda não conquistada e possibilitando uma reflexão acerca de aspectos relevantes para a formação de professores da Educação Básica. Para o desenvolvimento da pesquisa, primeiramente, foi feita a leitura dos autores pertinentes. Após isso, foi realizado um levantamento das turmas de licenciaturas da UEMG – campus Divinópolis - que iniciariam a disciplina de estágio e que pudessem participar dessa pesquisa concordando em produzi-la, expondo suas reflexões a respeito do papel do professor e a relevância que o estágio supervisionado tem na formação do licenciando. Eles responderam à dois questionários, sendo um no início do estágio e outro após o término, que foram analisados para se ter um reconhecimento global daquilo que era recorrente em todos os cursos e, também, de maneira separada, de modo a comparar o posicionamento dos alunos de cada curso. Por meio das análises, foi possível detectar que os graduandos possuem similaridades na forma de entender o “ser professor” e da importância do Estágio Supervisionado. Concluiu-se que entender o processo de construção identitária dos graduandos é de grande relevância e contribuição para a prática pedagógica docente, pois, a partir dessa percepção é possível refletir sobre a formação teórica e a prática pedagógica dos futuros professores. É fundamental analisar a importância do estágio supervisionado na formação de novos educadores, uma vez que essas atividades podem configurar-se em um meio essencial para que o graduando conheça o dia-a-dia do professor, suas dificuldades e realizações, e para que compreendam, também, o ambiente da sala de aula e o cotidiano escolar em uma visão diferente da que ele tinha quando era aluno da Educação Básica. Essa ampliação da visão do futuro professor com relação ao ambiente escolar torna-se primordial, uma vez que foi neste ambiente que ele escolheu ingressar profissionalmente. Com isso, do ponto de vista da pesquisa e com base nas informações adquiridas, bem como, no suporte teórico estudado, torna-se possível perceber como as ideologias são formuladas de acordo com as teorias que estudam e a considerável influência na formação e na construção de identidades profissionais.

Palavras-Chave: identidade profissional; estágio supervisionado; representações sociais.

A IDENTIDADE DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O IMPASSE ENTRE A PROFISSIONALIZAÇÃO E AS RELAÇÕES DOMÉSTICAS¹

Eliana Batista Souza²

A Educação Infantil no Brasil é bastante jovem, tendo se organizado a partir de lutas do movimento pró-creche que exigia o atendimento das crianças de 0 a 6 anos no tempo de ausência das mães ocasionado pelo trabalho fora do âmbito doméstico. Tal atendimento no primeiro momento foi feito sobre bases assistencialistas, mas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil passou a situar-se na área da educação. Isso impactou o atendimento das crianças, bem como o trabalho do professor dessa etapa. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender a desvalorização e a precarização do trabalho docente da Educação Infantil, bem como as dificuldades dos profissionais em construir uma identidade profissional. Para isso, analisamos tais questões sob a perspectiva da organização histórica, social e de formação da Educação Infantil, fazendo um breve histórico da constituição dela e dos discursos fundantes que permeiam o trabalho dos profissionais e a visão da sociedade para com eles, bem como a análise dos documentos legais que a amparam e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Para a discussão acerca da desvalorização, uma breve pesquisa online em editais de concursos realizados em alguns municípios foi feita, constatando-se diferentes nomenclaturas para designar esses profissionais como educador infantil, agente de Educação Infantil e auxiliar do desenvolvimento infantil, nomenclaturas que traziam diferenciações nas carreiras destes dentro do quadro do magistério. Constatou-se, inclusive, que mesmo nos locais em que o termo professor era utilizado, ainda sim, as diferenciações permaneceram, em alguns casos as diferenças salariais era de quase 50%. Sobre a formação acadêmica dos profissionais, avaliou-se que própria legislação ao exigir como formação mínima o magistério de nível médio trata com certo nível de desprezo essa etapa da educação e traz elementos para reafirmação do senso comum que, muitas vezes, advoga que não há necessidade de formação para cuidar de crianças. No entanto, indo contra tal exigência, grande parte dos profissionais atuantes na educação infantil possuem formação em curso superior, dado este que tem sido, inclusive, um dos argumentos utilizados para a exigência da equiparação salarial e de melhores condições de trabalho nas campanhas sindicais da categoria. Sobre a formação em grau superior, notou-se a ausência de clareza sobre os componentes curriculares essenciais para a formação do profissional que trabalhará com as crianças pequenas, pois mesmo o parecer CNE/CP nº 3/2006 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia expressar o dever de o pedagogo estar apto, entre outras coisas, a compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos. No entanto, o cuidado não aparece na organização curricular indicada, suscitando alguns questionamentos:

¹Trabalho organizado a partir da pesquisa em andamento denominada A permanência de homens na docência da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

²Mestranda em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais, professora na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. E-Mail: <souzaeliana@yahoo.com.br>.

Será que tal omissão não se deve ao discurso da mulher-mãe-professora, se aproximando do âmbito doméstico mais uma vez? A omissão do cuidado no currículo de Pedagogia se daria por ele ser frequentado basicamente por mulheres e estas serem compreendidas como naturalmente cuidadoras? E os homens matriculados nos cursos de pedagogia, tidos como aqueles que não sabem cuidar não teriam a chance de aprender na formação acadêmica? Concluiu-se que essa falta de clareza, bem como a falta de articulação entre prática e teoria, além da desarticulação com as instituições de Educação Infantil é causa da dificuldade na constituição identitária tanto do profissional docente quanto das instituições de Educação Infantil, pois a identidade aqui trabalhada a partir dos conceitos de Pimenta (1997), Hall (2003); Munanga (1999) e Silva (2000), diz sobre uma construção identitária elaborada a partir dos discursos produzidos sobre e na profissão num processo em que são pesados os significados sociais que a profissão tem, bem como as ressignificações que ela vai adquirindo num processo dinâmico.

Palavras-chave: identidade profissional, professor, educação de crianças pequenas.

A FORMAÇÃO DO DOCENTE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO¹

Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral²

Elaine Kendall Santana Silva³

Ana Cristina Franco da Rocha Fernandes⁴

Para compreender a profissão docente, primeiramente é preciso ter clareza quanto ao termo profissão. Compreende-se por profissão, o ato ou efeito de professar, ou seja, é uma atividade ou ocupação especializada, e que supõe determinado preparo, que confere certo prestígio pelo caráter social ou intelectual. Muitas vezes o termo é utilizado como sinônimo de carreira como meio de subsistência remunerado resultante do exercício de um trabalho, de um ofício. Sabe-se que para atuar em um mundo que muda rapidamente, os professores precisam ser criativos e flexíveis em relação às novas situações que lhes são apresentadas cotidianamente na escola, além de encontrar soluções para os problemas inerentes à profissão. Se forem os professores aqueles que vão preparar a sociedade para resolver os inúmeros problemas da atualidade, eles precisam estar à altura desses desafios. Para isso, eles deverão ter no mínimo uma formação acadêmica adequada e prática para atuar. Contudo, o que aponta as pesquisas, difere do que é determinado pela lei: que o professor tenha formação superior para atuar. A formação de professores é um fator relevante na preparação de cidadãos para assegurar uma educação de qualidade. Dessa forma, é importante que os professores busquem formação continuada, pois esta emerge como uma necessidade da profissionalização docente, levando-os a reestruturar e aprofundar os conhecimentos adquiridos na formação inicial. Além disso, espera-se que o professor que participa de atividades de formação continuada domine uma gama maior de saberes, capacidades e habilidades, buscando refletir sobre suas práticas de trabalho diário, atendendo dessa forma, as exigências impostas pela sociedade. Segundo o INEP, no Brasil, 16,8% dos professores da rede pública não têm formação suficiente para exercer a profissão e estão em situação irregular. Ou seja, muitos lecionam sem ter habilitação compatível com a exigida. Nesta perspectiva este estudo objetivou conhecer o perfil do professor em atuação no ensino fundamental e médio nas escolas estaduais de Divinópolis, identificar a formação inicial (titulação) dos docentes assim como levantar informações acerca da participação destes em cursos de formação continuada além de relacionar as possíveis dificuldades encontradas pelos docentes em buscar cursos de atualização/formação continuada. A metodologia de pesquisa pautou-se no levantamento bibliográfico acerca do tema, no contato com as Escolas Estaduais do Município e aplicação dos questionários. Ao todo, participaram da amostra 120 professores que lecionam nos níveis de Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Os professores participantes do estudo foram selecionados por meio da amostragem probabilística por conglomerado e estratificada, compondo, portanto 10% da população de professores da Rede Estadual de Divinópolis. Os questionários aplicados foram

¹O trabalho resulta numa pesquisa feita e concluída na Unidade, com a apoio da FAPEMIG.

²Professora mestre da UEMG – fmframamaral@gmail.com

³Professora mestre da UEMG – elaine.silva@uemg.br

⁴Profª Ms da UEMG – Unidade de Divinópolis

organizados em duas dimensões, sendo que a primeira buscou caracterizar os sujeitos da pesquisa, e a segunda, levantar dados acerca da Formação continuada destes profissionais. Para cálculo e análise dos resultados, utilizou-se o programa Excel, assim como as respostas relatadas pelos docentes nos questionários. Com relação aos resultados, foi percebido que a maior parte dos professores são graduados e possuem especialização em alguma área relacionada à educação, o que é um forte indício de formação continuada. A jornada de trabalho dos professores do Ensino Fundamental I ao que tudo indica, parece ser menor que a jornada de trabalho dos professores do Ensino Fundamental II e se assemelha à jornada de trabalho dos professores do Ensino Médio. No entanto, 32,5% dos pesquisados trabalham no período matutino e vespertino. Talvez essa situação seja um indício da dificuldade encontrada por alguns docentes em reservar um tempo para dedicar-se a algum curso de formação continuada e até mesmo de especialização. A grande maioria dos profissionais (77,0%) que atuam no Ensino Fundamental I e II, afirmaram que os cursos de formação continuada foram úteis e proporcionaram o enriquecimento curricular. Em contrapartida, 50,0% dos professores que atuam no Ensino Médio afirmaram que o curso de formação continuada do qual participaram não apresentou contribuição significativa para sua prática docente. Pelos desafios que a profissão enfrenta na atualidade, 53,3% dos professores entrevistados, não aconselhariam seus filhos a escolher a docência como profissão. A necessidade de levantar questões relacionadas à formação de professores é um momento, além de esclarecedor, reflexivo por parte do docente (repensar a sua prática). Pesquisas nesse sentido ajudam-nos a entender também que a crise existente em nosso sistema educacional não decorre apenas da falta de preparo docente, mas também das transformações que tem ocorrido em nossa sociedade. Estudar sobre a formação de professores dá a nós pesquisadores, ferramentas necessárias para melhor compreender quais são as dificuldades e reais necessidades destes profissionais frente a tamanha importância que ele desempenha na sociedade.

Palavras-chave: Formação Continuada; docência; educação.

A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DOS TRABALHADORES DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ. DA ILHA ARAPIRANGA (BARCARENA-PARÁ) AO MERCADO DO VER-O-PESO (BELÉM/PARÁ)¹

Janyne Luiz e Silva Araújo²
Antônio de Pádua Nunes Tomasi³

A região amazônica é reconhecida mundialmente pela exuberância e pela riqueza da sua biodiversidade. Os recursos naturais provenientes da floresta amazônica se revelam fundamentais para os ribeirinhos que são moradores do estuário amazônico e têm o extrativismo vegetal como atividade principal na garantia da sua subsistência econômica e alimentar. Dentre os produtos extrativos não madeireiros, nos últimos anos, o açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) ganhou destaque, pois passou a ser encontrado sob a forma de polpa para finalidades diversas e predominantemente alimentícias, em outros estados brasileiros, assim como em outros países, rompendo os limites do estado do Pará. Na execução do trabalho extrativista as situações são experimentadas *in loco*, ao longo da cadeia produtiva do açaí os ribeirinhos realizam as suas atividades em contato direto com as mesmas. Nesse processo ele reflete, mesmo que de modo despercebido, sobre o que está sendo feito absorvendo e incorporando saberes. Na formação de adultos fora da escola o próprio adulto é considerado como responsável por sua formação. Apesar de ter contato com um terceiro ele decide o destino das informações e experiências proporcionadas pela aprendizagem adquirida. A formação experiencial é uma forma das pessoas se formarem por si próprias, com recursos de vários contextos em que se inserem, adquirindo competências indispensáveis à sua subsistência na sociedade onde se encontram integradas quer a nível profissional, familiar e social. Buscamos, assim, identificar a formação experiencial dos trabalhadores da cadeia produtiva do açaí, ribeirinhos da ilha Arapiranga, município de Barcarena-Pará. A pesquisa em andamento tem caráter qualitativo e procedimento etnográfico. Observando e entrevistando seus membros, assim como seus vizinhos e outros moradores envolvidos direta ou indiretamente com a extração e venda do açaí, observou-se que a cadeia produtiva apresentou-se como um local privilegiado para desenvolvimento do processo educativo, com aprendizagens acontecendo no momento do trabalho. A formação profissional dos trabalhadores se dá através do contato com a situação de trabalho na qual é possível gerar efetivamente uma ação, desse processo resultou um saber real que foi incorporado e passou a fazer parte do trabalhador em seu cotidiano. As experiências do passado servem como base reflexiva para a execução do trabalho. Nesse contexto, eles estabelecem relações com outros sujeitos, com ele e com as atividades que exercem adquirindo saberes que irão compor a sua formação experiencial.

Palavras-chave: cadeia produtiva; trabalho; experiência.

¹Pesquisa em andamento.

²Mestranda em Educação Tecnológica – CEFET-MG – janyne@oi.com.br

³Professor do Mestrado em Educação Tecnológica – CEFET-MG – tomasi@uai.com.br

OS CASTIGOS ESCOLARES EM MINAS GERAIS (1835-1867)¹

Juliana Caires Pereira²

Vera Lúcia Nogueira³

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados de uma pesquisa sobre os castigos escolares na província de Minas Gerais. Entendemos os castigos escolares como construções histórico-culturais utilizados como mecanismo de controle social e punição que se fazia presente, não somente no interior das aulas, como também em outros espaços de relações sociais. Dessa forma, buscamos estabelecer conexões entre os usos e significados dos castigos escolares e o contexto sociocultural oitocentista. Para isso, analisamos os relatos sobre castigos, que circulavam na imprensa periódica, as prescrições e os usos nas escolas, os elementos da cultura material colocados a serviço dessa prática, bem como as apropriações que os sujeitos escolares fizeram do ordenamento jurídico que normatizava essa prática. Na sociedade oitocentista, os castigos eram uma prática pedagógica que atravessava todas as relações sociais e as próprias condições de dominação se justificavam em função de sua legitimidade como forma, necessária e naturalizada, das interações sociais que definiam as situações de poder e de submissão, seja entre Estado /sociedade, Senhor/escravo, Pai/filho, Professor/aluno. Nesse sentido, mais do que uma ferramenta exemplar de ordem social, os castigos se transformaram em costumes sendo utilizados nas variadas configurações sociais. Os castigos eram condizentes com a forma social reconhecida de manifestação da autoridade e espelhava a brutalidade das relações de domínio da época. O recorte temporal considera o ano da regulamentação da instrução pública na província de Minas Gerais (1835) e a determinação oficial da proscrição dos castigos corporais nas escolas (1867). O estudo se insere no campo da História da Educação e utiliza os referenciais teóricos e metodológicos trazidos pela Nova História Cultural. Buscamos relações teóricas e conceituais alinhadas às proposições elaboradas por Norbert Elias e Michel Foucault. A metodologia de trabalho está centralizada na análise do seguinte *corpus*: documentos manuscritos, tais como relatórios, mapas de frequência, ofícios etc., sobre instrução pública disponibilizados no Arquivo Público Mineiro (APM) em Belo Horizonte, Coleção de Leis e Decretos imperiais, os Relatórios dos presidentes de província e jornais da época. Pode-se perceber a dificuldade cultural em pensar os castigos fora da lógica da punição física e os limites da legislação em alcançar o cotidiano escolar, tendo em vista a palmatória continuar a ser usada, mesmo após a proscrição do seu uso. As fontes revelam a severidade da prática pedagógica e permite perceber a dimensão dos castigos para a imposição de determinados comportamentos e valores na mente das crianças e denuncia, também, a forte crença nos castigos físicos como caminho civilizatório. Os golpes de palmatória não era a única forma de castigar as crianças, os

¹Este trabalho resulta de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

²Aluna no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - jucaires_aj@yahoo.com.br

³Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – vera.nogueira@emg.br

castigos eram acompanhados por empurrões, ferimentos com unhas, gritos, enfim punições que tinham o corpo do aluno como alvo. Neste período, havia um debate bastante articulado sobre a incompatibilidade entre a utilização de castigos físicos e uma boa educação. Um pensamento encontrado no pensamento pedagógico da época e partilhado por membros da sociedade que se mostravam contra práticas punitivas severas. Os jornais mineiros foram um importante veículo de disseminação de ideias e fizeram eco aos debates sobre os castigos escolares. Em 1867, já com a lei que proibia os castigos físicos em vigor, a reprovação deste tipo de prática começou a se intensificar. Também se intensificaram as reclamações por parte dos pais que tinham seus filhos castigados. Esse fato pode ser atestado a partir das várias correspondências dirigidas às autoridades provinciais apresentando queixas dos professores que se excediam na aplicação dos castigos. O castigo físico estava presente na família, nas relações de trabalho e também na escola, constituindo-se como um importante e legítimo recurso pedagógico usado para corrigir, punir e educar. As características de uma sociedade patriarcal pautada por relações violentas em todas as esferas sociais são coerentes ressaltar a necessidade que se via no uso de castigos físicos, especialmente a palmatória, no processo de formação educacional.

Palavras-chave: Castigos escolares; Punição; Disciplina.

JUVENTUDES FEMININAS E AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS¹

Laura A. C. Carvalho²
Ana Cláudia Ferreira Godinho³
Wander Augusto Silva⁴

O presente texto refere-se a uma pesquisa de Mestrado em Educação e Formação Humana que está em andamento, cujo objetivo geral é analisar as experiências de trabalho de mulheres jovens estudantes da Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública de São João Del Rei. Essa pesquisa dialoga com o eixo escolhido por problematizar temas relevantes para o processo histórico educacional e do mundo do trabalho. Inicialmente buscaremos compreender através desse texto a relação das juventudes com estudos na área educacional. Em seguida, tentaremos compreender as mudanças no mundo trabalho e o papel que a escola tem ocupado na vida das juventudes, no sentido da busca por emancipação social, cultural e socioeconômica, pois pressupomos que haja um constante crescimento no envolvimento entre si. Por fim, alguns estudos sobre gênero irão nos ajudar a problematizar a questão das mulheres jovens na perspectiva das experiências (VENDRAMINI, 2004, 2011) de trabalho que circulam na sociedade. Percebemos a necessidade de problematizar o modo como a escola lida com as desigualdades que emergem das juventudes de camadas populares na EJA e o modo como influência na construção de significados na vida de jovens mulheres trabalhadoras. A EJA tem um papel importante na vida de jovens que, por alguma razão, não terminaram o ciclo de formação no momento esperado. Dessa forma, a partir do levantamento bibliográfico foi possível encontrar autores que abordam estudos sobre juventudes (CARRANO, 2007; LEÃO, 2006; ABRAMO, 2007; e SPOSITO, 2010) para analisar no que esses/as ajudam a compreender sobre a relação dos/das jovens com a escola de EJA e a educação dos trabalhadores/as. Assim como, autores (as) que nos ajudam a compreender o trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho HIRATA, (2007, 2010, 2016), KERGOAT (2009), LUZ (2009). . O conceito de experiência (VENDRAMINI, 2004, 2011) e o conceito de trabalho (FRIGOTTO, 2002) são as bases para a problematização no decorrer da pesquisa, construindo um diálogo com os temas discutidos. A pesquisa é qualitativa e será utilizado o método estudo de caso. Os instrumentos utilizados serão a observação participante em três turmas da Educação de Jovens Adultos na Escola Estadual Governador Milton Campos, aplicação dos questionários para desenhar o perfil das turmas e das jovens mulheres. Em seguida serão realizadas as entrevistas narrativas com as jovens

¹Pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana Stricto Sensu Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - PPGE/FaE/CBH/UEMG.

²Pedagoga pela FaE/CBH/UEMG, mestranda no PPGE Stricto Sensu Mestrado, FaE/CBH/UEMG. Email: laurantunescc@yahoo.com.br.

³Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - PPGE-FaE-UEMG. E-mail: anaclaudia.godinho@gmail.com

⁴Graduado em História (UFMG); Mestre em Educação Tecnológica (CEFET/MG); Doutor em Educação (UFMG). Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEMG. professor doutor e pesquisador na UEMG. E-mail: wanderasilva@gmail.com

trabalhadoras. A entrevista narrativa ou contar histórias é um método que preserva o discurso da informante sem influências da entrevistadora. Esse método teve sistematização principalmente por Schütze (1977; 1983; 1992) traçando novas técnicas na coleta de dados para as ciências sociais. Em síntese, a entrevista narrativa permite que a entrevistada ou informante discorra sobre suas experiências individuais sobre aspectos de sua vida sem interrupções ou influências da entrevistadora, mantendo uma sequência de acontecimentos. Dessa forma acreditamos que a entrevista narrativa seja a mais adequada para se aproximar dos objetivos propostos na pesquisa. As experiências de trabalho das informantes serão preservadas integralmente de modo espontâneo, seguidas apenas de um tópico para nortear suas falas sem nenhuma influência da entrevistadora. Os resultados parciais apontam a partir dos dados coletados, que na escola pesquisada possui um maior número de jovens mulheres estudantes da EJA, com trabalhos na área de serviços e/ou cuidados em sua maioria. As observações demonstram que nas turmas o tema trabalho surge em diversos momentos, principalmente na disciplina que venho acompanhando chamada DIM (Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho), no qual, os temas criam discussões relacionadas ao mundo do trabalho. Percebemos a relevância da pesquisa pela necessidade de aprofundar nos temas escolhidos, assim como, contribuir nas transformações e, na construção de sujeitos críticos e reflexivos em sua ocupação na sociedade. Para a tomada de consciência de seus direitos, desconstruindo as desigualdades presentes no espaço escolar e no mundo do trabalho, principalmente na relação trabalho e escola, para as juventudes femininas.

Palavras-chave: Jovens; Mulheres; Trabalho; Divisão sexual do trabalho; Experiência.

LEI Nº 13.415/2017: PRIMEIROS CENÁRIOS E POSSÍVEIS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO¹

Márcia Soares de Oliveira²
Maria Adélia da Costa³

Este trabalho tem o objetivo de analisar os primeiros cenários e os possíveis impactos causados pela Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente sancionada como Lei nº 13.415/2017, sobretudo no que tange à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Esta legislação, que ficou conhecida como reforma do ensino médio, foi, desde o início, polêmica e alvo de inúmeros questionamentos e críticas quanto ao conteúdo e também à forma como tais mudanças foram propostas. Afinal, porque imbuir da urgência característica do instrumento medida provisória o desfecho de uma discussão longa e de tamanho impacto na rede educacional e na vida dos estudantes? O entendimento da maioria dos educadores e entidades ligadas à Educação foi de que as construções coletivas feitas ao longo dos últimos anos sobre as mudanças necessárias ao ensino médio foram desconsideradas, atropeladas por um mecanismo impositivo, aligeirado e antidemocrático. Para alcance do objetivo proposto, o texto conta com uma pesquisa documental nas recentes publicações de entidades representativas e vinculadas à Educação sobre a Medida Provisória nº 746/2016, bem como no texto final, publicado em 16 de fevereiro de 2017, e na legislação educacional adjacente aos temas Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A análise se volta para o assunto com foco em três vertentes atingidas pela nova estrutura do ensino médio e cujos resultados podem gerar retrocessos para a educação brasileira. O primeiro ponto diz respeito ao papel da formação técnica e profissional como uma das ênfases possíveis para o ensino médio face ao Decreto nº 5.154/2004 e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Busca-se diagnosticar se há, na formação técnica pretendida, as intenções de formação integral e politécnica encontradas no Decreto nº 5.154/2004. A segunda vertente aborda as condições estruturais das escolas para a oferta de opções de itinerários formativos aos alunos. Sabe-se, com clareza, que a implantação das novas formações exige, muito além do aumento na carga horária, a ampliação da capacidade técnica, estrutural e humana das escolas. Analisam-se as reais possibilidades de que, no cenário atual e com as contrapartidas acenadas pelo governo federal, seja mesmo permitido aos estudantes fazer escolhas conforme seus projetos de futuro. Por fim, discute-se a institucionalização de profissionais com notório saber, sem formação pedagógica, lecionarem disciplinas técnicas. Esta prática, embora já presente na maioria das instituições de ensino técnico, agora chancelada pela Lei nº 13.415/2017 representa um duro golpe na já tão sacrificada luta pela formação de professores para a educação profissional. Os pontos abordados neste texto são apenas alguns dos temores e críticas à reforma do ensino médio. Juntamente com outros de igual relevância, esboçam um cenário incerto e um caminho

¹Pesquisa em andamento. CEFET-MG.

²Mestranda em Educação Tecnológica. Pedagoga IFMG. marciasoaresoli@gmail.com

³Doutora em Educação. Docente CEFET-MG. adelia.cefetmg@gmail.com

mal sinalizado para onde escolas, professores e alunos estão sendo encaminhados à toque de caixa num momento político particularmente conflituoso. Não há que se falar em conclusões, pois trata-se de um processo em andamento, cujos rumos definitivos podem ainda demorar a serem percebidos. Isto porque mesmo considerando a rápida tramitação da MP no congresso e sua sanção, outras nuances envolvidas perdurarão por mais tempo, como a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, o aumento progressivo da carga horária, os repasses financeiros e a definição dos itinerários formativos possíveis para cada escola. Todas estas questões precisarão estar alinhadas para permitir uma apreciação contundente dos avanços e ou retrocessos causados pela mudança. Contudo, a análise preliminar traz apreensões sobre o futuro do ensino médio brasileiro. As várias lacunas deixadas na legislação geram um cenário de insegurança, uma vez que não possibilitam aos educadores delinear um projeto nacional para o ensino médio, com melhoria e igualdade de condições para o estudante brasileiro. O que de certo podemos concluir é que os próximos anos não passarão sem embates, resistências e adaptações diversas.

Palavras-chave: Ensino Médio; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Medida Provisória nº 746/2016; Lei nº 13.415/2017.

TRABALHO E EDUCAÇÃO: por uma política transformadora

Maria Lucia Ferreira

A pesquisa sobre os fundamentos ontológicos da educação revela que a educação é um trabalho, no sentido da atividade humana teleológica, cuja finalidade genérica é a transformação do sujeito e da sociedade que ele compõe. A reflexão sobre a ontologia do ser social, ou realidade humana, está sendo desenvolvida a partir das ontologias de Lukács e Sartre, tendo como referência a obra de Marx e a fenomenologia. O estudo consiste sobretudo em um aprofundamento a partir da aparência fenomênica da realidade humana, através de uma hermenêutica que permita elucidar sentidos, significados e contextos da construção social do humano. A centralidade das categorias trabalho e liberdade na interpretação da dialética histórica que produz o ser social evidencia a fundamentação ontológica da educação como trabalho que transforma a natureza do próprio ser ou realidade humana que é ipseidade, negação de seu passado, projeção de um futuro, construção de sua própria essência e busca de justificação e sentido. Como trabalho exercido no contexto escolar, a educação se constitui como ação subjetiva e social cujo produto, o trabalhador, o sujeito educado, o cidadão, beneficia toda a sociedade e não apenas o indivíduo. Neste sentido, conclui-se que o trabalho de educar-se em instituições escolares regidas por leis e regulamentos do Estado deve ser remunerado, assim como são os outros trabalhos na sociedade de mercadorias, a sociedade capitalista. A remuneração deve ser compatível com as necessidades de sustento do estudante, incluindo-se aí a remuneração direta para gastos pessoais e a remuneração indireta, sempre quando houver o provimento de necessidades tais como acesso à tratamento de saúde, transporte e custos escolares, como mensalidades e taxas diversas, sendo que estes podem também ser custeados através de remuneração direta. A proposta de uma renda mínima para os estudantes, do ensino fundamental ao ensino superior, é analisada considerando a experiência de outros países e a realidade brasileira. O presente artigo, em formato de ensaio filosófico, propõe a precificação do salário do estudante e aponta possibilidades de parcerias público-privadas para prover os recursos necessários à implantação da proposta. O desafio do artigo é demonstrar mais do que as razões, a eficácia e a viabilidade da proposta através de um estudo detalhado do orçamento da união, bem como da responsabilidade dos estados e municípios e da iniciativa privada. Para tanto, utilizou-se de dados do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Nacional de Educação e outros documentos. Nas consequências explicitadas no artigo, na hipótese de implantação da proposta, argumenta-se pela perspectiva de diminuição da evasão, aumento do comprometimento do aluno, melhoria da qualidade, formação do trabalhador, benefícios sociais de uma comunidade educada, diminuição da violência na escola e na sociedade, bem como pelo direito universal de acesso à educação e constitucional de acesso aos bens mínimos necessários à vida com dignidade: moradia, saúde e alimentação. O artigo defende que

¹Este artigo contém resultados parciais da pesquisa “Fundamentos Ontológicos da Educação”, em andamento, desenvolvida com o apoio da Universidade do Estado de Minas Gerais.

²Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais.

a principal mudança pedagógica a ser implementada para garantir o acesso a uma educação de qualidade e libertadora é política e corresponde à adoção de medidas econômicas específicas, como a criação de uma renda mínima do estudante, que sejam políticas públicas para a educação, que visem proporcionar a todos os estudantes em idade escolar o acesso pleno e em igualdade de condições. Neste sentido, a pesquisa demonstra que uma educação transformadora implica uma sociedade comprometida com a garantia dos direitos individuais previstos na Declaração dos Direitos Humanos e na Constituição da República. O artigo conclui pela insuficiência das mudanças superficiais que se concentram sobre aspectos metodológicos e de organização dos conteúdos curriculares, sem provocar a real e necessária transformação social que tenha em conta a contribuição do estudante com o seu trabalho para o benefício do conjunto da sociedade e o direito de todos os estudantes ao acesso às condições básicas para a manutenção de si mesmo como trabalhador, ser humano, com autonomia e necessidades pessoais.

Palavras-chave: Filosofia, políticas públicas, inclusão.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II¹

Matheus Augusto de Souza Freitas²
Mauro Giffoni de Carvalho³

A presente pesquisa, em andamento, propõe-se a discutir uma temática que é incessantemente debatida na área educacional: avaliação da aprendizagem escolar. Ela está inserida na linha de pesquisa Culturas, Memórias e Linguagens em Processos Educativos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FAE/UEMG). Neste trabalho, discutiremos a avaliação da aprendizagem no âmbito da disciplina de Língua Portuguesa. O objetivo, então, é analisar as práticas avaliativas de docentes da disciplina de língua portuguesa da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, mais especificamente em Contagem, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. Baseados na perspectiva defendida por Libâneo (1994, p. 195) de que “a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem”, acreditamos ser relevante propor uma discussão sobre avaliação escolar. Pelos dizeres do autor, o ato de avaliar é intrínseco ao ofício docente e, portanto, não há a mínima possibilidade do professor se eximir de tal tarefa. Olhando por este viés, a responsabilidade ética e profissional do professor aumenta consideravelmente, pois ele é visto como um dos principais agentes responsáveis pela tríade (ensino-avaliação-aprendizagem). Em seu livro *Ser Professor Hoje*, Antunes (2008, p. 23) afirma “que ser professor nos tempos de agora significa descobrir uma nova maneira de olhar”. De acordo com a afirmação de Antunes (2008), o professor necessita redimensionar o seu olhar e a sua prática, porque no contexto escolar da atualidade encontramos novos sujeitos, novas ideologias e novas realidades. Dessa maneira, nesse contexto de redimensionamento, as formas de ensino e, consecutivamente, de avaliação devem ser repensadas e reestruturadas, de modo a cumprirem as suas funções diante das novas realidades educacionais. Segundo Marcuschi (2004, p. 45) “no âmbito do ensino-aprendizagem, a avaliação detém função relevante, pois na quase totalidade das vezes cabe a ela orientar a tomada de decisões, tanto no que se refere ao tempo destinado à aprendizagem, quanto aos conteúdos, fenômenos e procedimentos que devem ser privilegiados no decorrer da escolarização”. Tomando como referência o que nos diz Marcuschi (2004), ao propormos um estudo da avaliação da aprendizagem em Língua Portuguesa, tínhamos plena convicção de que não poderíamos analisar as práticas avaliativas de docentes de Língua Portuguesa fora do contexto das práticas de ensino da língua materna. A avaliação é vista neste estudo, então, como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Com a intenção de analisar e compreender as práticas avaliativas que os

¹Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FAE/UEMG). Pesquisa em andamento, com previsão de término em (maio/2017).

²Pós-Graduado em Psicopedagogia-Educação Especial e Inclusiva; Mestrando em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FAE/UEMG).

³Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FAE/UEMG). Programa de Pós-Graduação em Educação.

professores de língua materna adotam em suas aulas cotidianamente, buscamos, no trabalho de campo, observar e responder os seguintes questionamentos: “O que avaliam?”; “Como avaliam?” e “Com que finalidade avaliam?”. Considerando que o ambiente escolar é a principal fonte de coleta de dados, a presente pesquisa situou-se no campo da abordagem qualitativa com estudo de caso. A coleta de dados foi pensada em três etapas: análise documental, a observação participante e a entrevista semiestruturada. Na observação participante, analisou-se o planejamento, a didática, as práticas e os instrumentos avaliativos. Com a entrevista semiestruturada, procurou-se coletar informações mais precisas no que tange à formação e as concepções em torno da temática avaliação da aprendizagem escolar. Quanto à fundamentação teórica, recorreu-se a autores especialistas da área: Perrenoud (1999); Hadji (2001); Esteban (2002) e Luckesi (2011). Os resultados da pesquisa evidenciaram-nos que os professores pesquisados não tiveram uma formação específica sobre avaliação da aprendizagem em seus respectivos cursos de licenciatura. Os resultados apontaram, ainda, que os professores entrevistados buscam diversificar seus instrumentos avaliativos, ainda que, na maior parte do tempo, prevaleçam as práticas avaliativas corriqueiras. Este trabalho de pesquisa é mais uma contribuição acadêmica, dentre as várias já existentes, em torno das reflexões da avaliação da aprendizagem. Pretendemos, com ele, reforçar a ideia de que o professor tem um papel extremamente importante no processo avaliativo, levando-o, assim, a sempre repensar suas didáticas de ensino.

Palavras-chave: Avaliação Escolar; Avaliação da Aprendizagem; Modelos de Avaliação; Língua Portuguesa.

OS SABERES DE UMA FAMÍLIA RIBEIRINHA PARAENSE¹

Meiriane Freitas Dias Oliveira
Janyne Luiz e Silva Araújo
Antônio de Pádua Nunes Tomasi²

É instigante pensar na vida de populações ribeirinhas da região Amazônica, moradoras de comunidades isoladas, distantes do mundo globalizado, vivendo sem acesso a serviços públicos básicos, tais como energia elétrica, água tratada e comunicação. E, ainda, distantes de escolas e de centros de saúde ou hospitalares. Milhares de famílias ribeirinhas vivem nestas condições nas ilhas fluviais próximas à cidade de Belém, no estado do Pará-Brasil. Vivem e produzem o seu sustendo, em grande parte baseado na extração do açaí, que também comercializam, entre outros frutos da região, e da pesca do peixe e da captura do camarão. Importa ressaltar o contexto cultural, social, histórico e econômico em que se encontram estas famílias, bem como os saberes que as acompanham no trabalho cotidiano da subsistência. Segundo Souza (2011, p. 130), “A prática do trabalho, da relação com os elementos da natureza são marcas da existência do ribeirinho, desde sua infância. A rotina com a natureza transmite o valor e o sentido às suas vidas”. Por meio da pesquisa acerca da vida dos ribeirinhos em relação à sua produção de alimentos e sua garantia de subsistência é demonstrada a importância do papel social desse modo de vida nas comunidades, a força dessas pessoas, a transmissão dos saberes aos seus filhos, promovendo a continuidade da vida na ilha e a sobrevivência de suas famílias. Como afirma Lima (2015, p. 14) “é imprescindível reconhecer seus saberes, ouvir suas falas e compreender como estes ocupam, organizam e constroem seus territórios, bem como os seus elementos identitários”. A partir de pesquisa já iniciada na região, convivendo com uma família ribeirinha, observando seus modos de vida e costumes, e entrevistando seus membros, pretende-se responder a seguinte questão: quais são os saberes ligados à subsistência de uma família ribeirinha da região paraense? Em outras palavras, que saberes, importantes para a subsistência desta família, decorrem de suas práticas e são transmitidos de geração em geração? Destacam-se entre os saberes presentes no cotidiano da família, como já observado, os relacionados à produção de açaí, fruto amplamente produzido e negociado na região e base da renda familiar. O açaí é o fruto que garante subsistência da família e também gera oportunidades de acesso a bens materiais, dos quais dependem as vivências das populações locais (LIMA, 2015, p. 76). Muitos outros saberes são, também, observados na rotina da família, tais como os relacionados à natureza que orientam suas vidas, os da pesca dos peixes, da captura do camarão, do preparo dos alimentos, entre outros, que serão trabalhados nessa pesquisa. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se baseará nos pressupostos da história oral, empregando o gênero história oral de vida, em que “a questão subjetiva se mostra essencial”, uma vez que “o que mais vale em história oral de vida são as versões individuais dos fatos da

¹A pesquisa se encontra em andamento no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

²Meiriane Freitas Dias Oliveira – Mestranda em Educação Tecnológica – CEFET-MG. E-mail: <meirianefdias@yahoo.com.br>.

Janyne Luiz e Silva Araújo - Mestranda em Educação Tecnológica – CEFET. E-mail: <janyne@oi.com.br >.

Antônio de Pádua Nunes Tomasi. Professor Doutor e pesquisador CEFET-MG. E-Mail: <tomasi@uai.com.br>.

vida”. Complementa os autores que “as histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 33-35). Será utilizada a entrevista como método de recolha de informações. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 195), “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. E tem como “objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema” (MARKONI e LAKATOS, 2003, p. 196). Ressalta-se que a pesquisa está em andamento e por isso não estão descritos os resultados e conclusões.

Palavras-chave: Trabalho; modos de vida; ribeirinhos.

CATEGORIAS ANALÍTICAS SOBRE O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: O CASO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE BETIM¹

Otavio Henrique Ferreira da Silva²
Ademilson de Sousa Soares³

Na busca por ampliar a visão sobre o princípio da gestão democrática para além do que está apresentado nas legislações, Albuquerque (2012) ao realizar uma revisão da literatura listou os principais eixos de lutas e embates entorno da gestão democrática no Brasil no período de 1988 a 2007. Segundo a autora, nesse debate se articulam questões como a: 1) centralização e descentralização nos sistemas de ensino; 2) a eleição de diretores das escolas públicas; 3) relações hierárquicas influenciadas por diferenças salariais entre professores e diretores; 4) participação em conselhos escolares; 5) autonomia com democracia; e 6) elaboração do Projeto Político Pedagógico. Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo de caso sobre o princípio da gestão democrática da Educação Infantil do município de Betim/MG a partir das categorias analíticas propostas por Albuquerque (2012). A metodologia utilizada foi a análise documental que tem como principal característica o uso de fontes primárias, ou seja, a análise de documentos que ainda não receberam um tratamento científico. Além de Albuquerque (2012) outros autores que contribuíram para análise dos dados foram Oliveira (2008), Rosar (2008), Oliveira (1999) e Paro (2008). Sobre a primeira categoria de análise, centralização e descentralização nos sistemas de ensino, é importante destacar que o processo de municipalização da educação, assim como enfatiza Oliveira (1999), não é uma tarefa tão simples de entender, muito menos unânime. Em Betim, em um mesmo período, percebe-se distintas variações na concepção de descentralização da política de Educação Infantil. Em relação a segunda, a eleição de diretores das escolas públicas, observou-se que até o ano de 2009 em Betim não havia uma rede pública de instituições de Educação Infantil, somente a Escola Infantil Emílio Mafía fazia parte da rede pública e tinha um tratamento próximo ao atribuído às escolas municipais de Ensino Fundamental. A gestão das 70⁴ instituições comunitárias e conveniadas era realizada pelas próprias comunidades. Assim, o processo de eleição de diretores acontecia exclusivamente nas escolas públicas. Alguns fatores que favoreceram para a mudança desse cenário foram: a criação dos cargos públicos dos profissionais da Educação Infantil, dentre eles, o cargo de Diretor de Centro Infantil Municipal; a ampliação da rede pública naquele mesmo ano através da “municipalização” das creches; a realização do concurso público em 2011; a chegada dos profissionais efetivos nas instituições

¹Este trabalho integra a dissertação de mestrado concluída e intitulada “A participação da comunidade escolar na gestão da Educação Infantil de Betim/MG” defendida por Otavio Henrique Ferreira da Silva e orientada por Ademilson de Sousa Soares.

²Mestre em Educação e Docência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor da Educação Básica na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais e Rede Municipal de Educação de Ibirité. Integrante do Grupo de Pesquisa PERFFIL. Email: <hotaferreira@gmail.com>.

³Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pesquisador e Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Grupo de Pesquisa PERFFIL. Email: <profpaço@gmail.com>.

⁴Com exceção apenas da Escola Infantil Emílio Mafía que fazia parte da rede pública e participava do processo.

públicas; e a construção de uma identidade de classe entre os trabalhadores da Educação Infantil e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação - Sind-UTE. Em relação a terceira categoria, relações hierárquicas influenciadas por diferenças salariais entre professores e diretores, verificou-se que o salário do cargo de diretor chega a ser aproximadamente três vezes maior do que o salário recebido pelas cozinheiras, serventes e auxiliares administrativos. A diferença salarial que existe entre os recebimentos do diretor e dos demais profissionais pode trazer consequências negativas para a gestão democrática conforme aponta Albuquerque (2012), porque, por ganhar o maior salário, o diretor parece estar dotado de pleno poder e autonomia na condição de ser a autoridade máxima da instituição escolar. Quando se olha por outro lado, o diretor merece receber um salário justo pelo seu trabalho, pois ele acaba por possuir uma responsabilidade maior do que os demais profissionais, estando na condição de responsável legal e imediato da instituição escolar. Na quarta categoria, participação em conselhos escolares, observa-se que no dia 20 de outubro de 2010, no segundo ano após o início do processo da “municipalização das creches”, a Prefeitura Municipal de Betim, através do Decreto nº 28.891, instituiu a criação do conselho escolar e da caixa escolar em cada um dos Centros Infantis Municipais. Segundo este decreto, o conselho escolar é um órgão de caráter deliberativo e consultivo, devendo fazer a representação da comunidade na gestão democrática o que representa um grande para a gestão democrática da gestão da Educação Infantil local. Sobre a quinta categoria, autonomia com democracia, ao analisar o Decreto 28.891 verifica-se ao menos, vinte e uma atribuições que concedem aos conselhos escolares dos CIMs importantes graus de autonomia para atuarem de forma democrática nas três dimensões. Esta legislação concede aos CIMs um enorme potencial de autonomia para a organização da funcionalidade da instituição, representando assim, um grande avanço para a democracia na educação da cidade, porém o grande desafio posto é efetivar e garantir a autonomia e a democracia no dia a dia da gestão da Educação Infantil da cidade. Em relação a quinta categoria analítica, elaboração do Projeto Político Pedagógico, verificou-se que há historicamente uma desvalorização do Projeto Político Pedagógico pelos diversos governos que passaram pela cidade e na atualidade este tema tem sido pouco discutido pelos gestores e até mesmo entre os próprios trabalhadores da Educação Infantil da rede municipal.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação na Primeira Infância; Gestão Escolar; Gestão da Educação; Participação.

REPRESENTAÇÕES DA CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – um estudo a respeito da função da educação para os adolescentes e famílias bolsistas¹

Mauro Giffoni de Carvalho²
Patrícia da Silva Pinto³

Esse artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada, “Representações da condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família – um estudo a respeito da função da educação para os adolescentes e famílias bolsistas”. Trata-se de um tema caro ao campo do conhecimento da área da Educação, assim como ao serviço social e a áreas afins. O objetivo da pesquisa constitui-se em “analisar a representação de adolescentes e famílias bolsistas acerca da condicionalidade do PBF no processo de escolarização”. O referencial teórico que embasa este estudo fundamenta-se na articulação de conhecimentos originários, principalmente, do serviço social, da educação, da sociologia, da sociologia da educação, da história cultural e da pedagogia social. Buscou-se, assim, um diálogo com os intersaberes, para que uma leitura mais ampla sobre os sujeitos pesquisados pudesse ser feita, diante da realidade complexa evidenciada. Ao mesmo tempo, o diálogo com os intersaberes se fez necessário para a compreensão dos fenômenos educacionais e sociais, visto que estes se constituem nessa pluralidade. Optou-se por utilizar técnicas de pesquisas qualitativas, pois este tipo de pesquisa adota técnicas interpretativas que visam compreender, descrever e decodificar os sentidos e os significados em sua complexidade. A pesquisa de campo foi pensada em duas etapas complementares: entrevista narrativa e grupo focal. A primeira etapa, por meio de entrevistas narrativas com famílias bolsistas do PBF, visou escutar a história de vida a partir da vivência subjetiva de cada pessoa com programa, bem como compreender as estratégias de ação e de constituição de uma consciência discursiva dos sujeitos da pesquisa em relação ao PBF e à educação. A segunda etapa do trabalho visou à realização de um grupo focal com os adolescentes bolsistas do PBF, para apreender as percepções, as opiniões e sentimentos em relação a um tema determinado. Nesse caso, procurou-se abordar “a relação escolar e os espaços de educação não formal”, buscando compreender a função da educação na e para a vida desses sujeitos. O trabalho de campo foi um processo enriquecedor que à luz da pedagogia social, evidenciou a necessidade de escutar e compreender as representações dos adolescentes sobre a escolarização, a escola, suas perspectivas de vida e outros temas igualmente importantes para a juventude. A pedagogia social seria uma das possibilidades indicativas para a atuação com o público de programas sociais, como o PBF, não sendo a única. Diante da complexidade que comporta a realidade de vida dessas famílias, revela-se com este estudo a necessidade de promover ações interdisciplinares. A realidade apresentada convoca a necessidade de se instaurar e/ou potencializar um trabalho em rede, traduzindo assim, a presença de vários atores, conhecimentos e diferentes intervenções, na busca de saídas mais efetivas para o enfrentamento da problemática da vida das famílias pobres. Esse

¹Dissertação de Mestrado do Programa Pós-graduação em Educação da UEMG. Pesquisa concluída (setembro/16).

²Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. Programa Pós-graduação em Educação.

³Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Minas Gerais.

artigo está organizado em uma introdução, seguida de duas sessões e as considerações finais. A primeira sessão busca-se contextualizar o Programa de transferência de renda brasileiro, conhecido como Programa Bolsa Família (PBF), que integra as políticas sociais, em especial a de Assistência Social. Abordam-se os principais aspectos deste Programa que possui suas condicionalidades nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, debruçando-se na condicionalidade “matricula e frequência escolar”. A segunda sessão, descrevem-se o percurso realizado para a efetivação desta pesquisa e procede-se à análise dos dados a partir do conceito de representação do pesquisador e historiador Roger Chartier. Nas Considerações Finais, formulam-se reflexões acerca da realidade pesquisada, procurando ressaltar o caráter educativo do PBF para além do cumprimento das condicionalidades do Programa; apontam-se os avanços e desafios postos ao PBF, ao atrelar a transferência de renda ao direito à educação. Tal proposta requer ações intersetoriais, para dar conta de tratar a demanda apresentada pelas famílias e pelos adolescentes para além dos espaços escolares.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Educação formal. Escola não formal. Pedagogia Social.

POSSIBILIDADES PARA PENSAR A ESCOLARIZAÇÃO DOS NEGROS LIVRES E LIBERTOS NO TERMO DE MARIANA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX¹

Priscilla Samantha Barbosa Verona²

O século XIX no Brasil, em especial nas suas primeiras décadas, representou o momento em que se lançaram as bases da Nação que se pretendia construir. Após a Independência teve início um longo processo que intencionava formular e consolidar o Estado Nacional brasileiro. Este processo desenvolveu-se inicialmente através de uma série de medidas como, por exemplo, a formulação das leis para organização do Estado, a busca pela civilização e ordem da sociedade, e o processo de organização do ensino. Para tanto, era essencial estabelecer alguns ideais e contribuir na veiculação de um discurso em prol da construção da ideia de Nação, que por sua vez lançava luzes `a temas como: patriotismo, ordem, cidadão, constituição. Essas ideias passaram a circular com maior efetividade na sociedade do século XIX e principalmente na província de Minas Gerais. Tendo em vista que a sociedade mineira era composta em sua grande parcela por mestiços e negros, nos parece crucial, para que possamos compreender aspectos do processo de escolarização na província de Minas Gerais, refletir a experiência da população negra no espaço escolar. Marcada por uma diversidade populacional e por alguns esforços do Estado em alavancar o ensino, Minas Gerais de alguma forma se destacou enquanto um ambiente em potencial para ser analisado. Desse modo o trabalho objetiva refletir aspectos das experiências dos negros, livres e libertos com o ensino no Termo de Mariana, na província brasileira de Minas Gerais, durante a primeira metade do século XIX. Através de uma análise das listas nominativas dos distritos que compõem o Termo de Mariana no período entre 1831 e 1838, foi possível identificar as localidades que contavam com alunos negros em processo de escolarização. A escolarização, em alguns casos, permitia ao negro não somente adentrar um espaço de maiores possibilidades na sociedade, e distanciar-se do universo da escravidão, mas principalmente, atribuir significados a sua liberdade. Seus anseios estavam sendo construídos em oposição à experiência histórica da escravidão, e norteavam-se no intuito de superá-la. Afastar-se do escravismo representava ter alguns direitos, e com o passar do tempo, o “branqueamento”. Significava ser mais aceito e estabelecido socialmente, era possuir seus filhos na escola e decidir como deveria ser organizado o seu próprio ofício. E, após o alcance da liberdade, os anseios dos negros assumiam uma nova roupagem. As experiências educacionais dos negros livres e libertos no Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX eram diversas. Manifestavam-se de distintas formas e ocorriam em tipos de domicílios bastante diversificados. Ao analisarmos, através da lista nominativa de 1831- 1839, a trajetória entre os tais anos realizada por alguns meninos pardos livres e libertos, que frequentavam as aulas no decorrer da década de 1830. Pudemos constatar que, ao final da

¹O trabalho resulta da dissertação de Mestrado defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

²Mestre em Educação (UFJF), doutoranda em Educação pelo Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-Mail: <pri.verona@yahoo.com.br>.

década, houve casos de alunos que continuaram seus estudos mantendo-se no espaço escolar e integrando-se ao ensino secundário. Foi encontrado ainda caso de alunos que, na intenção de dedicarem-se aos estudos, isentavam-se de integrar o universo de trabalho. Tais constatações de alguma forma nos indicaram que haviam famílias que apoiavam e incorporavam a necessidade da escolarização dos seus pequenos. A maioria delas não contava com alto padrão de vida, ao contrário, possivelmente trabalhavam em ampla cooperação para obter seu sustento, e atribuíam um importante significado ao ensino e à escolarização.

Palavras-chave: escolarização; negros; império; Mariana.

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: um estudo a partir da experiência de formação do Movimento dos Atingidos por Barragens de Minas Gerais¹

Rômulo Magalhães Fernandes²
Anna Carolina de Oliveira Azevedo³

O tema “atingidos por barragens” vem ganhando destaque no cenário nacional, tanto pelos “desastres” ambientais, sociais e econômicos relacionados a grandes empreendimentos ou obras, quanto pela trajetória de resistência popular protagonizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e seus apoiadores. Em Minas Gerais, não se pode esquecer as contradições geradas pelo recente rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão, ocorrido no início de novembro de 2015, no distrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana. Ao longo da Bacia do Rio Doce, milhares de pessoas e comunidades tiveram perdas de todo tipo, como a morte de familiares, a destruição de moradias, a falta de água potável, a perda de plantações, o prejuízo na produção, a contaminação do rio, a morte dos peixes, etc. Nesse contexto, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) assumiu papel decisivo na denúncia dos impactos do empreendimento da empresa Samarco, bem como na reivindicação coletiva dos direitos dos atingidos, da responsabilização da empresa e do papel do Estado como indutor e garantidor dos Direitos Humanos. De forma geral, os movimentos sociais representam uma atitude coletiva para a transformação (a práxis), voltada para a realização de um projeto comum e sob a orientação, mais ou menos consciente, de princípios, de valores e de uma mesma direção política. No Brasil, os movimentos sociais constituíram-se a partir do questionamento da realidade desigual do país e da construção de perspectivas de avanços sociais, tendo cumprido um papel primordial na redemocratização política. Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, com destaque para a redução da pobreza extrema, a sociedade brasileira permanece bastante desigual. Esse cenário abarca implicações de um processo mundializado de reestruturação do capitalismo, que tende a acentuar desigualdades nas sociedades contemporâneas. Nesse contexto, a atuação dos movimentos sociais, dentre os quais, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ganha maior relevância, na medida em que favorece a capacidade crítica de leitura da realidade por parte das pessoas e comunidades que tiveram seus direitos violados. O Movimento dos Atingidos por Barragens, no processo de “desvelar” as contradições da realidade e fortalecer os direitos dos atingidos, tem organizado um conjunto de ações de educação popular que tem como base o pensamento do autor Paulo Freire. Para a pedagogia freiriana, a educação é uma conduta, um compromisso, uma postura. É um ato político e, portanto, exige engajamento. A manutenção da realidade, tal como está, serve à perpetuação de relações sociais fundadas na desigualdade. O trabalho formativo proposto pelo MAB, e inspirado na educação popular freireana, volta-se para

¹Pesquisa em andamento.

²Doutorando e Mestre em Direito Público pela PUC Minas. e-mail: <romulopn@yahoo.com.br>.

³Mestranda em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. e-mail: <annac.azevedo@hotmail.com>.

a transformação da realidade, de maneira que todas as pessoas tenham vida digna e possam construir projetos de felicidade. Em outras palavras, a metodologia da educação popular, na visão do Movimento dos Atingidos por Barragens, possibilita a construção da prática educativa como prática política, voltada para o processo de conscientização dos sujeitos. Trata-se de um processo de produção do conhecimento em que educadores e educandos procuram compreender a realidade e propor uma transformação desta baseada no interesse popular. O aprendizado é permanente e coletivo. Assim, o presente artigo pretende analisar as experiências de educação popular desenvolvidas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, mais especificamente, aquelas que envolveram os atingidos pela barragem de rejeitos do Fundão, no município de Mariana, no final do ano de 2015. Isso, com objetivo de caracterizar, de forma crítica, a relação estabelecida entre educação e ação política dos movimentos sociais, que contempla metodologias que incorporam conhecimentos visando à qualificação da luta social. Utiliza-se abordagem metodológica qualitativa, que considera o estudo teórico sobre o tema, contemplando análise bibliográfica, normativa e documental, bem como a coleta e a sistematização de dados obtidos por meio de fontes secundárias. Para que seja considerada a real dimensão da educação popular proposta pelo MAB, esta pesquisa adota, como marco teórico, o pensamento de Paulo Freire. O presente estudo aborda uma educação voltada para a transformação social, na qual a teoria contribui para a mudança de uma dada realidade ou situação, desde que atue de forma dialética, articulada com diferentes experiências, saberes e níveis de compreensão.

Palavras-chave: Atingidos por barragens; Educação Popular; Movimentos Sociais.

O DESENHO NO CURRÍCULO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ UMA ANÁLISE DA DÉCADA DE 1960¹

Rossano Silva²

Bárbara Sofia Gomes Neves Ferreira³

Leticia Isis Forbeck⁴

O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa em desenvolvimento intitulado: “O Desenho como Disciplina e Saber Escolar: Reflexões Sobre a Formação de Professores”, o projeto teve início em 2016 e encerra-se em 2018, nessa etapa a pesquisa explora os currículos oficiais do Estado do Paraná da segunda metade do século XX, analisando os saberes e as práticas escolares relacionadas ao desenho e o recorte do trabalho aqui apresentado dedica-se a investigação da década de 1960. Parte-se do pressuposto para essa investigação que o desenho enquanto linguagem visual e gráfica está presente em diversas disciplinas escolares e acadêmicas e em práticas educativas (escolares ou não-escolares) e seu uso se dá tanto com objetivos artísticos, científicos, comunicacionais e/ou técnicos. Sua presença no cotidiano escolar possui múltiplos usos presentes em práticas construídas historicamente através da interpretação de teorias e concepções pedagógicas elaboradas em diferentes contextos históricos e sociais. Utilizado ao lado da linguagem verbal e matemática, as manifestações visuais em especial o desenho são desenvolvidas em diversas práticas escolares e disciplinas. Enquanto disciplina escolar o desenho figurou nos currículos escolares do final do século XIX até meados da década de 1970, com a promulgação da lei 5692/71, que institui o componente curricular Educação Artística, que em tese substitui as disciplinas de Desenho, Trabalhos Manuais e Canto, dos currículos oficiais. Mas apesar da mudança curricular temos como hipótese que os conteúdos de desenho não foram completamente retirados do currículo, mas foram transferidos para outras disciplinas através de práticas e saberes escolares. Nesse sentido o presente trabalho apresenta uma investigação dos currículos oficiais do Estado do Paraná, tendo como recorte a década de 1960, tal recorte se justifica, pois será possível analisar quais são os conteúdos presentes na disciplina de desenho nos cursos primários e ginasiais antes da omissão, remanejamento ou resignificação desses conteúdos disciplinares nas diretrizes curriculares oficiais após a lei 5692/71. Assim constituem-se como fonte principal para a pesquisa Documentos Oficiais do Estado do Paraná, entre os quais destacam-se: programas oficiais, diretrizes curriculares e documentos normativos relacionados a implantação dos novos currículos, tais fontes foram levantadas na Biblioteca Pública do Paraná e no Arquivo Público do Estado do Paraná. A fim de analisar a inserção do desenho, enquanto disciplina e prática escolar, as investigações elaboradas nesse projeto de pesquisa se basearam nas contribuições da teoria praxiológica de Bourdieu essa concepção que associa campo, habitus e capital, resultando numa determinada prática associada a uma análise do mundo social. As

¹A pesquisa apresentada trás os primeiros resultados do projeto de pesquisa “O Desenho como Disciplina e Saber Escolar: Reflexões Sobre a Formação de Professores”.

²Doutorado em Educação (UFPR), Professor do Departamento de Expressão Gráfica (UFPR), <rossano.silva@ufpr.br>;

³Graduanda em Expressão Gráfica (UFPR), Bolsista de Iniciação Científica (UFPR), <barbaragferreira.13@gmail.com>;

⁴Graduanda em Expressão Gráfica (UFPR), Bolsista de Iniciação Científica (UFPR), <isis.forbeck@gmail.com>.

contribuições de Bourdieu serão pertinentes com o intuito de precisar as teorias em jogo no campo educacional, analisando os agentes ou grupo de agentes, que por seu reconhecimento no campo, passam a definir as concepções sobre desenho presentes em discursos, programas e práticas. Essa investigação insere-se na área da História da Educação, mais especificamente nas pesquisas dedicadas ao estudo da história das disciplinas, que se apoiam nos conceitos como o de cultura escolar e de disciplina escolar, diversos autores têm sido utilizados para definir o sentido desses conceitos, entre os quais destacamos: Chervel (1988), Forquin (1993), Julia (2001) e Viñao Frago (2000). A cultura escolar por ir além da prescrição dos currículos e programas permite uma análise diversa das práticas e saberes constituída na educação escolar. No entendimento de que a cultura escolar relacionada as disciplinas escolares se configuram como aspectos resignificados pela escola em sua leitura da cultura social que estabelece uma cultura própria institucionalizada; já que a cultura escolar estabelece um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar. Assim essa concepção permite investigar como os conceitos aplicados ao desenho, definidos no campo educacional, são resignificados na escola e nos currículos, através de um corpo de saberes e conhecimentos institucionalizados através dos documentos oficiais investigados.

Palavras-Chave: Desenho; Currículo; História da Educação; História das Disciplinas.

PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E NOVO MAIS EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS FORMATIVAS EM VOGA¹

Saraa César Mól²
Cosme Leonardo Almeida Maciel³
Ana Maria Clementino⁴

A ampliação da jornada escolar foi alvo de experiências desde os anos 1950 no Brasil, quando da criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na Bahia (CECR), idealizado por Anísio Teixeira. Sob esta inspiração é que os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) foram formulados e postos a funcionar nas décadas de 1980 e 1990 no estado do Rio de Janeiro/RJ, nos dois governos de Leonel Brizola (PDT), tendo a frente o antropólogo Darcy Ribeiro. Mas, a ampliação da jornada escolar, tema dessa pesquisa, foi normatizada somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - (BRASIL, 1996) e no século XXI tem se destacado: (1) por contar com aporte financeiro específico, proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (BRASIL, 2007); (2) ser posta como meta nos Planos Nacionais de Educação (BRASIL 2001, 2014); (3) e estar presente na pauta das políticas públicas governamentais, especialmente a partir do *Programa Mais Educação* (PME), instituído pela portaria Interministerial n. 17, de 2007 e regulamentado pelo Decreto n. 7.083, de 2010, pelo governo Federal e, recentemente em uma nova versão denominada de *Novo Mais Educação* (PNME) (Portaria n. 1.144, de 2016), num desenho diferenciado, que deve ser compreendido dentro de uma conjuntura política mais ampla, marcada por um pacote de medidas que atinge diferentes setores da sociedade, mas voltado para o mesmo segmento da Educação Básica, quer seja, o Ensino Fundamental. Considerando que a ampliação da jornada escolar pode estar a serviço de diferentes propostas educativas, é justamente a perspectiva de formação humana subjacente a tais Programas que este trabalho, resultante de nossas pesquisas de doutorado, ainda em andamento, busca investigar, tendo como base para a pesquisa documental os aportes legais e normativos que dispõem sobre a ampliação da jornada escolar no Brasil e aqueles que regem os programas em questão, além de documentos norteadores, disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), para sua materialização nas escolas públicas de nosso país. Também nos apoiamos em bibliografia especializada, a exemplo dos estudos de Coelho (2014), Cavaliere (2007), Libâneo (2014) e Freitas (2014). Constatamos, a princípio, que o PME, ensejando a ideia de uma educação integral em tempo integral, buscava formalizar uma concepção de educação intercultural, multisetorial e de proteção social. Por meio das análises constatamos que a incidência na melhoria dos resultados das avaliações externas, afinada com uma concepção eficientista de educação, foi indicada no PME, mas no PNME passa a ser o foco central (nesse caso somente por meio da complementação da carga horária), indicando um

¹ Trabalho resultante de pesquisas em andamento (UNIRIO, UFMG).

² Mestre em Educação (UFSJ), aluna de doutorado do PPGEdu UNIRIO. E-Mail: <saraa_mol@ymail.com>.

³ Mestre em Educação (UNIRIO), aluno de doutorado do PPGEdu UNIRIO. E-Mail: <cosmecabofrio@bol.com.br>.

⁴ Mestre em Educação (UFMG), aluna de doutorado do PPGE UFMG. E-Mail: <anamcjs@gmail.com>.

suposto aprofundamento da aproximação das políticas educacionais do Brasil com as demandas postas pelos organismos internacionais voltadas para a formação de mão de obra barata para atender aos interesses imediatos do capital. Neste sentido, o Programa *Novo Mais Educação* não pressupõe uma formação mais ampla aos filhos dos trabalhadores, na medida em que fica evidente a preocupação marcadamente com a instrumentalização dos alunos ao enfatizar Português e Matemática como elementos centrais no processo formativo por meio de mais tempo na escola. Em vista disso, reafirmamos que tal preocupação se articula com as novas demandas dos setores produtivos que, diante da dificuldade de reprodução extensiva do capital, direcionam suas ações para os países de economias periféricas, sobretudo no campo educacional, com o intuito de criar uma nova sociabilidade e, conseqüentemente formar, desde as séries iniciais, dentro de uma lógica que privilegia aspectos que vão ao encontro de seus interesses. Com relação às convergências entre os programas supracitados, em ambos detectamos o incentivo à divisão de tarefas entre escola e sociedade, principalmente no que diz respeito ao incentivo ao voluntariado para o oferecimento das atividades. Assim sendo, destacamos que esta forma de estabelecer a relação escola/sociedade tem contribuído para desfigurar a instituição escolar de seu aspecto formativo pedagógico, desconsiderando a necessidade da competência facultada pela natureza do trabalho docente, que requer formação específica e criteriosa. Em vista disso, reconhecemos a necessidade de nos posicionarmos de forma crítica diante das políticas educacionais que se apresentam na conjuntura atual, muitas vezes com uma roupagem de democratização da escola ou da melhoria da qualidade, mas comprometidas com interesses opostos, que tendem para a manutenção do *status quo*, conforme esta pesquisa revela. Dessa forma, o presente artigo buscou refletir principalmente sobre que perspectiva formativa tem permeado as políticas federais contemporâneas de ampliação da jornada escolar. Qual formação? Para qual sociedade?

Palavras-chave: Mais Educação, Novo Mais educação, Formação Humana.

O CURSO DE MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO CONFESSIONAL PROTESTANTE (Belo Horizonte/MG, década de 1920)¹

Taciana Brasil dos Santos²

A partir da segunda metade do século XIX, começaram a chegar ao Brasil missionários protestantes, a maioria norte-americanos, com o objetivo de implantar sua religião. Esse processo, porém, ia além do puro e simples proselitismo. Desejava-se promover uma transformação no Brasil, capaz de conformar a realidade social à salvação espiritual que se acreditava estar oferecendo ao povo brasileiro. Para tal, os missionários criaram uma rede de atuação, que se fundamentava no conjunto entre trabalho eclesástico, educacional e, por vezes, social. Nesta pesquisa, o foco recai sobre o trabalho educacional promovido pelos missionários. Em geral, esperava-se educar o povo por duas principais vias: a distribuição de literatura para os adultos, e a criação de colégios para aqueles que ainda se encontravam em idade escolar. Uma das instituições escolares criadas pelo protestantismo de missão é o *Collegio Baptista Americano Mineiro*, na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais. Fundado em 1918, representava o ideal do processo educacional para os batistas no estado. Oferecia desde o Jardim de Infância, Cursos Primário e Secundário em classes mistas – uma novidade na educação confessional belo-horizontina. Porém, a parte final do processo, os chamados “Cursos Superiores”, direcionava rapazes e moças a classes diferentes. Eles seguiam para o Seminário, que lhes capacitaria a serem pastores. Elas seguiam para o Magistério, a fim de se tornarem professoras. Este trabalho se dedica à investigação de questões referentes às práticas de formação docente no *Collegio Baptista Americano Mineiro*. Procurou-se identificar as razões para a existência do curso de Magistério na instituição, e caracterizar seu funcionamento. Como consequência destes dois primeiros objetivos, procurou-se ainda analisar que tipo de profissional se esperava formar, bem como a atuação na sociedade que se almejava para aquelas normalistas. O recorte temporal adotado para a pesquisa é a década de 1920, devido a ser o período de maior atuação dos missionários norte-americanos no trabalho escolar, tanto na gestão quanto na docência. As informações necessárias foram obtidas através da consulta ao acervo do Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro, em especial a prospectos de propaganda da instituição no período pesquisado, a publicações laudatórias sobre sua história, e ao periódico oficial do grupo, intitulado *O Baptista Mineiro*. Para compreender esses dados, foram utilizados aportes teórico-metodológicos advindos da História Cultural. Após a pesquisa, percebeu-se que o Curso de Magistério foi criado por três principais razões: a necessidade de formação de quadros, o incentivo à escolarização feminina e a promoção da aculturação. A contratação de professores protestantes vindos dos Estados Unidos era inviável, e nem sempre os brasileiros aceitavam docentes afiliados a uma denominação religiosa diferente da que mantinha o colégio. A criação do Magistério como um curso específico para a formação feminina, além de resolver essa questão, ajudava a melhorar o nível cultural das mulheres – ainda que elas nunca viessem

¹Este trabalho resulta de pesquisa realizada no Mestrado em Educação, pela UFMG.

²Atualmente, a autora é doutoranda em Ciências da Religião pela PUC Minas e bolsista CAPES. E-Mail: <tacianabrasil@yahoo.com.br>.

a exercer a profissão. Além disso, a formação de professoras através da pedagogia protestante possibilitaria uma reprodução da mesma onde quer que essas moças viessem a atuar um dia. Percebeu-se ainda que a grade curricular do curso tinha semelhanças e diferenças da grade da Escola Normal Modelo. Ressalta-se, porém, como principal diferença, a utilização de um número maior de horas de aula por dia, possibilitando a conclusão do curso em um tempo menor que na escolarização pública. Ressalta-se ainda a maior aproximação do currículo da instituição batista do escolanovismo e de elementos modernizadores da educação. Percebeu-se, ainda, que o trabalho docente era interpretado como uma versão feminina do trabalho missionário: aos pastores, cabia salvar almas do inferno; às professoras, cabia salvar mentes da ignorância. Conclui-se, portanto, que os objetivos do Curso de Magistério oferecido pelo *Collegio Baptista Americano Mineiro* estavam perfeitamente alinhados com o protestantismo de missão em seu princípio de oferecer educação, salvação espiritual e transformação social.

Palavras-chave: Formação Docente; Grade Curricular; Reforma Delfim Moreira; Igreja Batista.

ABORDAGEM CONTEXTUALIZADA DA HISTÓRIA DO ENSINO TECNOLÓGICO AERONÁUTICO BRASILEIRO, DA FUNDAÇÃO ATÉ A ATUALIDADE¹

Vinicius Samuel Pereira Silva²
Wellington Pereira Silva³

O presente trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento das políticas educacionais desenvolvidas no setor aeronáutico pelo Ministério da Educação e pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Este encontra-se dentro da temática: história da educação e políticas educacionais. Analisa historicamente as abordagens empregadas quando a formação dos profissionais da aviação no Brasil pelos órgãos responsáveis e a sua regulamentação profissional. Neste se faz analogias de ações governamentais datadas da era Vargas até a atualidade, abordando a forma de ensino empregada na formação educacional técnico profissionalizante e científica desses profissionais em cada governo correlacionando ainda com os eventos socioculturais de cada época. Para isso, utilizou-se uma bibliografia centrada na temática da história da educação brasileira, história da aviação brasileira, formação e qualificação da educação profissionalizante. Foram analisadas também obras dos autores: AQUINO, S. (1979); DURKHEIM, E. (1997); FEVBRE, L. & MARTIN, H.-J. (1992); FREIRE, P (1996); GADOTTI (1997); GARDNER, H (1995); KELLER, T. M. R Von 1997; MANGUEL(1997); MONROE, P. (1997) MULLER (1997); PIAGET, J, (1982) (1988); PILETTI, C. & PILETTI N. (1997); ROSA, M. da G, (1997); VIDAL, D.G. (2005); CASTRO (2004) além dos decretos de lei: Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931; Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931; Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, e sites renomados no setor. A agência nacional de aviação (ANAC) é uma das agências reguladoras federais do país, foi criada pelo Decreto-Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para normatizar e fiscalizar as atividades da aviação civil e infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil. Instituída em 2005, começou a atuar em 2006, substituindo o Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), que era subordinado diretamente ao Ministério da Viação e Obras Públicas em 1931. A ANAC é uma autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Suas ações se enquadram nas atividades de certificação, fiscalização, normalização e representação institucional, podendo observar também um importante papel quanto à autorização e fiscalização nos serviços de qualificação técnica educacional do setor da aviação. Esta emprega um importante papel para a formação técnica profissional do setor, contudo observa-se uma defasagem quanto aos meios pedagógicos empregados e carências de vínculos efetivos com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o que propicia uma formação desatualizada com deficiência na formação científica. A falta da modernização pedagógica no setor aeronáutico está relacionada ao contexto histórico da educação e das políticas fins, com vista na formação para o trabalho, ficando em segundo plano investimentos nos setores tecnológicos e científicos de alto nível. A área sofre com a falta

¹O trabalho resulta de pesquisa em andamento vinculada ao Instituto Superior de Educação Ibituruna (ISEIB).

²Especialista em Metodologia do Ensino de Química, Aluno da Pós-graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-Mail: viniciussamuel@yahoo.com.br

³Graduado em História pelo Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte. E-mail: spwellington@gmail.com

de estruturação funcional e pedagógica desde seu surgimento, datado na década de 30, com o fim da velha política oligárquica rural. Getúlio Vargas ao assumir o poder nessa época, tem como proposta de governo, industrializar o País, que até então era predominantemente rural, para isso era necessário primeiramente profissionalizar, qualificar a mão de obra. A nova modalidade econômica do país passou a exigir esta nova força de trabalho especializada e para tal, era preciso investir na educação, devido à alta taxa de analfabetismo da população. Com o surgimento do Ministério da Educação e Saúde Pública pelo governo Vargas, atualmente denominado MEC, emergiu o desenvolvimento de políticas didáticas pedagógicas, com objetivo de melhorar o ensino do país, que passou a ser pautado de forma dualista, por um lado estavam às escolas primárias com vista para o trabalho industrial e caracterizada por ser o único contato com a educação para a população carente, e por outro, o ensino secundário que preparava o aluno ao ensino superior do qual só a elite dispunha. Devido à falta de qualificação técnica científica na área da aviação, decorrente desse contexto, o setor teve poucos avanços na formação e emprego das modalidades de ensino, importando profissionais devidamente capacitados para atuar e retransmitir o conhecimento informalmente aos demais profissionais do setor. Após reivindicações da população, o governo tenta popularizar o acesso ao ensino secundário e superior às camadas mais pobres, porém com uma qualidade pedagógica deficitária. Essas mudanças atingem basicamente os setores ligados ao Ministério da Educação e Saúde, enquanto o Ministério da Viação e Obras Públicas priorizava o Planejamento das tecnologias empregadas para transporte, segurança de voo e a infraestrutura aeroportuária, colocando o conhecimento técnico científico dos profissionais em segundo plano pelo DAC. Por fim, o presente trabalho aborda a criação do curso de Engenharia Aeronáutica em 1947 pela antiga Escola Técnica do Exército, atualmente Instituto Militar de Engenharia (IME) que originou em 1950 a Divisão de Engenharia Aeronáutica, atual Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o surgimento em 2009 do curso de Engenharia Aeroespacial na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e a criação por volta do ano de 2005, dos cursos superior de tecnologia em manutenção de aeronaves, fazendo referências a atual conjuntura de interesses governamentais no seguimento. Embora seja considerado mundialmente um dos pioneiros na aviação devido às experiências e protótipos elaborados pelo brasileiro Santos Dumont datados do final do século XIX início do XX, e possuidor da Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (EMBRAER), carece de diversas dependências tecnológicas na nessa área.

Palavras-chave: História; Política; Educação; Tecnologia Aeronáutica.

O PROFESSOR RÉGIO: UMA PROFISSÃO EM FORMAÇÃO NO TERMO DE MARIANA (1772-1835)¹

Wellington Pereira Silva²
Vinicius Samuel Pereira Silva³

O presente artigo tem por objetivo analisar as condições de atuação do professor régio no termo de Mariana no período de 1772 a 1835, período este que compreendeu a criação das Aulas Régias e as mudanças das políticas educacionais que ocorreram com a instituição do Império Brasileiro. Este, encontra-se inserido dentro da temática: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais, pois nesta pesquisa, foi possível analisar como foi a trajetória da educação na Capitania das Minas Gerais até a formação da profissão docente e as políticas educacionais implantadas com a mudança do regime político. Dessa forma, analisamos quais eram as condições de trabalho para o professor exercer o ofício, bem como analisar a formação da profissão docente. Encerra – se com a promulgação da Lei Mineira n.º 13, de 28 de março de 1835, em resposta ao Ato Adicional de 1834, que delegou às províncias a responsabilidade de organizar a Instrução Escolar. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica centrada nas temáticas sobre as reformas pombalinas, a criação do Subsídio Literário, a organização do ensino régio, a atuação dos mestres e o processo de educação na Capitania de Minas Gerais. Analisamos também as obras de autores que pesquisam sobre a História da Educação nas Minas setecentistas, tais como: Thaís Nivea Fonseca (2009, 2010 e 2011), Diana de Cássia Silva (2004), Cynthia Greive Veiga (2010), Luciano Mendes Faria Filho (2010), Tarcísio Mauro Vago (2008), Juliana Cesário Handan (2013), Marco Antônio da Silveira (1997). INTRODUÇÃO: No século XVIII, com o advento do Iluminismo, estimulou-se mudanças nos ordenamentos político, econômico, jurídico, religioso e cultural que proporcionou mudanças econômicas e investimentos na ciência. Em Portugal, durante o reinado de Dom José I, seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), conhecido como Marquês de Pombal, influenciado por este movimento, colocou como alvo principal dessas mudanças a Educação. Para desenvolvimento destas políticas, Pombal fez duas grandes reformas – uma em 1759, com a instituição das “Aulas Régias” e a outra em 1772, com a reforma dos Estudos Maiores. Neste contexto, a capitania de Minas, passou a ser o centro das atenções da Coroa Portuguesa, devido aos conflitos que ocorreram com a exploração das minas de ouro e a cobrança excessiva de impostos, que culminaram com a Guerra dos Emboabas (1708-1709) e a Revolta de Vila Rica (1720), pelo fato de não existir escolas públicas e grande parte desta população ser composta por escravos e pessoas analfabetas. No período de 1772 a 1835, o Brasil passou por dois regimes – o colonial e o imperial. Dessa maneira, na fase colonial, de 1772 a 1822, as “Aulas Régias” não abrangiam toda a Capitania de Minas, mas a partir de 1822, com a formação do

¹Pesquisa concluída apresentada à banca examinadora em julho/2016 pelo Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte.

²Graduado em História pelo Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte. E-mail: spwellington@gmail.com

³Especialista em Metodologia do Ensino de Química, aluno da Pós-graduação em Engenharia Mecânica da UFMG. E-Mail<viniciussamuel@yahoo.com.br>

Império, foi feito um projeto nacional que substituiu as “Aulas Régias” por um projeto de “Instrução Elementar”. No ano de 1835 foi promulgada a primeira lei específica responsável por promover mudanças na Educação, a Lei Mineira n.º 13 de 1835, em resposta ao Ato Adicional de 1834, que delegou às províncias a responsabilidade de organizar a Instrução Escolar. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Abordamos neste artigo as condições de atuação e de funcionamento das aulas do mestre régio no termo de Mariana, no período de 1772 a 1835, a partir das Reformas Pombalinas na Educação. Para tal, Pombal expulsou a Companhia de Jesus do Reino e de suas colônias e passou a Educação para a responsabilidade do Estado. Nestas reformas, foram instituídas as Aulas Régias, os deveres e as regras que os mestres deveriam seguir, e a partir de então, os mestres passaram a ser subordinados ao Estado e não à Igreja. Assim, consideramos que uma das políticas mais importantes adotada por Pombal foi a criação do imposto denominado “Subsídio Literário” no ano de 1772, para custear as Aulas Régias e o ordenado dos mestres. Este imposto na capitania de Minas Gerais, incidia sobre a produção de aguardente e de carne, porém, apresentou falhas no processo de recolhimento pela má administração por parte da Junta da Fazenda e problemas quanto aos desvios, sonegações e a falta de funcionários para recolher o imposto, fato este que gerava atrasos nos pagamentos dos ordenados dos mestres. Dessa maneira, a situação era agravada devido ao tempo no exercício da função por mais de vinte anos, quando necessitavam de aposentadoria, sobretudo porque este benefício ainda não era considerado um “direito” e não estava previsto em lei. Apesar destas condições adversas, o que nos leva a inferir o motivo destes mestres a continuarem a exercer o ofício era o fato de serem reconhecidos como funcionários da Coroa, gozarem privilégios de nobres, fazerem o uso da “palavra, escrita ou falada”, usada como moeda corrente e terem destaque social perante uma sociedade composta em grande parte por escravos e pessoas analfabetas. Os mestres que atuaram no termo de Mariana foram agentes responsáveis no processo de civilização das Minas colonial e a partir da formação do Império que se iniciou o projeto nacional de institucionalização e organização da profissão docente, que substituiu as “Aulas Régias” por um projeto de “Instrução Elementar” para implantar novas metodologias de ensino e formação de professores.

Palavras-chave: Reformas Pombalinas; Subsídio Literário; Aulas Régias.

EIXO III: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CURRÍCULO INTEGRADO

Ementa - Processos de formação e saberes docente. Formação inicial, continuada e autoformação docente na educação básica. Professor crítico-reflexivo. Construção da identidade e profissão docente. Concepções e histórico de Currículo. Teorias curriculares e a interatividade com os processos de ensino-aprendizagem. Concepções e princípios do currículo integrado, sobretudo, considerando o Ensino médio integrado à Educação profissional. Elementos estruturantes de um currículo integrado



O CURRÍCULO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO DE UM INSTITUTO FEDERAL DA REGIÃO SUDESTE: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE¹

Alessandra Regina Teles²

Maria Adélia da Costa³

O debate acerca do currículo na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) fomenta a discussão a respeito da formação geral e da formação profissional no campo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). O presente trabalho tem por finalidade estudar as temáticas relacionadas a uma das instituições educacionais brasileiras, que integra a RFEPCT e oferta curso técnico na forma integrada. Nessa perspectiva, busca-se compreender o processo de constituição e desenvolvimento do currículo desse curso em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) da região sudeste, com foco na organização curricular e suas formas de integração na prática docente. O enfoque do estudo está relacionado com a revogação do Decreto nº 2.208/97, e a promulgação do Decreto nº 5.154/04, bem como do cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e das condições de preparação para o exercício de profissões técnicas, que se tornaram recorrentes no âmbito da educação profissional nas últimas décadas. Constituir e instituir um currículo que seja integrado é um grande desafio, sobretudo quando se trata de articular a integração das áreas de formação geral e de formação técnica. As complexidades levantadas nesse assunto trouxeram uma inquietação, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a EPTNM ofertada na forma integrada. A presente pesquisa tem como objetivo geral fornecer subsídios para a compreensão do processo de organização dos currículos dos Cursos Técnicos de Nível Médio (CTNM) na forma integrada, bem como a sua materialização nas práticas docentes, em um IF da região sudeste. E como objetivos específicos descrever o processo de implantação dos currículos dos Cursos Técnicos de Nível Médio (CTNM) na forma integrada na instituição pesquisada; caracterizar as formas de organização e de integração curricular entre as disciplinas da formação geral e da formação técnica do curso técnico nessa instituição e analisar as formas de materialização do currículo integrado nas práticas didático-pedagógicas docentes. Para alcançar estes objetivos, buscou-se atentar para as concepções e princípios estabelecidos para a EPTNM. Os procedimentos metodológicos utilizados no estudo consistiram, primeiramente, em uma revisão bibliográfica relacionada à temática do currículo na EPTNM. Para avaliar a relevância do tema proposto aqui e o cenário da produção intelectual na área do currículo, mais especificamente o currículo na EPTNM, foi realizado um levantamento bibliográfico preliminar. Esse levantamento considerou como recorte temporal o período de

¹O trabalho resulta de pesquisa em andamento e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica/Mestrado em Educação Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG.

²Mestranda em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG; Especialista em Psicopedagogia; Graduada em Pedagogia. E-mail: alessateles@hotmail.com

³Doutora em Educação pela UFU; Mestre em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG; Especialista em Educação de Jovens e Adultos integrada a Educação Profissional e Tecnológica; Professora do Mestrado em Educação Tecnológica CEFET-MG. E-mail: adelia.cefetmg@gmail.com

2008 a 2016. O marco inicial da pesquisa bibliográfica orientou-se pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir da Lei 11.892/2008, que marca uma nova trajetória para a Educação Profissional no Brasil, principalmente no que diz respeito à EPTNM, que tem prioridade na oferta de cursos técnicos na forma integrada para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa documental na instituição pesquisada em busca de dados em documentos como Projeto Pedagógico do Curso (PPC), Regulamento de Ensino dos Cursos de EPTNM do IF, Regimento Interno do campus, Regimento Geral do IF, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF, entre outros. Logo após, serão realizadas as entrevistas, no formato semiestruturada, no intuito de observar como ocorre a aplicabilidade do currículo, a definição dos objetivos a serem alcançados, a seleção dos conteúdos que serão ministrados aos alunos e a percepção que os professores têm da atual proposta curricular trabalhada no curso. Para análise dos dados coletados será empregada a análise de conteúdo prescrita por Laurence Bardin. Nesse estudo de natureza qualitativa são empregadas diversas alternativas para a coleta de dados. Os dados coletados são analisados em interlocução com professores/pesquisadores da área do currículo, dentre eles Sacristán (2000), Silva (2015), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012). A princípio, por se tratar de uma pesquisa em andamento, não são apresentadas conclusões finais, mas sim considerações parciais e não conclusivas.

Palavras-chave: ensino médio; educação profissional; formação integrada.

INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: um olhar para as Diretrizes Curriculares Nacionais¹

Aline Souza da Luz²

O trabalho apresenta uma análise comparativa das duas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, evidenciando nessas políticas as orientações e diretrizes acerca da interdisciplinaridade na formação de professores. Trata-se de uma pesquisa documental (MARCONI; LAKATOS, 2003), de caráter qualitativo com análise dos seguintes documentos: a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e o Parecer CNE/CP nº 02/2015; Resolução CNE/CP nº 1/2002 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena e o Parecer CNE/CP nº 09/2001. Dessas políticas, faremos o recorte para as políticas de formação inicial de professores. Salientamos que este trabalho faz parte do estudo maior desenvolvido em nível de doutorado junto ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, o qual investiga as Licenciaturas Interdisciplinares. Com isso justificamos que, para este trabalho, a intenção não é discutir o conceito de interdisciplinaridade, visto que só esta temática demandaria uma análise extensa e consistente e está contida no estudo maior. Para o presente trabalho, interessa saber: O que apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores sobre a interdisciplinaridade na formação de professores? O que podemos evidenciar nas ações políticas materializadas e nos textos oficiais acerca da interdisciplinaridade na formação de professores? Como tem sido discutida a interdisciplinaridade nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores? Esse “olhar” focalizando a interdisciplinaridade na formação se justifica pela centralidade que as políticas educacionais, no contexto atual, trazem ao princípio da interdisciplinaridade. Ademais, esse “olhar” para interdisciplinaridade na formação se justifica também pelo surgimento de cursos de formação inicial de professores em nível superior que tem despontado no cenário nacional, as Licenciaturas Interdisciplinares. Já a análise das políticas de formação de professores é pertinente pelo fato de evidenciar os projetos e concepções que têm sido predominantes nos documentos de formação de professores. Os estudos de Cury (2003), Diniz-Pereira (2000, 2013, 2016), Dias-da-Silva (2005), Freitas (2002) e Silva (2004) nos apontam que para além de compreendermos o contexto em que foram produzidas, devemos ter clareza dos projetos de formação que estão em disputa nessas políticas e reformas. Os autores evidenciam que diferentes projetos e interesses permeiam os documentos da política,

¹Este trabalho faz parte do estudo maior desenvolvido em nível de doutorado junto ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, o qual investiga as Licenciaturas Interdisciplinares sob orientação da professora Maria das Graças Carvalho da Silva Medeiros Gonçalves Pinto e sob coorientação da professora Rita de Cássia Morem Cássio Rodriguez.

²Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas - PPGE - UFPEL. - Email: alineluz.ufrgs@gmail.com

constituindo-se este um campo em disputas para a formação de professores e para identidade profissional do professor. Para responder às perguntas iniciais, trazemos primeiramente algumas concepções teórico-conceituais que dão suporte à reflexão. Nessa discussão, a interlocução teórica se dará com autores, tais como: Oliveira (2005 2013); Maués (2003, 2011), Shiroma, Moraes, Garcia (2004), Freitas (2007), Gatti, Barreto, André (2011) dentre outros. Diante dessas considerações, ilustramos os textos legais de onde partem nossas reflexões, bem como inferimos destes textos os apontamentos e as orientações acerca da interdisciplinaridade na formação de professores. As etapas cumpridas da pesquisa documental implicaram, em primeiro lugar, na seleção dos textos que seriam objeto de análise. No tratamento dos documentos, adotamos procedimentos de descrição e análise dos textos. Após a análise individual de cada documento, passamos para etapa seguinte de comparação entre as políticas evidenciando similaridades, continuidade e distanciamentos. A análise dessas políticas indica-nos que há orientações para que a formação de professores contemple a perspectiva interdisciplinar. O fato é que há muito mais dúvidas do que certezas quando se trata da organização dos cursos interdisciplinares, como as Licenciaturas Interdisciplinares. O mesmo vale para o debate sobre a concepção de formação interdisciplinar: trata-se de uma formação para ou na interdisciplinaridade? Trata-se de uma abordagem interdisciplinar na formação ou de formação de caráter interdisciplinar? Trata-se da interdisciplinaridade na formação ou de uma formação interdisciplinar? Até que ponto esta concepção está coerente com a organização dos currículos dos cursos interdisciplinares? Diante dessas constatações, torna-se imprescindível a necessidade de outros estudos que se aprofundem sobre as tantas inquietações as quais foram apresentadas aqui.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Políticas de formação de professores; Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores; Interdisciplinaridade na formação de professores; Formação de professores.

CONTRIBUIÇÃO DO PIBID PARA O APERFEIÇOAMENTO DA FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL (LSF)¹

Ana Paula Martins Fonseca²
Elaine Santana e Silva Kendall³
Ana Cristina Franco Rocha Fernandes⁴

A formação docente, nas últimas décadas, tornou-se pauta de discussão social, pois o cenário contemporâneo tem, cada vez mais, exigido a formação de cidadãos protagonistas e letrados. Mediante a esta exigência não há como desconsiderar a importância do papel do professor, de sua trajetória e de sua formação para o processo de melhoria da qualidade da educação básica e superior. Compactuando dessa premissa foi criado, através do governo federal, o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação da Docência) que é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública (BRASIL, 2011). Acreditando nessa proposta de formação de futuros docentes a Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis aprovou, através do edital CAPES/MEC nº 061/2013, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. No total, seis cursos de licenciatura fazem parte desse importante projeto, que beneficia mais de 250 bolsistas, dentre eles alunos e professores da universidade, assim como professores da rede pública de educação básica. Com a implantação deste programa desde 2013 surgiu então a necessidade de se desenvolver uma pesquisa que buscasse analisar e discutir como licenciandos-bolsistas participantes deste programa avaliam o seu impacto para a formação docente e acadêmica. Estaria este programa contribuindo para a formação destes alunos-bolsistas? Os licenciandos participantes do PIBID percebem o programa como um diferencial para a sua formação? Em relação aos impactos do programa na educação básica, o que pensam esses alunos bolsistas? Nesse sentido, com intuito de refletir e avaliar sobre esta experiência de inserção dos bolsistas no espaço escolar e a repercussão dessa prática, este trabalho buscou discutir e analisar os impactos desse programa para a formação docente dos alunos-bolsistas deste programa. A pesquisa que delineou este estudo pode ser classificada como qualitativa (DUFF, 2002; LANKSHEAR & KNOBEL, 2008) ou naturalística (ALLWRIGHT & BAILEY, 1991)⁵. Conforme menciona Silva (2012), neste tipo de investigação não há interferência, controle ou outro tratamento especial de textos escritos, questionários e entrevistas, portanto, foi intenção deste estudo analisar e avaliar o discurso dos licenciandos-bolsistas em relação à contribuição do programa PIBID para a formação docente. Para compor o cenário deste estudo foram convidados

¹Pesquisa concluída na UEMG-Unidade Divinópolis, no ano de 2016, com o financiamento da FAPEMIG.

²Professora da UEMG-Unidade Divinópolis

³Professora da UEMG-Unidade Divinópolis

⁴Professora da UEMG-Unidade Divinópolis

⁵Segundo Edge & Richards (1998) os termos “qualitativo”, “naturalística” e “etnográfica” se alternam em trabalhos de Linguística Aplicada (SILVA, 2012).

a participar da pesquisa todos os alunos-bolsistas (250 alunos) que integram o programa PIBID da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, unidade de Divinópolis. Considerando o número elevado de sujeitos de pesquisa envolvidos optou por realizar, como instrumento de coleta de dados, um questionário e disponibilizado através do Google-drive. Ressalta-se que compôs este instrumento questões fechadas que tratavam de questões gerais das atividades do programa (número de vezes que os alunos-bolsistas desenvolvem atividades nas escolas, frequência de vezes que eles têm contato com o coordenador e supervisor do subprojeto, se participam de grupos de discussão, dentre outras). Além disso, para averiguar a percepção que estes discentes fazem do programa foi uma pergunta aberta ao final que procurou verificar qual a avaliação que os pibidianos fazem do programa. Para sustentar teórica e metodologicamente a presente pesquisa, tomou-se como aporte teórico o Sistema de Avaliatividade (Martin & White, 2005). Considerando essa fundamentação teórica, as análises discursivas que foram realizadas neste estudo consideraram, como ponto de partida, a materialidade linguística dos textos oriundos da coleta de dados, bem como o contexto social em que esses textos estarão inseridos. Cabe aqui ressaltar que este estudo optou-se por embasar as análises discursivas a partir do Sistema de Avaliatividade de Martin e Rose (2003; 2007) e seus subsistemas, a saber: *Engajamento* (Monoglossia e Heteroglossia); *Atitude* (Afeto, Apreciação e Julgamento), aliando-os aos conceitos de *Gradação* (Força e Foco). Os resultados apontaram que os alunos consideram o programa essencial para a formação docente e acadêmica. Dessa forma, pode-se dizer que esta política nacional de formação tem contribuído para a qualificação dos discentes-bolsistas, tornando-os mais críticos a atuantes. No que se refere à análise desses recursos semântico-discursivos no corpus da pesquisa, identificamos nesses exemplos várias escolhas linguísticas que constroem uma avaliação e representação positiva do PIBID. Podemos constatar que a intenção dos bolsistas foi tentar, através do discurso, expressarem a importância do projeto para a formação docente. A partir das análises realizadas, a partir do Sistema da Avaliatividade, parece que o PIBID vem alcançando seus objetivos quanto a valorização da prática docente, pois os discursos redigidos pelos alunos-bolsistas são permeados de construções linguísticas de *Afeto*, *Julgamento* (positivo) e também *Apreciação*, sempre seguidos de *Gradação de Força e Foco* (positivo). Portanto, parece que o programa vem alcançando seus objetivos quanto a valorização da prática docente, através de um ensino inovador e diversificado, contribuindo na formação dos alunos licenciandos participantes do programa. Nesse sentido, o Pibid parece estar contribuindo para o exercício reflexivo da prática docente, fato que possibilita uma formação mais sólida para os futuros docentes. Conseqüentemente, a partir, da possibilidade que o programa cria para o exercício da docência, ele vem articulando saberes teóricos e práticos propiciando assim uma reavaliação constante da prática docente.

Palavras-chave: formação de professores; Sistema de Avaliatividade; licenciatura.

FORMAÇÃO ACADÊMICA DO CORPO DOCENTE VOLTADO PARA MANUTENÇÃO DE AERONAVES¹

Anderson Flamareon dos Santos Cruz²

Vinícius Samuel Pereira Silva³

Wellington Pereira Silva⁴

O corpo docente de uma instituição de ensino é de suma importância para o aprendizado de qualidade dos seus alunos, seja qual for o curso pretendido pelo educando. No Brasil, o ensino superior foi ao longo das últimas décadas se popularizando em razão da igualdade de oportunidades, programas governamentais e através da iniciativa privada. Fenômeno acompanhado da falta de seriedade da sociedade brasileira com os meios de ensino, que prioriza o acesso à educação e posterga a qualidade, decorrendo em uma carência na formação técnica-pedagógica, principalmente as de alto nível, a exemplo o setor de manutenção aeronáutica, defasado desde sua formação. Atualmente, é notório o problema no setor aeronáutico que possuem diversos educadores com formação técnica científica oriunda de outras áreas de conhecimento atuando na transmissão e formação dos novos profissionais que ao final do processo de formação são avaliados pela atual agência reguladora brasileira, denominada ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), criada pelo Decreto-Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005. Tais exames são exigidos por essa agência reguladora aos formandos para habilitação de sua profissão e considerados pelos próprios candidatos grau de dificuldade nível médio-alto, haja vista que para aprovação exige-se 70% de acerto em cada especialidade (motores-GMP, células e aviônicos), além do conteúdo básico no setor; caso os candidatos almejem habilitações para exercer suas atividades profissionais no exterior, os requisitos de seleção são mais apurados, seja no idioma estrangeiro e/ou nos conhecimentos técnicos característicos. A deficiência didática básica no setor esta ligada ao emprego de uma série de três manuais voltados para pessoas interessadas em se certificar profissionalmente em uma, duas ou as três especialidades da mecânica aeronáutica - grupo moto-propulsor, células e aviônicos - datado em 1972, utilizado como material pedagógico atualmente pelas escolas de formação de nível profissionalizante acompanhado muitas vezes de professores despreparados. A qualificação técnica pelo notório saber e experiência profissional na área é de grande valia, contudo é necessária a valorização do estudo de forma técnica científica, devido as constantes atualizações e complexibilidade da engenharia aeronáutica que exigem o emprego de tecnologias educacionais modernas dos tutores envolvidos. A formação desqualificada por muitos docentes se da pela falta de interesse e de conhecimento em determinadas disciplinas que podem ser retransmitidas aos seus discentes diretamente ou indiretamente pela sua aptidão ou escolha pessoal, decorrendo em déficit no processo de aprendizagem. O trabalho se encontra dentro da

¹O trabalho resulta de pesquisa em andamento vinculada ao Centro Universitário UNA em Belo Horizonte/MG.

²Técnico em manutenção de aeronaves e aluno do curso de Tecnologia em manutenção de aeronaves pelo Centro Universitário UNA em Belo Horizonte/MG; e-mail: andersonf182@yahoo.com.br.

³Especialista em Metodologia do Ensino de Química, Aluno da Pós-graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). e-mail: viniussamuel@yahoo.com.br

⁴Graduado em História pelo Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte. e-mail: spwellington@gmail.com

temática: Formação de Professores e Currículos Integrados. Analisa a formação acadêmica e/ou profissional dos professores do curso de mecânica de aeronaves, sua grade curricular integrada ao processo de formação com os meios pedagógicos empregados para o processo de ensino aprendizagem dos seus discentes promovendo diversas analogias às deficiências da formação desses profissionais. O presente trabalho tem como objetivo abordar as deficiências quanto à formação técnica dos docentes atuantes nos cursos de mecânica de aeronaves no Brasil e suas interferências quanto à formação técnica, científica e pedagógicas no ensino e aprendizagem de seus discentes. Para isso, utilizou-se uma bibliografia centrada na temática da formação científica dos professores atuantes na aviação brasileira, da educação brasileira, história da aviação brasileira, formação e qualificação da educação profissionalizante. Foram analisadas principalmente as obras dos autores: OLIVEIRA (APUD COSTA, P. 3-4); TEIXEIRA (1969, P. 49); SCHWARTZMAN (1994, P. 151); SILVEIRA (1988, P. 38); CUNHA, M. I (1989); FAVERO (1987, P. 373); FRANCO (1993, P. 810-811); SCHWES (1985, P. 33); AQUINO, S. (1979); DURKHEIM, E. (1997); FEVBRE, L. & MARTIN, H.-J. (1992); FREIRE, P (1996); GADOTTI (1997); GARDNER, H (1995); KELLER, T. M. R VON 1997; MANGUEL (1997); MONROE, P. (1997) MULLER (1997); PIAGET, J, (1982) (1988); PILETTI, C. & PILETTI N. (1997); ROSA, M. DA G, (1997); VIDAL, D.G. (2005); CASTRO (2004).

Palavras-chave: Qualificação; Docente; Mecânica Aeronáutica.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS ESPACIALIDADES DA CRECHE¹

Aretusa dos Santos Rosa²

Ana Rosa Picanço Moreira³

Letícia de Souza Duque⁴

A produção de conhecimentos na interface “relações étnico-raciais e infância” possibilita ampliação do estado de saberes ainda negligenciados tanto no campo da militância negra, quanto sobre os modos como as desigualdades sociais, mais especificamente as desigualdades educacionais, atingem ou atravessam a vida de bebês e crianças até os 3 anos de vida. De acordo com pesquisas recentes, grande parte de crianças em território nacional que frequentam creches públicas é negra. No entanto, não se pode afirmar que tal indicador revela a melhoria ou a qualidade das políticas nacionais de atendimento às crianças negras na faixa de 0-3 anos de idade. Pode, ao contrário, indicar um círculo vicioso e perverso do perfil de atendimento, dado o entrecruzamento das condições sociais e econômicas de vida e o grupo étnico racial, indicando que a maioria da população pobre no Brasil é negra. Estudos no campo da educação que focalizam as relações étnico-raciais têm salientado que há um histórico de silenciamento sobre preconceitos e discriminação étnico-raciais nos contextos educacionais, inclusive nos cursos de formação de professores, e apontam para a necessidade de investimentos específicos. É nesse contexto que a pesquisa se situa, buscando compreender os processos de educação das relações étnico-raciais numa creche municipal de Juiz de Fora/MG, tendo em vista os dispositivos legais indutores de práticas pedagógicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais, a saber: a Lei 10.639/03, a Lei 11.645/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais. O objetivo de tal estudo consiste, portanto, em compreender como ocorre a educação das relações étnico-raciais em tal instituição a partir de uma leitura das marcas visíveis e invisíveis/ausentes no espaço/ambiente institucional. Os pressupostos teórico-metodológicos estão ancorados na abordagem sócio-histórico-cultural de Lev Vigotski, para a qual o ser humano constitui-se e é constituído por relações sociais e culturais marcadas por suas historicidades, em diálogo com autores que problematizam criticamente as três áreas envolvidas: espaço, infância e relações étnico-raciais no Brasil. Entendemos que as desigualdades raciais são produzidas por mecanismos de discriminação étnico racial que, por conseguinte, promovem classificações sócio-espaciais racializadas. Tal contexto, não pode ser entendido de modo simples, dada sua dinamicidade e complexidade. Ressaltamos que a maioria das crianças e dos educadores da creche é negra. O estudo se constitui numa pesquisa-intervenção que está sendo desenvolvida no contexto de formação em serviço de educadores da

¹Este trabalho é fruto de uma pesquisa de doutoramento em andamento, financiada pela CAPES e vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPEd/UERJ).

²Doutoranda do PROPEd/UERJ. E-mail: <saaretusa@gmail.com>

³Doutora em Educação (UERJ). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Faced/UFJF). E-mail: <anarosamaio@uol.com.br>

⁴Mestranda do PPGE/UFJF. E-mail: <leticadesduque@gmail.com>

creche. Nessa abordagem metodológica, pesquisador e pesquisado são vistos como dois sujeitos em interação, os quais participam ativamente do acontecimento da pesquisa. As ações formativas ocorreram durante o segundo semestre de 2016, por meio de “encontros reflexivos”, que são contextos de discussão. O foco foi a organização dos espaços da creche nas práticas pedagógicas. Buscamos problematizar coletivamente as implicações do espaço físico/ambiente institucional, enquanto elemento importante e indispensável da proposta curricular de cuidado e educação da criança de 0 a 3 anos. Foram discutidas com os educadores fotos e observações produzidas pelas autoras, problematizando escolhas e localizações de brinquedos, painéis, entre outros elementos espaciais. Os resultados parciais revelam a fragilidade da educação para as relações étnico-raciais, apontando para a emergência de olhares mais críticos para tais questões presentes na organização espacial, com vistas a reverberar em algumas transformações dos ambientes que levaram em conta aspectos étnicos e culturais dos adultos e crianças que convivem nessa creche. Acreditamos que estudos dessa natureza abrem portas para possibilidades efetivas de promoção da educação das relações étnico-raciais com vistas à igualdade na instituição, bem como para a discussão do espaço físico/ambiente como instrumento para a construção de práticas educativas na creche mais inclusivas e equânimes, comprometidas com a educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação Infantil; Relações Étnico-raciais; Organização Espacial; Formação em Serviço.

AS ANÁLISES E INDICAÇÕES DA PRODUÇÃO ACADÊMICA RELACIONADAS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA¹

Danilo Marques Silva²

Heloisa Silva de Oliveira Gomes³

Inicialmente, localizamos o presente trabalho nas discussões do campo acadêmico da formação (inicial e continuada) de professoras e professores da Educação básica no Brasil. Entendemos também para investigar o trabalho docente, faz-se necessário extrapolar as relações existentes em sala de aula. Ou seja, entendemos que o trabalho das professoras e professores, na atualidade, se desenvolve em escalas e dimensões que extrapolem as relações de ensino-aprendizagem, aluno-professor e horas-aula. Encontramos correspondência e amparo de tais observações, nos estudos desenvolvidos pelas pesquisadoras vinculadas à Universidade Federal de Minas Gerais: Adriana Maria Cancellata Duarte, Maria Helena Augusto, Lívia Fraga Vieira e Savana Gomes Diniz Melo. Quanto ao levantamento desenvolvido por este trabalho, procuramos por investigações atentas e objetivadas em pesquisar, analisar e compreender os assuntos focados na formação de professoras e professores. O referido levantamento, este, esteve objetivado em buscar e, posteriormente, apresentar produções acadêmicas que desenvolveram análises de cunho quantitativo sobre o trabalho docente no território brasileiro. Ressaltamos ainda que a busca por trabalhos com tais características atende às indicações de pesquisadoras, estas referências do campo acadêmico, como Bernadete Gatti e Marli André. Nesse sentido, tal busca priorizou, inicialmente, trabalhos que teceram análises quantitativas sobre a formação (inicial e continuada) de professoras e professores nas distintas regiões do Brasil. Especificamente, serão expostos trabalhos que se debruçaram sobre as bases de dados da UNESCO e da Pesquisa Nacional de por Amostra de Domicílios (PNAD). Sobre esta última base, o trabalho encontrado apresentou dimensões sobre o trabalho docente a partir de um recorte temporal, ou seja, entre os anos de 1981 a 2009. Entretanto, é preciso ressaltar que, além das referidas bases, o levantamento contemplou outras naturezas e tipos de produções acadêmicas. Estas, por sua vez, também desenvolveram investigações sobre o trabalho docente, e que, posteriormente, disponibilizaram os resultados e as considerações da pesquisa por meio de artigos, dissertações, survey, etc.. Nesse sentido as exposições e análises desse trabalho pretendem contribuir com as discussões do evento ao desenvolver uma breve problematização dos desafios identificados pela produção acadêmica brasileira que fora levantada. Pretendemos também comunicar, dialogar e intercambiar com o público do evento diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Tal postura pretende assim fomentar discussões e contribuir com a atualização da crítica sobre as atuais urgências do trabalho docente. Junto a esta contribuição, o que motiva também a elaboração do artigo é compreender, junto às professoras e professores,

¹Trabalho resultante de pesquisa já concluída, mas não vinculada, especificamente, à uma dissertação ou tese.

²MARQUES-SILVA, Danilo. Mestrando em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-Mail: <marques7danilo@gmail.com>.

³GOMES, Heloísa S. O. Mestrando em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: < heloisaxisto@yahoo.com>

em quais condições vem sendo desenvolvida suas atividades no magistério. A partir de tal postura, percebeu-se também a necessidade de levantar alguns trabalhos atentos às características do perfil de professores. Nesse sentido buscaram-se investigações que tivessem coletado dados de universos mais amplos, em que, o número as informações sobre o trabalho docente pudessem ser representativas não, apenas, de universos muito específicos. Em relação às referências teóricas utilizadas, o presente trabalho, valeu-se dos escritos de Dalila Andrade Oliveira, Marli André e Nora Ruth Krawczyk no decorrer da escrita. A exposição das análises levantadas para este trabalho suscitou algumas perguntas iniciais para, nos distintos momentos do texto, serem discutidas e, posteriormente, relacionadas as referências utilizadas e estudos apresentados. O que dizem as pesquisas sobre o perfil dos docentes atuantes da Educação Básica? Quais os desafios da formação inicial desses docentes? As ações de valorização docente negligenciam alguns aspectos muito pertinentes ao trabalho docente? Dos resultados das pesquisas expostas, percebeu-se um movimento de ausência de docentes mais jovens na profissão; a diversidade de condições de trabalhos dos docentes no território brasileiro; o registro do aumento do número de docentes com curso superior nos últimos anos; e o registro de um forte movimento de adesão das professoras e professores por cursos de especialização em instituições privadas de ensino no país.

Palavras-chave: trabalho docente; perfil docente; campo acadêmico; investigações quantitativas.

FORMAÇÃO DOCENTE E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE LICENCIANDOS DA UEMG – UNIDADE DIVINÓPOLIS/MG¹

Elaine Kendall Santana Silva²

Ana Paula Martins Fonseca³

Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral⁴

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar pesquisa realizada sobre como se dá a construção identitária do professor em formação nos cursos de licenciatura da UEMG - unidade de Divinópolis, por meio do Estágio Supervisionado. Para isso, foram feitas análises das representações sociais e das estratégias de textualização, focalizando o jogo interlocutivo, a inserção e o gerenciamento de vozes que se instauram na trama discursiva de questionários, entrevistas e relatórios de estágio produzidos pelos licenciandos. Foram utilizados diversos autores como referencial teórico, tais como, Apothéloz (2003), Matencio (2003), Mondada e Dubois (2003), Koch (2003), Marcuschi (2001), dentre outros. Os cursos de licenciatura da UEMG - Unidade de Divinópolis, possibilitam que os graduandos, por meio do Estágio Supervisionado, estabeleçam relação entre a teoria e a prática durante sua formação, pois sabe-se que é necessário ter o cuidado para que a teoria não seja apresentada de forma descontextualizada e vazia, como mera retórica, e que a prática, por sua vez, não caia em um ativismo estéril e sem significado para as práticas sociais de todos os envolvidos no processo – professores, alunos e toda a comunidade escolar. Essa discussão está presente nos cursos de licenciatura da referida instituição, que continuamente questiona a pertinência dos projetos que desenvolve, em relação à efetiva articulação entre teoria e prática, buscando possibilitar aos alunos uma reflexão crítica sobre a prática escolar. Para contribuir com essa reflexão é importante que o professor em formação se posicione identitariamente frente a essas reflexões, pois, assim, poderá assumir melhor seu papel como profissional da área em que atua. Sendo assim, com o objetivo de analisar os posicionamentos identitários dos licenciandos da UEMG, desenvolveu-se o projeto, intitulado “Contribuições do Estágio Supervisionado na formação identitária das licenciaturas da UEMG - campus Divinópolis/MG”. Dessa forma, para entender como se dá a construção identitária desses professores em formação, é preciso que se tenha em mente que tal construção revela um conjunto de representações, de ideias que os sujeitos da pesquisa tinham/têm dessa profissão. Pode-se afirmar que essas ideias, essa visão da profissão não existe desvinculada da linguagem; por isso, a essa visão corresponde um determinado discurso que a materializa. Há que se ressaltar também que essa determinada visão de mundo, embora absorvida pela consciência individual, é socialmente produzida: a enunciação, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social. A partir dessa visão bakhtiniana do caráter coletivo (social) de produção das ideias, pode-se dizer que o

¹Pesquisa concluída em 2017. Instituição de fomento: FAPEMIG

²Professora mestre da UEMG – elaine.silva@uemg.br

³Professora mestre da UEMG – ana.fonseca@uemg.br

⁴Professora mestre da UEMG – fmframara@gmail.com

conteúdo da consciência dos estudantes em formação inclui naturalmente uma concepção sobre o que é ser professor, que foi apreendida por eles ao longo de sua formação, de sua inserção em um determinado grupo social. Finalmente, pode-se dizer que, ao analisar o discurso desses estudantes, seja através da trama discursiva observada nas respostas dadas aos questionários, ou reconfigurado na tessitura dos relatórios, a construção da identidade profissional dos alunos dos citados cursos, estará ganhando a visibilidade ainda não conquistada e possibilitando uma reflexão acerca de aspectos relevantes para a formação de professores da Educação Básica. Para o desenvolvimento da pesquisa, primeiramente, foi feita a leitura dos autores pertinentes. Após isso, foi realizado um levantamento das turmas de licenciaturas da UEMG – campus Divinópolis - que iniciariam a disciplina de estágio e que pudessem participar dessa pesquisa concordando em produzi-la, expondo suas reflexões a respeito do papel do professor e a relevância que o estágio supervisionado tem na formação do licenciando. Eles responderam à dois questionários, sendo um no início do estágio e outro após o término, que foram analisados para se ter um reconhecimento global daquilo que era recorrente em todos os cursos e, também, de maneira separada, de modo a comparar o posicionamento dos alunos de cada curso. Por meio das análises, foi possível detectar que os graduandos possuem similaridades na forma de entender o “ser professor” e da importância do Estágio Supervisionado. Concluiu-se que entender o processo de construção identitária dos graduandos é de grande relevância e contribuição para a prática pedagógica docente, pois, a partir dessa percepção é possível refletir sobre a formação teórica e a prática pedagógica dos futuros professores. É fundamental analisar a importância do estágio supervisionado na formação de novos educadores, uma vez que essas atividades podem configurar-se em um meio essencial para que o graduando conheça o dia-a-dia do professor, suas dificuldades e realizações, e para que compreendam, também, o ambiente da sala de aula e o cotidiano escolar em uma visão diferente da que ele tinha quando era aluno da Educação Básica. Essa ampliação da visão do futuro professor com relação ao ambiente escolar torna-se primordial, uma vez que foi neste ambiente que ele escolheu ingressar profissionalmente. Com isso, do ponto de vista da pesquisa e com base nas informações adquiridas, bem como, no suporte teórico estudado, torna-se possível perceber como as ideologias são formuladas de acordo com as teorias que estudam e a considerável influência na formação e na construção de identidades profissionais.

Palavras-chave: identidade profissional; estágio supervisionado; representações sociais.

OS HOMENS NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE A ACADEMIA PRODUZIU SOBRE ELES¹

Eliana Batista Souza²

Nas décadas de 1970 e 1980 a Educação Infantil brasileira teve uma grande expansão graças às pressões feita pelo movimento pró-creche no sentido de reivindicar locais adequados para o cuidado e educação das crianças menores de seis anos cujas mães eram trabalhadoras fora do espaço doméstico. Nesse sentido, a Educação Infantil, num curto período de tempo, transita pela Assistência Social e oficializa-se na área da educação a partir da Constituição Federal de 1988. Isso ocasiona muitos impactos nessa etapa da educação que não só se constitui um direito às crianças como também um campo de trabalho. Como campo de trabalho carrega marcas profundas do processo de feminização do magistério direcionado as crianças que se traduz, principalmente, no conflito entre a educação formal e a educação materna. Percebe-se, com isso, que essa etapa é de domínio feminino e a partir de tal constatação surgiram indagações acerca da atuação dos homens nos espaços educativos destinados às crianças pequenas e para um melhor delineamento das questões levantadas foi realizada uma pesquisa inicial que objetivou buscar a produção acadêmica sobre a atuação dos homens na Educação Infantil, principalmente, nas três últimas edições da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), bem como em estados da arte, além de teses e dissertações disponíveis no portal e no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos repositórios de universidades públicas e particulares, traçando, dessa forma, um panorama das pesquisas realizadas no período de 2004 a 2014 e sendo, portanto, o objetivo desse artigo publicizar os resultados dessa pesquisa. A investigação iniciou-se no Grupo de Trabalho (GT) 23 da ANPEd por se tratar de GT dirigido, exclusivamente, às relações de gênero de sexualidade, no entanto, também, foram alvo de esquadrinha os GTs 02 (História da Educação), 07 (Educação da Criança de 0 a 6 anos) e 08 (Formação de Professores). O passo seguinte foi utilizar o site de busca google a fim de encontrar estados da arte, utilizando os descritores “Educação Infantil”, “homens” e “estado da arte”. No portal da CAPES, utilizando os descritores homens/educação infantil e masculino/educação infantil, obteve-se 36 registros, sendo que desses, apenas 2 atenderam a proposta da pesquisa. Posteriormente, nova busca foi realizada no Banco de Teses e Dissertações, também, da CAPES, com os mesmos descritores, tendo obtido como resultado 13 registros, destes, 4 trabalhos tratavam do homem atuante na docência da Educação Infantil e, finalmente, com o objetivo de cercar o máximo possível as produções, o quinto passo da pesquisa foi a localização de trabalhos nos repositórios de teses e dissertações de algumas instituições de ensino superior (UFRGS, UDESC, UEL, UFRN, UFSCAR, UFBA, UFLA, UNESP, UNB, UFC, UFG, UFPB, UFSC, PUC PR, PUC SP, PUC MG, PUC RS, PUC BRASÍLIA, UNICAMP, USP, UFMG, UNILAB, UFPE, UEAP, UEA, UEPA, UNITINS, UERR,

¹Revisão bibliográfica realizada para o trabalho em andamento denominado A permanência de homens na docência da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

²Mestranda em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais, professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. E-Mail: <souzaeliana@yahoo.com.br>.

UNIR, UFRR, UFAC, UNIFAP, UFAM, UFOPA, UFPA, UFT, UFRA, UNIFESSPA). Nesta fase, 5 novos trabalhos foram encontrados, totalizando ao final 10 dissertações e 1 tese sobre o assunto. Ao analisar tanto os artigos encontrados na Anped, na verificação inicial, quanto os artigos indicados pelos trabalhos chamados de estado da arte constatou-se a vinculação dos mesmos às pesquisas realizadas para a escrita das teses e dissertações encontradas na CAPES e nos repositórios das universidades. Dessa maneira, esse artigo centrou-se nestas últimas que evidenciaram, a partir da perspectiva teórica interacionista simbólica, as dificuldades às quais passam os homens que decidem “se aventurar” na docência da Educação Infantil, quais sejam: o tabu quanto ao cuidado infantil, principalmente, das meninas, que é relacionado ao medo da pedofilia; o questionamento da masculinidade dos docentes e a desconfiança de possível homossexualidade; a cristalização da divisão sexual do trabalho; o discurso da maternidade e, conseqüente, inadequação dos homens naquele ambiente.

Palavras-chave: masculino, educação de crianças pequenas, professores.

IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE UM GRUPO DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA E O CONCEITO DE FUNÇÃO DOCENTE FORMATIVA: NARRATIVA DE MEMÓRIA¹

Fernando Lucas Oliveira Figueiredo²
Santuza Amorim da Silva³

Este trabalho pretende analisar a aplicação do conceito de formação humana nas escolas básicas através de relatos de professores de uma escola estadual do município de Belo Horizonte uma vez que os processos de formação de conhecimentos e saberes por parte dos discentes vêm sendo questionado pela sociedade e isso afeta, de forma direta e negativa, a qualidade do trabalho do(a)s professores(as) e sua construção identitária profissional. A discussão teórica acerca da(s) identidade(s) e identidade profissional docente foi construída com base nas discussões de Bauman (2005), Dubar (2005), Nóvoa (1989), Mockler (2011), Marcelo (2009) e Tardif (2003) e indicou que as identidades docentes são dinâmicas e variam ao longo do tempo devido a diversos fatores de ordem pessoal, socioeconômico, cultural, territorial, histórico e de desenvolvimento tecnológico. Esse processo é um crescimento intrapessoal que reivindica muitas atitudes individuais influenciáveis pelo meio e pelas condições laborais. Após isso, foi proposta uma discussão conceitual sobre formação humana através das contribuições teóricas de Ciavatta (2005), Charlot (2001), Cury (2009) e Rodrigues (2001). Esses autores nos indicaram que a Educação visa à formação dos indivíduos em ações cooperativas, de inserção e de respeito às diversidades em luta por suas necessidades básicas, o que leva ao entendimento de que, pela ação escolar, os indivíduos podem adquirir os elementos e saberes essenciais para a vivência em sociedade. Os saberes repassados pela escola são considerados cernes da inserção na cidadania e na vida política, o que alija desse processo aqueles que não passaram pela escola. A formação humana se assenta na ideia da integralidade formativa do indivíduo, onde os aspectos humanísticos, científicos, tecnológicos e culturais estejam incorporados e integrados aos currículos. Essa mesma formação implica, também, em uma competência técnica e compromisso ético na atuação profissional vindoura, pautada pelas transformações sociais, políticas e culturais necessárias ao erguimento de uma sociedade mais igualitária. Num terceiro momento, adotou-se como metodologia da narrativa e o questionário estruturado com o intuito de verificar como o conceito de formação humana é aplicado pelos docentes pesquisados e suas interferências nas formas identitárias desse grupo. Buscou-se, num microcosmo, entender como o conceito de formação humana está inserido na prática docente e sua relação com as identidades dos profissionais selecionados. Tendo como base um conjunto de

¹Pesquisa concluída em âmbito de pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado – na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Belo Horizonte.

²FIGUEIREDO; Fernando L. O.; Mestrando em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Pós-graduado – Pós-Graduação em Cultura Africana e Afro-brasileira – UNIFEMM – Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop – 2005); Professor efetivo da E.E. Djanira Rodrigues de Oliveira e da Escola Municipal Dona Aramita (Lagoa Santa, MG) - fernandolucasf@hotmail.com.

³SILVA, Santuza A. da. Doutora em Educação. Professora no curso de Pedagogia e no Mestrado em Educação na Universidade do Estado de Minas Gerais – santuza@hotmail.com

perguntas, a intenção foi visualizar o entendimento e a discussão, na formação profissional, do que é formação humana e sua apreensão pelos indivíduos, além da sua aplicação na formação das novas gerações e como os saberes sobre formação humana influenciam, singularmente, as formas identitárias dos profissionais. Sobre o conceito de formação humana, a maioria dos profissionais ressaltou a formação do sujeito para a vivência em sociedade, portador de deveres e direitos e que, a escola, contribui nessa formação ao transmitir saberes científicos e conhecimentos importantes para essa inserção. Sobre o contato com o tema formação humana durante sua formação (inicial e continuada), os entrevistados foram enfáticos em afirmar que as discussões sobre formação humana estão muito presentes e são consideradas de suma importância para a atuação em sala de aula. Sobre a aplicação do conceito de formação humana no processo educativo dos jovens atendidos pelo grupo pesquisado por meio da regência em sala de aula e no ambiente escolar as respostas são mais diferenciadas. Algun(ma)s docentes enfatizaram mais a demonstração de como os conteúdos e conceitos transmitidos em sala são importantes para os processos cotidianos; outros profissionais destacaram a adequação do currículo e de seus assuntos à realidade de meio em que vive o público atendido e alguns professores sublinharam que, para uma formação humana na educação escolar, a participação dos alunos nas aulas ministradas são de extrema importância. Por fim, mas não menos importante, tem-se as memórias desses profissionais em relação à influência do conceito de formação humana em suas identidades docentes. As constituições identitárias desses docentes são influenciadas por esse conceito ao entenderem que participam na construção das identidades dos(as) alunos(as), possibilitam sonhos, formam para atuação participativa e cidadã. Esses(as) professores(as) entendem a importância do papel social de sua profissão para a inserção das futuras gerações no seio da sociedade, ressaltando como a convivência com esses(as) alunos(as) alteram suas formas de enxergar o mundo e de como agir e se posicionar enquanto profissionais da Educação. Dessa forma se obteve o entendimento que o conceito de formação humana influencia a condução das aulas ministradas e, também, as formações identitárias docentes, podendo-se apontar possibilidades de mudanças e permanências na formação que possam melhorar a humanização do ensino nas escolas básicas. Por meio dessas narrativas desses profissionais, pode-se perceber que o conceito de formação humana é bem presente nos saberes docentes e nas práticas pedagógicas cotidianas e nos seus processos formativos, o que influencia e (re)significa suas formas identitárias. Os entrevistados comunicam que as discussões acerca do papel do docente na formação das futuras gerações, pautados nas relações de deveres e direitos e participação ativa na cidadania - elementos chaves da formação humana - estão/são presentes nos processos formativos inicial e continuado. Acrescentam, também, a bagagem formativa fora do ambiente profissional, vinculados às suas histórias de vida. Dessa forma, percebe-se que os cursos de formação de professores estão engajados na proposição de formar profissionais para atuarem de forma a transmitir os conhecimentos exigidos pela conjuntura social contemporânea sem perder o lado ético, moral e de participação e formação cidadã.

Palavras-chave: Educação; formação humana; identidade docente; escolas básicas.

Avaliação da Aprendizagem na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e sua finalidade: a formação humana integral¹

Ione Aparecida Neto Rodrigues²

O presente artigo em como tema central a avaliação da aprendizagem, ou seja, aquela que se desenvolve no cotidiano escolar e se efetiva por meio dos sujeitos diretamente relacionados ao processo de ensino aprendizagem. O caráter principal é o de compreender as práticas de avaliação da aprendizagem dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e verificar sua articulação com as prescrições legais com vistas à formação humana integral em duas escolas, uma pública e outra privada. A educação profissional técnica de nível médio refere-se aos processos educativos que têm por finalidade desenvolver formação teórica, técnica e operacional que habilite o indivíduo ao exercício profissional de uma atividade produtiva. A opção teórico-metodológica feita para a realização desta pesquisa é de enfoque qualitativo. Serão utilizados para coleta de dados: análise documental dos projetos políticos pedagógicos, e questionários aplicados aos professores e coordenadores da escola participante da pesquisa.. Na construção artigo estabeleceu-se um diálogo com autores que problematizam e pesquisam a avaliação da aprendizagem. Tomou-se como referencial teórico autores como: Depresbiteris (1989), Guba; Lincoln (1989), Barlow(2006), Demo (1999,2004), Hadji(2001), , Libâneo (2001,2004) Luckesi (1997, 1988, 2002, 2004), Silva (2015) dentre outros. O interesse pelo campo da avaliação da aprendizagem , dá-se por este se constituir de um contexto relacionado a uma multiplicidade de aspectos que se entrelaçam no processo de ensino e aprendizagem . Avaliar é uma atividade que integra o cotidiano da humanidade, de diferentes formas e segundo os mais variados critérios, fundamentados em pensamentos e objetivos coerentes ao momento e ao contexto. No desenvolvimento deste trabalho será apresentada uma breve história sobre o campo da avaliação da aprendizagem ,uma vez que, cada etapa histórica da educação são dados novos sentidos e significados à avaliação da aprendizagem. Almejamos ainda, abordar a finalidade da avaliação da aprendizagem e sua articulação com a formação humana integral, entendida como aquela capaz de desenvolver o ser humana em todas as suas potencialidades, por meio de um processo educacional que considere a formação científica, tecnológica e humanística, a política e a estética, com vistas à emancipação das pessoas. Ressaltamos que a legislação educacional brasileira preconiza os princípios para uma formação humana integral através de uma organização curricular a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O trabalho é um conceito que deve ser apreendido tanto em sua dimensão ontológica quanto histórica; a ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade; a tecnologia é conceituada

¹O trabalho resulta de pesquisa em andamento no programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), vinculadas à linha de pesquisa I cuja a área de atuação é “Ciência, Tecnologia e Trabalho: Abordagens Filosóficas, Históricas e Sociológicas”.

²Mestrado em andamento no programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) E-mail: ionerodrigues@ymail.com

como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida e a cultura como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. Sobre a avaliação da aprendizagem na educação profissional técnica de nível médio, inferimos que esta não deve ser diferente do que se espera para outras modalidades de ensino. A sua particularidade está nas formas de implementação, nos métodos de execução, já que existe uma diversidade maior de situações que requerem observação do desempenho do estudante, pois nessa modalidade se envolve- mais a relação teoria e prática. Na educação profissional, embora óbvio, deve ser repetido que não há dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente à ação profissional. Daí, que a prática se configura não como situações ou momentos distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendido. Enfatizamos que é preciso que se reflita sempre a respeito de que e de quem a avaliação da aprendizagem está a serviço, como ação de transformação e de promoção humana e social. A partir dessa premissa defendemos que a avaliação da aprendizagem atinge seu sentido, sua finalidade quando sustenta as tomadas de decisões sobre o processo formativo dos estudantes . Concluímos que a formação humana integral pressupõe um olhar para a multiplicidade de dimensões do desenvolvimento humano, assim avaliação nessa perspectiva também deve se configurar como um projeto integrado e integrador, tanto conceitualmente quanto em sua prática metodológica.

Palavras-chave: currículo integrado; educação profissional; formação.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR: OS DESAFIOS PAR A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO¹

Ione Aparecida Neto Rodrigues²
Juliana Alvarenga Silvas³

Inserindo-se no campo de estudos que envolvem a temática trabalho e formação profissional, o presente artigo retoma algumas discussões encontradas na literatura acadêmica acerca das concepções sobre formação profissional e evasão escolar. As transformações societárias, demarcadas pelo desenvolvimento tecnológico e consequentes mudanças nos processos produtivos levaram ao surgimento de uma nova forma de organização econômica, social, política e cultural na sociedade, um novo tipo de trabalhador e também diferentes relações de trabalho. Nas últimas décadas, emerge a partir de uma parte da literatura dedicada a sociologia do trabalho, uma tendência em compreendê-lo a partir de uma visão mais sistêmica e interdisciplinar, para além das demandas específicas do mercado de trabalho e/ou condições de empregabilidade. A formação integral do estudante, neste sentido, pressupõe uma formação em que os aspectos científicos, tecnológicos, humanísticos e culturais estejam incorporados e integrados. Tal formação não pode se centrar exclusivamente nos conteúdos voltados para o acesso ao ensino superior, tampouco o foco pode ser a formação instrumental para o mercado de trabalho, centrada na lógica das competências para a empregabilidade. A concepção de trabalho, entendida como processo atividade humana auto-realizadora, prática sociopolítica definida no seio das relações sociais, deve portanto, incorporar questões como identidade, reconhecimento e a própria relação com a profissão. Tais elementos evidenciam a interatividade humana e nos conduzem para a reflexão da importância concedida à vivência do sujeito com o outro, da relação que mantém de si com o contexto/lócus que pertence e nas ações práticas dos processos dos quais fazem parte o papel do educador/professor/formador (mediador), uma vez que, “este é o processo pelo qual a realidade se constrói, os saberes se estruturam”. A educação profissional, para além de mero instrumento de política assistencialista ou ajustamento direto às demandas do mercado de trabalho, deve ser entendida enquanto importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Faz-se necessário estabelecer a superação do abordagem tradicional da formação profissional baseado somente na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas a serem executadas. A educação profissional demanda além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos

¹O trabalho resulta de duas pesquisas em andamento no programa de pós-graduação Stricto Sensu em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), vinculadas à linha de pesquisa I cuja a área de atuação é “Ciência, Tecnologia e Trabalho: Abordagens Filosóficas, Históricas e Sociológicas” e “Avaliação da Aprendizagem: diálogos com a formação humana integral” .

²Mestrado em andamento no programa de pós-graduação Stricto Sensu em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) E-mail: ionerodrigues@ymail.com

³Mestrado em andamento no programa de pós-graduação Stricto Sensu em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) E-Mail: <julianaalvsilvas@gmail.com>.

valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho. Neste sentido a formação é a educação aplicada ao mundo do trabalho, ela remete a história, o cognitivo, competências e valores para além do saber formal transmissível em contraponto à concepção tradicional de formação baseada em transmissão de conhecimentos e reduzida à memorização. Ao indivíduo aprendiz inserido na educação profissional técnica de nível médio que, por múltiplas razões, vivencia algum tipo de ruptura ou exclusão escolar, sob o argumento do mérito, é atribuído uma “culpabilidade”. De modo que o termo “evasão” remete às questões individuais dos acadêmicos, o que em grande medida contribui para isentar a instituição e o respectivo sistema educacional de qualquer responsabilidade sobre esse fenômeno. Entretanto, é preciso ter claro que apesar da significativa influência de fatores externos, torna-se necessário discutir sobre o papel da instituição nesse processo de abandono do curso. Diferentemente da perspectiva apoiada na defesa que a trajetória formativa, muitas vezes demarcada por fracassos e reprovações, dependem unicamente do sujeito, as discussões e estudos na área vem demonstrando exatamente o oposto. As experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados, devem contribuir na construção de sua própria identidade. Diante destas breves considerações, argumenta-se que o estudante é o protagonista do seu percurso formativo e corresponsável no processo de avaliação da sua aprendizagem.

Palavras-chave:

FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS TÉCNICOS EM ENFERMAGEM E A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA¹

João Ramos²
Maria Adélia da Costa³

Este trabalho tem por finalidade, fomentar subsídios para a compreensão da formação do técnico em enfermagem, na perspectiva de entender as vinculações existentes ou não existentes entre a educação e a saúde, bem como entender o desenvolvimento do pensamento crítico, que segundo Sennet (2009) é de suma importância para a formação integral do ser humano. Ainda segundo Sennet (2009) o educando não deve se limitar ao domínio da técnica, mas também da teoria, tendo entendimento com discernimento de todo o processo de aprendizagem, em contra partida as escolas não devem se limitar a formar tecnicistas para suprir a necessidade mercadológica, mas, também com a formação humanística. Em 2008 o governo federal lançou o programa “Saúde na Escola”, que reconhece o espaço escolar como espaço privilegiado para práticas promotoras da saúde, preventivas, redutoras de agravo e de educação para saúde. Partindo desse pressuposto, tem-se por objetivo verificar a materialização desse programa na prática pedagógica dos docentes que atuam nos cursos técnicos de enfermagem. Não obstante, interessa verificar de que forma o PSE é inserido nos arranjos disciplinares/conteudistas dos professores, formadores dos técnicos em enfermagem visando uma formação profissional de técnicos em enfermagem que sejam capazes de interagir e dialogar com as instituições de educação básica. Por ser uma pesquisa em desenvolvimento não apresentaremos conclusões, mas sim, considerações parciais.

Palavras-chave: educação; saúde; técnico em enfermagem.

¹Pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG.

²Mestrando em Educação Tecnológica, aluno do PPGET do CEFET-MG. Jramos.juan@gmail.com

³Doutora em Educação. Professora do PPGET do CEFET-MG. adelia.cefetmg@gmail.com

DO OBJETO DE PESQUISA – IDENTIFICAÇÃO, IMPASSE E RETIFICAÇÃO: O ENCONTRO DE UMA NOVA E POSSÍVEL PESQUISA¹

José Eustáquio de Brito²

Ricardo Ribeiro Martins³

Inicialmente o projeto de pesquisa apresentado por mim para ingresso no Programa de Pós Graduação em Educação da UEMG apresentava como objeto a burla do estágio curricular supervisionado quando praticada pelos professores regentes de turma – supervisores de estágio da escola campo de estágio. E era orientado a partir de uma problemática e um consequente problema de pesquisa bastante específicos, e que foram sintetizados da seguinte maneira: o que se quer quando se burla o estágio curricular supervisionado? Torna-se necessário dizer que esse eixo da formação docente é frequentemente subvalorizado por estudantes e professores das instituições de ensino superior, bem como por professores regentes de turma e gestores das escolas campos de estágio tal como apontam Gatti e Barreto (2009), Silvestre e Placco (2011), Pimenta e Lima (2012) e Calderano (2012), para citar algumas autoras que têm versado sobre o tema em questão. Mas quais podem ser os efeitos da referida subvalorização para os estudantes de cursos de formação de professores? E como é possível operar enquanto instituição de ensino superior frente à eclosão desses mesmos efeitos? Esses são problemas de realidade que se vinculam à minha prática profissional enquanto coordenador do Núcleo de Estágio de uma Universidade Pública de Minas Gerais e que dão ênfase à relevância da pesquisa ora proposta. Frente a isso busquei entender o que já há produzido nesse campo de estudos e, a partir dessa revisão de literatura, importa dizer que a produção não é vasta, porém está muito distante de poder ser qualificada como inexistente. Ressalta-se ainda que a articulação do estágio curricular supervisionado com o campo de formação de professores é, de longe, o mais explorado. Todavia, essa exploração se vincula majoritariamente ou ao entendimento e mesmo ao esclarecimento do estágio curricular supervisionado enquanto eixo da formação docente, enfatizando o combate ao estabelecimento de uma dicotomia entre “teoria” e “prática” e ressaltando a relevância do estágio curricular supervisionado (PIMENTA; LIMA, 2012), por exemplo, ou a análises acerca dos estudantes estagiários, bem como dos professores formadores das instituições de ensino superior posicionando-os como sujeitos centrais das pesquisas. Frente a isso, localizou-se um viés a ser explorado com a intenção de colaborar com o debate nesse campo, a saber, a busca de um entendimento acerca dos professores regentes de turma que desempenham a função de supervisores de estágio curricular supervisionado nas escolas campos de estágio. Ademais, visarei ao entendimento acerca dos modos de subjetivação dos professores em questão buscando

¹Trabalho resultante de pesquisa apresentada como condição para o ingresso no Programa de Pós Graduação em Educação da UEMG que se encontra em andamento e que visa a investigar os efeitos da presença de estagiários para professores regentes de turma – supervisores de estágio de uma escola campo de estágio.

²Professor Doutor, docente do Programa de Pós Graduação em Educação da UEMG e orientador da pesquisa em andamento objeto deste resumo. E-mail: joseeustaquio.brito@uemg.br

³Discente do Programa de Pós Graduação em Educação da UEMG, orientando do Professor Doutor José Eustáquio de Brito e proponente da pesquisa em andamento objeto deste resumo. E-mail: ricardo.ribeiromartins@gmail.com

identificar quais efeitos são suscitados a partir do encontro destes com os estagiários do curso de Pedagogia. Assim a pesquisa em pauta se localizará em uma fronteira em que se articulará um campo institucional referente ao estágio curricular supervisionado na esfera dos cursos de formação inicial de professores e outro voltado para as subjetividades dos professores regentes de turma – supervisores de estágio curricular supervisionado das escolas campos de estágio. Compreender, portanto, o modo como os referidos professores regentes de turma lidam com o estagiário no local em que desenvolvem suas práticas é essencial para buscarmos aprimorar esse eixo da formação docente inicial e adicionarmos argumentos fundamentados para o enfrentamento da subvalorização já citada contribuindo assim para um incremento da qualidade do curso de Pedagogia e das demais licenciaturas. O impasse se desvelou, entretanto, em relação à proposta de pesquisa inicial e assumiu contornos éticos que se relacionavam com o encontro dos sujeitos de pesquisa e da exposição possivelmente nociva destes ainda que resguardados seus anonimatos. Somou-se a isso a intervenção da parecerista do projeto original que acentuou o fato de que a burla não correspondia a um objeto pertinente à pesquisa que eu ora estruturava, mas a outros espaços e isso já representaria um vício que poderia no mínimo dificultar a pesquisa se não a inviabilizasse. Por que, então, sustentar o problema de pesquisa inicial que buscava investigar o que se quer quando se burla o estágio curricular supervisionado? Em outras palavras: por que, então, insistir em investigar a burla? Como saber se encontraria professores regentes de turma – supervisores de estágio que ofertam a burla do estágio e se disponibilizam a falar a respeito disso? Enfim, por que sustentar a pesquisa de algo que persistia em se revelar como um possível impedidor da pesquisa que eu propunha? Aquém da questão subjetiva, que deve ser tratada em foros específicos, residem as questões objetivas que se articulam com aspectos metodológicos e com a viabilidade da pesquisa. E, em relação a este iminente desdobramento, o passo seguinte seria, portanto, reformular o problema de pesquisa. Foi nesse sentido, então que me interroguei: afinal, como os professores regentes de turma – supervisores de estágio – da escola campo de estágio lidam com a presença de estudantes-estagiários no lócus em que realizam suas práticas docentes? Quais são os efeitos do encontro com o estagiário em relação aos modos de subjetivação dos professores regentes de turma? Frente a essa problemática, um questionamento se impõe e orientará o retificado trajeto de pesquisa a que se refere este resumo: o que a presença do estagiário de um curso de formação docente causa junto ao professor regente de turma que o recebe como supervisor na escola campo de estágio? Assim um impasse se traduziu em um novo percurso a ser estabelecido a partir da pesquisa que será realizada em uma escola pública do município de Ibirité.

Palavras-chave: Estágio Curricular Supervisionado; Estagiários; Pedagogia; Professores Regentes de Turma; Modos de Subjetivação.

VIVÊNCIAS ESCOLARES E FORMAÇÃO DE PROFESSORES¹

Taciana Brasil dos Santos²

O Programa REUNI, instituído em 2007, tinha por principal objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, através de um melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes nas universidades federais. Cada universidade federal, após aderir ao Programa, poderia elaborar propostas de crescimento de seu ensino de graduação. A proposta elaborada pela UFMG previa, dentre outros itens, uma maior articulação da graduação com a pós-graduação, pretendendo através dessa medida aumentar o contato dos graduandos com o conhecimento produzido através da pesquisa, e permitir aos bolsistas de mestrado e doutorado que se engajassem na atividade do ensino superior de graduação. Participando de uma equipe didática, o pós-graduando teria a oportunidade de formar-se não apenas como pesquisador, mas como possível futuro docente do ensino superior. Recebendo tarefas gradualmente mais complexas, o bolsista seria inserido na docência, desenvolvendo mais especificamente sua habilidade e vocação. Na já referida proposta, a UFMG estabelecia a meta de constituir, ao final do programa REUNI, equipes de docentes e estudantes de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento. Em atenção à necessidade de preparação dos professores e bolsistas, era criado, no primeiro semestre de 2008, o Núcleo de Tecnologias e Metodologia, que passou a compor a Rede de Desenvolvimento de Práticas do Ensino Superior – GIZ. Vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, o GIZ tem como finalidade o aprimoramento das metodologias de ensino superior utilizando novas tecnologias e possibilitando a reflexão contínua da prática docente. Para atender a demanda dos bolsistas, especificamente, o GIZ passou a oferecer o Curso Formação em Docência do Ensino Superior. Idealizado em função das transformações trazidas com a implantação do REUNI, tais como a expansão de vagas, a reestruturação curricular, e também da necessidade de apropriação e desenvolvimento de metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem por parte dos bolsistas, o curso passou a ser oferecido semestralmente, no formato semipresencial, desde 2008. Sua carga horária total era de 60 horas, sendo 20 presenciais e 40 à distância, realizando atividades online através da plataforma Moodle. Na plataforma Moodle, os alunos do Curso realizavam atividades variadas – dentre elas, a construção de um memorial, em que os alunos têm a oportunidade de refletir acerca de suas experiências docentes e discentes. Este trabalho pretende abordar a escrita do memorial no Curso Formação em Docência do Ensino Superior como prática reflexiva e formativa dos pós-graduandos. As orientações para a construção do memorial são oferecidas gradativamente, ao longo do curso, e seguem o tema do módulo estudado no momento, o que propicia a oportunidade de uma reflexão não apenas pessoal, mas teórica, das vivências do bolsista como aluno e professor. O memorial é constituído de quatro partes, a saber: como se deu a escolha pela docência, lembranças de um professor inesquecível do ensino superior, relatos de uma aula marcante no ensino superior, uma experiência avaliativa

¹Este trabalho resulta de experiência como Bolsista CAPES REUNI, tendo atuado no Curso Formação em Docência do Ensino Superior durante o curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais.

²Doutoranda em Ciências da Religião pela PUC Minas. Bolsista CAPES. E-Mail: <tacianabrasil@gmail.com>.

(positiva ou negativa) que o bolsista tenha vivenciado como aluno ou professor do ensino superior. A postagem das orientações segue o cronograma do curso, tendo um intervalo de cerca de três a quatro semanas entre cada uma delas. Esse período deveria ser a distância cronológica entre cada escrita e reflexão dos alunos, mas muitos deles acabaram atrasando para escrever algum tópico, e escrevendo dois ou mais tópicos no mesmo dia, ou com poucos dias de diferença entre eles. Através dessa pesquisa, pode-se perceber quão poderosa é, na vida do educando, a impressão e formação trazidas pelas experiências discentes, desde a primeira infância. A criança é inserida na escola para adquirir saberes e desenvolver habilidades específicas, previstos no currículo escolar, e voltados (ou não) à sua utilização na vida adulta. Além destes, práticas e representações relacionadas à condição discente e docente também são transmitidas e formadas no educando. Esse conjunto de aprendizados e construções sobre a docência e discência poderá permanecer latente na idade adulta, fazendo parte apenas de sua constituição enquanto pessoa. Mas, caso o indivíduo em questão se torne um professor, as práticas e representações aprendidas durante todo seu processo formativo – da educação infantil à pós-graduação, no caso – se tornarão parte constitutiva de sua individualidade, mas também de sua prática profissional. O estudo dos memoriais demonstrou que, embora haja influência dos estudos teóricos sobre a prática docente, ainda assim os professores do passado e as vivências enquanto aluno influenciam fortemente a formação do professor e suas práticas em sala de aula (ou ao menos o planejamento de suas práticas). Dessa maneira, pode-se ressaltar a necessidade de investimento na formação de professores em todos os níveis, bem como a ênfase na contratação de profissionais bem formados em todos os níveis de ensino. A formação de professores que exerçam um trabalho de qualidade, de acordo com o que foi observado, não começa no curso de Magistério, Licenciatura ou pós-graduação: começa quando a criança matriculada na educação básica tem a oportunidade de aprender, através da observação de seus mestres, práticas e representações positivas acerca da docência. Nesse contexto, a utilização da escrita de memoriais na formação de professores, seja ela inicial ou continuada, se revela como um importante elemento para levar os docentes a refletir acerca da construção de suas práticas, e a tornar-se sujeitos ativos de sua vivência profissional, construindo sua própria trajetória e forma de ensinar a partir de suas experiências e também de seus conhecimentos teóricos.

Palavras-chave: Formação Docente; Memoriais; Aluno.

FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA¹

Tatiane Kelly Pinto de Carvalho²

A discussão sobre o acesso ao ensino superior tem ganhado destaque num momento de forte expansão do acesso a essa etapa de escolarização. Entretanto, a escolha pela profissão associa-se com o perfil dos estudantes e varia de acordo com o curso frequentado. As contribuições teóricas de Nogueira (2004, 2013), Zago (2006), Vargas (2010), Bourdieu (1983, 1998), Gatti (2009) fundamentam que a escolha do curso superior, os impasses e desafios do professor, o capital cultural, econômico e social podem influenciar a escolha pelas profissões. Diante desses apontamentos, interessou-nos desenvolver uma análise mais ampla a respeito do processo de escolha do curso superior pelos licenciandos da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), da Faculdade de Educação (FaE), no ano de 2016, levando-se em consideração estudos que apontam a precariedade da profissão docente na atualidade e a não atratividade pela docência. A pesquisa buscou investigar em quais condições se deu o processo de escolha do curso voltado para a licenciatura e as perspectivas que os licenciandos concluintes de Pedagogia têm sobre o ofício docente, considerando se, de fato, vislumbram esse destino profissional, uma vez que a contemporaneidade tem nos apresentado um quadro de desinteresse pela profissão. Desse modo, entre as indagações que permearam a investigação, destacam-se: os graduandos apresentam gosto pela docência ou pela área de educação? E, em que medida, vislumbram a profissão docente, considerando o baixo prestígio e o baixo retorno econômico atribuído aos cursos de licenciatura? Buscando compreender tais questionamentos, através de uma abordagem que combinou dados qualitativos e quantitativos, no que se refere aos instrumentos de coleta de dados, optou-se pelo questionário, previamente pré-testado. O objetivo era avaliar o perfil socioeconômico dos alunos, os motivos que os levaram à escolha pelo curso de Pedagogia e suas perspectivas em relação à docência na escola básica. A escolha dos sujeitos investigados deu-se por dois motivos: a princípio, estes estudantes já tiveram contato com a sala de aula, uma vez que é pré-requisito para conclusão da graduação realizar o estágio obrigatório e, além disso, ao longo do percurso acadêmico, o interesse pelo uso social do diploma pode ter sofrido modificações. Perfazendo um total de 50 (cinquenta) respondentes, distribuídos nos 3 (três) turnos que instituição oferta o curso, uma primeira leitura nos aponta a feminização do magistério ainda presente em cursos voltados para a formação de professores da educação infantil e anos iniciais. Considerando o sexo feminino e masculino foram, respectivamente, 82% e 18% dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa. Constatou-se que grande parte desses alunos tem o valor da remuneração como um indicador de baixa renda familiar. O primeiro lugar (36%) fica para os licenciandos que recebem de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos; 26% dos graduandos recebem até 1 salário mínimo; 14% dos licenciandos recebem de 3 (três) a 6 (seis) salários mínimos; de 6 (seis) a 9 (nove) e 9 (nove)

¹Pesquisa realizada no ano de 2016 com a colaboração do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBIC/UEMG/FAPEMIG.

²Mestre em Educação (UEMG). Licenciada em História (UFMG). Docente da UEMG – Ibirité. E-Mail: <tkpcarvalho@yahoo.com.br>.

a 12 (doze) salários mínimos estão os 8% divididos em partes iguais; 16% alegam não receber nenhuma renda e, finalmente, para as respostas que se referem a mais de 12 salários mínimos não houve respondentes. Referente ao processo de escolarização dos sujeitos, os resultados demonstram que a maioria dos alunos realizou sua trajetória escolar em escolas públicas, tanto no que se refere ao ensino fundamental quanto ao ensino médio. Outro dado que merece destaque diz respeito ao que se almeja de um curso superior. Dos 50 (cinquenta) respondentes, 23 (vinte e três) afirmaram que, em primeiro lugar, esperam formação acadêmica profissional, ou seja, pretendem obter melhores empregos ou inserção no mercado de trabalho. No que se refere à atuação enquanto professor da educação básica, 60% dos graduandos disseram ter interesse pela profissão correspondente, seguidos dos 40% que ficaram divididos entre outros objetivos, ou seja, possibilidade de contribuir com a sociedade, possibilidade de conciliar o curso com o trabalho, melhores possibilidades no mercado de trabalho, ou outros motivos. Dessa forma, é possível inferir que, conforme outros estudos têm apontado, vários fatores afastam os sujeitos da profissão docente: desinteresse e indisciplina dos alunos, atuação anterior como professor, baixo retorno econômico, falta de estrutura nas instituições escolares, etc. Essa investigação teve o intuito, assim, de colaborar com pesquisas relacionadas à temática escolha do curso e interesse pela docência, sobretudo relacionadas à Sociologia da Educação.

Palavras-chave: Ensino Superior; Docência; Licenciatura; Formação de Professor.

AUSÊNCIA DE FORMAÇÃO INICIAL EM LICENCIATURA ENTRE DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO IFSP: possíveis impactos na prática pedagógica¹

Prof. Walas Leonardo de Oliveira²
Rodrigo Ferreira de Moura³

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no Brasil, historicamente tem sido caracterizada por políticas de formação aligeirada, geralmente com pouca consistência teórica e sem continuidade. Exemplo disso são os diferentes percursos formativos possibilitados aos professores bacharéis e/ou tecnólogos que já atuam na EPT, percursos esses baseados no princípio de que o conhecimento “pedagógico” não necessita de muito tempo e reflexão para ser construído. Devido a essa compreensão de formação docente, observa-se professores da EPT, sem formação inicial em cursos de licenciatura, passando pelos mais diferentes desafios no processo ensino-aprendizagem. Foi nesse contexto que a pesquisa realizada buscou investigar os impactos da ausência de formação inicial, licenciatura, para o trabalho de docentes da EPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus Campos do Jordão. Realizou-se pesquisa qualitativa, utilizando-se de questionários e entrevistas semiestruturadas com trabalhadores docentes do referido câmpus. Este trabalho refere-se à análise dos dados coletados com os questionários. Em um universo de, aproximadamente, 25 (vinte e cinco) professores bacharéis e/ou tecnólogos, os pesquisadores obtiveram 05 (cinco) questionários respondidos. Esse questionário possuía 15 (quinze) questões de múltipla escolha, sendo dividido em 04 (quatro) blocos: 1. identificação; 2. histórico profissional; 3. formação pedagógica e 4. desafios docentes. Na pesquisa teórica foram utilizados renomados autores da área Trabalho e Educação, com destaque para a professora Lucília Machado. A pesquisa se justificava, entre outros motivos, pela lacuna existente na produção de conhecimento sobre formação inicial de professores para a EPT. Existem poucas pesquisas sobre formação de professores para a educação profissional e, entre essas, um número ainda menor se detêm especificamente na formação inicial. E entre as reduzidas pesquisas que abordam a formação inicial, não se tem notícia de uma que tivesse investigado a relação entre a formação inicial (ou sua ausência) e os desafios enfrentados pelo trabalhador docente no seu dia-a-dia na sala de aula. Partiu-se da hipótese inicial de que a ausência de uma formação inicial voltada para a docência, especificamente um curso de licenciatura, está ligada à maior parte dos desafios enfrentados cotidianamente pelos professores da educação profissional e tecnológica no contexto do ensino. Os resultados da pesquisa apontam para o fato de que os professores acompanhados, docentes bacharéis e/ou tecnólogos, possuem muitos desafios relacionados à prática pedagógica, desafios esses que poderiam ser, talvez, amenizados se esses professores

¹Este trabalho resulta de uma pesquisa de iniciação científica concluída no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus Campos do Jordão.

²Mestre em Educação, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, E-Mail: walas.oliveira@ifsp.edu.com.br

³Aluno do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus Campos do Jordão - bolsista de iniciação científica. E-Mail: rodrigof.moura.rf@gmail.com

realizassem um curso de licenciatura. Entre os principais desafios constatados estão: dificuldades para preparar aulas; para transpor o conhecimento para os alunos de forma acessível; para avaliar os discentes; para lidar com as especificidades de cada turma; para administrar situações de indisciplina; dificuldades com as deficiências trazidas pelos alunos de etapas escolares anteriores; dificuldades em lidar com a falta de motivação dos alunos; etc. Os dados sinalizam para o fato de que esses professores, recém-chegados nos Institutos Federais, geralmente mestres e doutores, com pouca experiência profissional e relativamente pequena experiência didática na sala de aula, possuem desafios que exigem da parte dos gestores escolares e das políticas públicas educacionais ações eficientes para a formação pedagógica desses docentes. A pesquisa oferece, como sugestão para a formação pedagógica desses professores, a formulação de um curso de licenciatura voltado especificamente para esses profissionais, um curso que não seja nem uma mera formação aligeirada e emergencial, como historicamente vem ocorrendo, nem uma licenciatura tradicional, mas um curso que agregue as experiências desses sujeitos, seus saberes técnicos e dê respostas ou ao menos subsídios às suas dificuldades pedagógicas. Enfim, acredita-se que a pesquisa realizada, mesmo com as limitações de uma investigação de iniciação científica, possa colaborar com o 5º Seminário Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, por se tratar de uma pesquisa que analisou exatamente “desafios do tempo presente” no que diz respeito a professores da EPT que não tiveram a possibilidade de uma formação pedagógica sólida. Pelo contrário, formaram-se bacharéis e/ou tecnólogos, não foram preparados, portanto, para lidarem com esses desafios. Sendo assim, o trabalho efetuado enquadra-se no Eixo Formação de professores.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; trabalho docente; formação de professores.

5^o Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente

Realização

FACULDADE DE
EDUCAÇÃO



Apoio



Coparticipação

